



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – Mestrado

**Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: da
pesquisa ao livro (1956 - 1980)**

Mary Ann Menezes Freire
Orientador: Profº Dr. Wellington Mendonça de Amorim

Rio de Janeiro
2011

MARY ANN MENEZES FREIRE

**Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: da
pesquisa ao livro (1956 - 1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Orientador: Prof^o Dr. Wellington Mendonça de Amorim

Rio de Janeiro
Março/2011

F866 Freire, Mary Ann Menezes.
Levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil : da pesquisa ao livro (1956 – 1980) / Mary Ann Menezes Freire, 2011.
136f.

Orientador: Wellington Mendonça de Amorim.
Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

1. Enfermagem - Brasil - História. 2. Enfermagem - Pesquisa. I. Amorim, Wellington Mendonça de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Curso de Mestrado em Enfermagem. IV. Título.

CDD – 610.730981

**Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil: da
pesquisa ao livro (1956 - 1980)**

Por:

Mary Ann Menezes Freire

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Wellington Mendonça de Amorim (EEAP – UNIRIO)

Presidente

Prof^a. Dr^a. Taka Oguisso (EE – USP)

1^a Examinadora

Prof^o. Dr. Fernando Porto (EEAP – UNIRIO)

2^o Examinador

Prof^a. Dr^a. Maria da Luz Barbosa Gomes (EEAN – UFRJ)

1^a Suplente

Prof^a. Dr^a. Almerinda Moreira (EEAP – UNIRIO)

2^a Suplente

Dedicatória

Dedico o fruto desse estudo, primeiramente, aos meus pais, Oswaldo (em memória) e Gloria. Mestres não só pelo amor incondicional, mas pelos exemplos que me inspiram. Particularmente, por força do destino, dedico o trabalho, em especial, à minha mãe. Lições incansáveis de responsabilidade, amor e respeito ao próximo e à família, garra, determinação e dedicação, foram as principais demonstrações de sabedoria que ela me passou. Seus ensinamentos a transformaram na principal referência de minha vida, em qualquer lugar que eu esteja. Obrigada pelas noites sem dormir, por todo o carinho, pela preocupação constante, pelo apoio incondicional e, principalmente, por ter me ensinado a ser uma pessoa melhor a cada dia. Obrigada por apoiar e sonhar comigo os meus sonhos! É um grande orgulho tê-la como minha mãe! Essa conquista é mais sua do que minha!

Dedico este estudo também a quem amo, Rafael... amor, amigo, companheiro de todas as horas, e um dos meus grandes incentivadores. Inesquecíveis as demonstrações de amor, fidelidade e orgulho no dia-a-dia, doações que facilitaram minha caminhada, me impulsionando a vencer desafios e saltar obstáculos. “O amor tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta”. Obrigada por tudo!

Agradecimentos

A Deus, por todas as oportunidades, por todas as bênçãos... pela força, saúde e determinação plantadas em mim para que eu pudesse concluir mais esse desafio.

Ao meu orientador, profº Dr. Wellington Mendonça de Amorim, pela parceria que já dura quase seis anos, pela paciência, pelos ensinamentos, por me ajudar a colocar cada tijolinho na trajetória profissional e científica que venho construindo... Mais que mestre, mais que orientador, um grande amigo... Obrigada por se fazer presente na minha vida, por dedicar tanto tempo, por dividir tanta sabedoria, por confiar, por acreditar... Obrigada por todo o apoio, pela força, pelas palavras sábias nos momentos de dificuldades, de dúvidas... Em você tenho uma referência, de ser humano, de profissional, de pesquisador... Não encontro palavras que melhor expressem meus sentimentos de gratidão... A você, meu eterno, singelo, porém de coração: muito obrigada!

À minha família... à minha mãe, à minha vó Lourdes, ao meu irmão Dennis, à minha tia Geni, à minha prima Natalia... a todos... pela compreensão e pelo apoio, sempre presentes em todos os desafios que enfrento, nos momentos mais difíceis, nos momentos em que estive mais ausente!

Ao meu amor, Rafael, pela paciência, pelo apoio e incentivo, pelo amor que compreendeu e superou momentos de estresse, finais de semana perdidos, ausências... amor paciente, amor que é paz... “um amor puro, não sabe a força que tem...”. E à sua família, que também vivenciou esta minha jornada, minhas lutas, minhas ausências... Obrigada a todos!

Às minhas amigas, antigas e novas... À Marcelle e Fernanda, pela compreensão, pelo apoio, pelas palavras de incentivo, mesmo que à distância... À Micheline e Roberta, pessoas iluminadas que Deus colocou em minha vida num momento tão intenso, de tantas lutas... À todas vocês, meus imensos agradecimentos... Obrigada por dividirem comigo esses momentos, pelos ouvidos cansados de tanto me ouvir... Com certeza ficarão eternamente em meu coração!

Aos professores, membros e amigos do Laphe, pelos exemplos transmitidos, pelos saberes compartilhados, pelos muitos momentos de alegrias! Obrigada pelo acolhimento, pelos ensinamentos, pelo apoio, pelos incentivos!

À Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, que mais uma vez contribuiu para minha formação e enriquecimento profissional!

Às secretárias do Mestrado Raquel e Márcia, esta última já não mais presente como funcionária, pela eterna disponibilidade, atenção, paciência, pelas conversas, pelas risadas, pelas palavras de incentivo!

À banca examinadora, pelo aceite, pelas contribuições, pelos sábios ensinamentos...

Aos meus colegas de trabalho, do Hospital Eduardo Rabello e da Divisão de Vigilância em Saúde da CAP 2.2, pela compreensão nos momentos difíceis, pelas palavras de carinho, pela força, pelo companheirismo... À todos vocês, impossível citar todos, os meus eternos e humildes agradecimentos!

Muito Obrigada a todos!

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.

Fernando Sabino

*“De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos começando,
A certeza de que é preciso continuar e
A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo,
Fazer da queda um passo de dança,
Do medo uma escola,
Do sonho uma ponte,
Da procura um encontro,
E assim terá valido a pena existir!”*

Fernando Sabino

RESUMO

Este estudo tem como objeto o livro intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editado pela Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, no ano de 1980. Optou-se por definir como delimitação temporal o período de 1956 a 1980, anos que demarcaram o início da realização da pesquisa denominada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” e a publicação do livro pela Associação Brasileira de Enfermagem. Para operacionalizar o estudo, foram definidos os seguintes objetivos: Caracterizar as condições para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, coordenada pela Associação Brasileira de Enfermagem, no período de 1956 a 1958; Analisar os desdobramentos da pesquisa “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” que antecederam a publicação do livro em 1980; Discutir a publicação e a estética do livro “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, pela Associação Brasileira de Enfermagem no ano de 1980. Trata-se de um estudo desenvolvido na perspectiva da História do Livro, apoiado nas abordagens e nos conceitos aplicados por André Belo e Roger Chartier. Através da História do Livro buscou-se trazer os fatos e discussões acerca desta pesquisa, considerada a primeira pesquisa de enfermagem no país. Foram discutidas suas condições de desenvolvimento, sua organização, seus desdobramentos, sua publicação e estética, sob um novo olhar, contribuindo e enriquecendo não só para a História da Enfermagem Brasileira, mas também como forma de construção de uma identidade profissional, tão pouco explorada nos dias atuais.

Palavras-chave: História da Enfermagem; Pesquisa em Enfermagem; Enfermagem.

ABSTRACT

This search studied the book entitled "Survey of Nursing Needs and Resources in Brazil", published by the Brazilian Nursing Association - ABEn in 1980. We chose to define as the temporal delimitation from 1956 to 1980, which demarcated the early years of the survey entitled "Survey of Nursing Needs and Resources in Brazil" and the book's publication by the Brazilian Association of Nursing. To operationalize the study, we defined the following objectives: To characterize the conditions for the development of a survey entitled "Survey of Nursing Needs and Resources in Brazil", coordinated by the Brazilian Nursing Association, in the period 1956 to 1958; analyze the developments of survey "Survey of Nursing Needs and Resources in Brazil" that preceded the book's publication in 1980; to discuss the publication and the esthetics of book "Survey of Nursing Needs and Resources in Brazil", by the Brazilian Association of Nursing in 1980. This is a study developed in the view of the Book History, supported the approaches and concepts applied by André Belo and Roger Chartier. Through the History Book sought to bring the facts and discussions about this research, considered the first nursing research in the country. It was discussed the conditions for its development, its organization, its unfolding, its publication and esthetics, under a new look, enriching and contributing not only to the Brazilian Nursing History, but also as a way of building a professional identity, so little explored nowadays.

Keywords: History of Nursing; Nursing Research; Nursing.

RESUMEN

En este trabajo se estudió el libro titulado "Encuesta de Necesidades y Recursos de Enfermería en Brasil", publicado por la Asociación Brasileña de Enfermería - ABEn en 1980. Hemos elegido para definir como los límites temporales desde 1956 hasta 1980, que demarcó los primeros años de la encuesta titulada "Estudio de Necesidades y Recursos de Enfermería en el Brasil" y la publicación del libro por la Asociación Brasileña de Enfermería. Para poner en práctica el estudio, se definieron los siguientes objetivos: Caracterizar las condiciones para el desarrollo de un estudio titulado "Encuesta de Necesidades y Recursos de Enfermería en Brasil", coordinado por la Asociación Brasileña de Enfermería en el período 1956 a 1958, analizar el desarrollo de encuesta "Encuesta de Necesidades y Recursos de Enfermería en Brasil" que precedió a la publicación del libro en 1980, para discutir la estética de la edición de libros y "Encuesta de Necesidades y Recursos de Enfermería en Brasil," por la Asociación Brasileña de Enfermería en 1980. Se trata de un estudio desarrollado en vista de la Historia Libro, con el apoyo de los enfoques y conceptos aplicados por André Belo y Roger Chartier. A través de Libro de Historia tratado de llevar los hechos y los debates sobre esta investigación, considerada como la investigación en enfermería por primera vez en el país. Ellos discutieron las condiciones para su desarrollo, su organización, su desarrollo, su publicación y Spa, bajo una nueva mirada, enriquecer y contribuir no sólo a la Historia de la Enfermería brasileña, sino también como una manera de construir una identidad profesional, tan poco explorado en hoy en día.

Palabras clave: Historia de la Enfermería; Investigación en Enfermería; Enfermería.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Definição do problema	01
Objeto de estudo	08
Objetivos	08
Justificativa	09
Aspectos Conceituais e Metodológicos	11
Procedimentos Metodológicos	17
Capítulo I – CONDIÇÕES PARA A PESQUISA “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL”	23
<i>Necessidades da Enfermagem Brasileira</i>	24
<i>Ensaio Investigativo</i>	25
Capítulo II – A PESQUISA “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL” – 1956 A 1958	35
<i>Legislações sobre e para a Enfermagem</i>	35
<i>Pesquisa sobre os Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil</i>	39
Capítulo III – OS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL” QUE ANTECEDERAM A PUBLICAÇÃO DO LIVRO EM 1980	50
<i>Organização Final do Trabalho</i>	50
<i>Comissão de Seguimento do Levantamento</i>	52
Capítulo IV – PUBLICAÇÃO E ESTÉTICA DO LIVRO “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL”, EDITADO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM EM 1980	65
<i>Publicação do Livro</i>	66
<i>Estética da Obra</i>	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
Referências	96
Resumo Biográfico dos Atores Principais Relacionados à Pesquisa “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”	101
Anexos	108
Anexo 1 – Composição do Conselho Colaborador – 79 membros	108
Anexo 2 – Funções dos Órgãos que Constituíam o LRNEB	117
Anexo 3 – Principais Membros da Assessoria Técnica	119
Anexo 4 – Propósito do Levantamento	121
Anexo 5 – Impresso Utilizado para Divulgação do LRNEB, no início dos trabalhos	123

Lista Especial de Abreviaturas

ABED	Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (1944 – 1954)
ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem (1954 –)
ANEDB	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (1929 – 1944)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1951 -)
CICIAMS	International Catholic Committee of Nurses and Medico-Social Assistants (1933 -)
CIE / ICN	Conselho Internacional de Enfermeiros (1899 -)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1951 -)
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem (1973 -)
COREN	Conselho Regional de Enfermagem (1973 -)
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público (1938 – 1986) Divisão de Ensino Superior (1937 – 1946) / Diretoria do Ensino Superior (1946 – 1978) / Secretaria de Ensino superior – SESU (1978 –)
DESu	
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública (1920 – 1937) / DNS – Departamento Nacional de Saúde (1937 – 1953)
DOH	Divisão de Organização Hospitalar (1941 – 1953)
DOS	Divisão de Organização Sanitária (1941 – 1953)
DOU	Diário Oficial da União (1892 –) / 1808 – Início da História da Imprensa Oficial
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery (1923 –)
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1890 -)
EUA / USA	Estados Unidos da América (1783 –) – Data oficial de independência dos EUA.
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública (1942 – 1960) / FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (1960 – 1990)
IAIA	Instituto de Assuntos Interamericanos (1942 – 1945)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1937 -)

INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1937 -)
Lacenf	Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem (2009 -)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961 - 1971 - 1996)
Laphe	Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem (2000 -)
LRNEB	Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (1956 - 1958)
MEC	Ministério da Educação e Cultura (1953 -)
MES	Ministério da Educação e Saúde (1937 - 1953)
MESP	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930 - 1937)
MS	Ministério da Saúde (1953 -)
OMS	Organização Mundial de Saúde (1945 -)
ONU	Organização das Nações Unidas (1945 -)
OPS	Pan American Health Organization - Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (1902 -)
REBEn	Revista Brasileira de Enfermagem (1954 -)
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública (1942 - 1960)
UDN	União Democrática Nacional (1945 - 1965)
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965 -) / Universidade do Brasil (1937 - 1965) / Universidade do Rio de Janeiro (1920 - 1937)
UnB	Universidade de Brasília (1962 -)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1945 -)
UNICEF	United Nations Children's Fund - Fundo das Nações Unidas para a Infância (1946 -)
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1979 -)
USP	Universidade de São Paulo (1934 -)

INTRODUÇÃO

Na metade do século XX, mais precisamente em fevereiro de 1950, a 1ª Reunião de Peritos em Enfermagem da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Genebra, recomendou aos países membros que realizassem um Estudo dos Recursos de Enfermagem, com a assessoria da OMS. Neste sentido, foi organizado um – Guia para Estudos Nacionais de Recursos de Enfermagem (SALLES & BARREIRA, 2010, p. 140).

A primeira tentativa bem sucedida de um estudo de âmbito nacional, para levantar o quantitativo da enfermagem no país, ocorreu em 1950. Denominado “Levantamento Censitário”, o trabalho contou com a colaboração da então Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED)¹ e de órgãos do Ministério da Educação e Saúde (MES). A chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária e representante da ABED, enfermeira Isaura Barbosa Lima, conduziu o processo e formou a Comissão do Censo, composta pelas enfermeiras Waleska Paixão, Clara Curtis, Haydée

¹ A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) tem sua origem estreitamente ligada à Escola de Enfermeiras do DNSP, criada em 1922 e regulamentada em 1923, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A idéia surgiu a partir de ex-alunas, após a diplomação da turma pioneira da Escola de Enfermeiras Anna Nery (EAN) em 1925. A Associação foi fundada no dia 12 de agosto de 1926, com o nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas - ANED. Em 1929, ano em que a Associação filiou-se ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE), a Associação passou a chamar-se Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, por exigência deste Conselho. Após integrantes da Associação participarem de um Congresso do CIE, em Montreal (Canadá), em 1929, surgiram as primeiras discussões para se criar uma revista de enfermagem brasileira. Nascia, assim, a idéia de publicar *Annaes de Enfermagem*, primeira revista de enfermagem brasileira, que teve seu primeiro exemplar publicado em 1932 (MANCIA & PADILHA, 2006, p. 433-434). Numa reunião com vistas a uma nova reforma no estatuto da Associação (a primeira havia ocorrido em 1929), em 1944, como consequência desta, teve-se, dentre outras alterações, a mudança no nome da Associação, que passou a chamar-se Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), denominação esta que durou até o ano de 1954, quando, numa Assembléia Geral, passa a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn e seu órgão oficial de comunicação, Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn, denominações estas que permanecem até os dias atuais (CARVALHO, 1976, p. 33-39).

Guanais Dourado, Rosa de Paula Barbosa e Mirabel Smith Ferreira Jorge (SALLES & BARREIRA, 2010, p. 139).

O relatório final desse estudo foi divulgado no mesmo ano, no IV Congresso Nacional de Enfermagem, ocorrido em Salvador (BA), sendo aprovadas as seguintes recomendações: a criação de uma seção de enfermagem no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, com o intuito de manter o cadastramento atualizado dos enfermeiros diplomados no Brasil, e a realização do Levantamento Censitário a cada cinco anos, abrangendo também outras categorias ocupacionais (CARVALHO, 1976, p. 295).

Já o V Congresso Nacional de Enfermagem, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1951, considerou o estudo proposto pela OMS de grande relevância para os planos futuros da enfermagem brasileira. Durante este encontro recomendou-se que a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas – ABED (atual Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn) deveria considerar a possibilidade de realizar um estudo sobre os recursos de enfermagem no Brasil. Apesar da importância do assunto, tal recomendação não chegou a ser apreciada pelo plenário naquela ocasião (CARVALHO, 1976, p. 296).

Mas, as solicitações a respeito da situação da enfermagem no Brasil continuavam. Na verdade, não diminuiu a antiga aspiração de conhecer os recursos disponíveis no setor, suas necessidades e deficiências. Em 1952, com a criação da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob a direção do educador Anísio Teixeira, foi solicitada uma estimativa das necessidades numéricas de pessoal de enfermagem à Haydée Guanais Dourado, integrante da diretoria da ABED cuja presidente era Waleska Paixão (1950 – 1952). Esta estimativa foi realizada e concluída, conforme plano elaborado pela comissão instituída para condução do mesmo, sob a presidência de Haydée Guanais Dourado (CARVALHO, 1976, p. 296).

Diante de mais uma solicitação, dessa vez feita pela Associação pela Fundação W. K. Kellogg - acerca de informações completas sobre a situação das escolas de enfermagem no Brasil, quanto aos alunos matriculados e diplomados, corpo docente e sobre a legislação do exercício - a diretoria da Divisão de Educação se reuniu, em 1954, para discutir o assunto. Nessa ocasião, Haydée Guanais Dourado propôs que fosse indicada uma comissão

para a realização de um estudo sobre as necessidades de enfermagem no Brasil. Como a então presidente da Associação à época (1954 – 1956 – 1º mandato), Maria Rosa Sousa Pinheiro, alertou que a entidade enfrentaria dificuldades para proceder sozinha tal investigação, a proposta aprovada determinou que a comissão deveria empenhar-se em motivar e “interessar uma entidade para realizar tal estudo”. O assunto, como era de se esperar, foi levado ao VII Congresso Nacional de Enfermagem (CARVALHO, 1976, p. 297).

Realizado em São Paulo, no período de 15 a 21 de agosto de 1954, o VII Congresso Nacional de Enfermagem encaminhou recomendações específicas à Associação Brasileira de Enfermagem² (ABEn, 1980, p. 287), à época presidida por Maria Rosa Sousa Pinheiro (CARVALHO, 1976, p. 54-55). Dentre as recomendações, ressaltou-se a necessidade de se realizar um estudo sobre as necessidades de enfermagem em nível nacional (ABEn, 1980, p. 287).

O tema voltaria a ocupar espaço nos fóruns da entidade. Ao prestar contas das atividades desenvolvidas pela diretoria (1954-1955) à assembléia geral, a presidente da ABEn, Maria Rosa Sousa Pinheiro (1954-1958)³, comunicou uma das recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem (1954) que, em sua opinião, era a mais difícil de todas: a do estudo sobre os recursos e necessidades de enfermagem no Brasil. Relatou ser este um projeto de execução longa, difícil e dispendiosa. Por isso, a entidade não reunia as condições para executá-lo sozinha (CARVALHO, 1976, p. 299-305).

Entrou em cena, então, a Fundação Rockefeller. Ao saber que a Associação envidava esforços e procurava por auxílio para fazer o levantamento, a instituição não só interessou-se pelo assunto, mas prontificou-se a financiar o projeto. O estudo, financiado pela Fundação por meio de valiosa doação e chamado de “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, foi realizado no período de 1956 a 1958. A iniciativa foi

² Na segunda Assembléia Geral, realizada em 21 de agosto de 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, foram aprovadas emendas importantes, dentre elas a mudança de nome da Associação para Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) (CARVALHO, 1976, p. 38).

³ Maria Rosa S. Pinheiro teve dois mandatos como presidente da ABEn. O primeiro refere-se ao período de 21/08/1954 a 20/10/1956, e o segundo de 20/10/1956 a 18/09/1958 (CARVALHO, 1976, p. 54-55).

considerada o maior empreendimento em que a ABEn, até aquele momento, se empenhou (CARVALHO, 1976, p. 299-305).

A necessidade de um estudo que fornecesse dados sobre a situação da enfermagem no país não era nova. O tema veio à tona pela primeira vez em 1939, quando a presidente da Associação à época, Hilda Anna Krish (1938 – 1941), solicitou auxílio para a execução de um estudo nesse sentido, não obtendo, porém, respostas satisfatórias (CARVALHO, 1976, p. 294).

Considerava-se, à época, que qualquer planejamento de serviço médico-sanitário exigia conhecimento prévio do número disponível de profissionais que poderiam vir a integrá-lo. Caberia, então, à Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn, na falta de um outro órgão com essa competência, manter o quadro atualizado completo da situação da enfermagem, a fim de, a qualquer momento, estar em condições de contribuir com as informações indispensáveis para esse planejamento (CARVALHO, 1976, p. 294).

Ainda de acordo com Carvalho (1976, p. 298), os planos de trabalho da própria Associação, as solicitações que deveriam ser apresentadas aos poderes públicos em favor da profissão e a responsabilidade de esclarecer o público, tornava cada vez mais profunda a convicção de que um estudo dessa natureza deveria ser feito. Sem os dados reais que o mesmo iria apresentar como resultado final, acrescenta a autora, dificilmente a ABEn poderia elaborar planos futuros bem alicerçados ou justificar, com argumentos sólidos, qualquer solicitação em prol da enfermagem.

A comunidade brasileira de enfermagem mobilizou-se durante cinco anos em torno desse estudo. E seus esforços foram finalmente recompensados com a realização da pesquisa institucional. Salles & Barreira (2010, p. 140) destacam em recente trabalho a abrangência e a importância de uma pesquisa que, na época, envolveu todas as regiões do país: o “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB)”, realizado entre 1956-1958, pela ABEn, com apoio da Fundação Rockefeller – EUA.

Do relatório final constaram 46 recomendações dirigidas ao Ministério de Educação e Cultura, ao Ministério da Saúde⁴, às universidades e legisladores,

⁴ O Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: o da Saúde e o da Educação e Cultura. A partir da sua criação, o Ministério passou a encarregar-se,

aos Serviços de Enfermagem em unidades sanitárias e hospitalares, à Conferência dos Religiosos do Brasil, às instituições que mantinham escolas de Enfermagem, às próprias Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e à ABEn. Esse relatório retratou a situação da Enfermagem no Brasil até o ano de 1956, inclusive (CARVALHO, 1976, p. 299-305).

O Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB), identificou de forma sistematizada, pela primeira vez, as dificuldades enfrentadas pelos profissionais quanto às suas condições de trabalho, rotatividade, alta evasão da profissão, insatisfação e falta de motivação, a baixa demanda para os cursos de graduação, evasão escolar e dificuldades no processo de formação profissional (DUARTE, *et al*, 2000, p. 91 – 92).

A importância deste estudo é reconhecida por diversos autores. Um deles, Brandão (1999), ao estudar a geração de pesquisadoras pioneiras na enfermagem, considerou, como fato assinalador dessa geração, o LRNEB, primeira pesquisa em enfermagem de âmbito nacional.

O empenho das pesquisadoras da geração pioneira⁵ no desenvolvimento do LRNEB e o resultado do seu trabalho foram elementos essenciais na constituição inicial da comunidade científica de enfermagem na sociedade brasileira. A ABEn funcionou no campo científico da enfermagem brasileira, como instituição capaz de assegurar a produção de pesquisas na área de enfermagem, como também a circulação de informação entre os pesquisadores da área (SALLES & BARREIRA, 2010, p. 140).

especificamente, das atividades até então de responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde (DNS), mantendo a mesma estrutura que, na época, não era suficiente para dar ao órgão governamental o perfil de Secretaria de Estado, apropriado para atender aos importantes problemas da saúde pública existentes. Na verdade, o Ministério limitava-se a ação legal e a mera divisão das atividades de saúde e educação, antes incorporadas num só ministério. Mesmo sendo a principal unidade administrativa de ação sanitária direta do Governo, essa função continuava, ainda, distribuída por vários ministérios e autarquias, com pulverização de recursos financeiros e dispersão do pessoal técnico, ficando alguns vinculados a órgãos de administração direta, outros às autarquias e fundações. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=126, acessado em 21/11/2010.

⁵ São identificadas no Brasil cinco gerações de pesquisadores enfermeiros, a saber: as pioneiras: anos 1950/1960; as autodidatas: anos 1960/1970; as acadêmicas: anos 1970/1980; grupos de pesquisa com produção científica sistemática e coletiva: anos 1990; pesquisadores líderes de grupos de pesquisa com produção científica internacional: anos 2000 do século 21. A geração das pioneiras, que despontou nos anos 1950, constitui o primeiro grupo de enfermeiras brasileiras, cuja produção merece destaque, sendo portanto consideradas as precursoras dos estudos científicos na área de enfermagem em nosso país (SALLES & BARREIRA, 2010, p. 139).

Alvim (1965, p. 301-302) é outra autora que se debruçou sobre o assunto. De acordo com ela, a realização do LRNEB foi um dos trabalhos mais importantes realizados pela Associação. “Somente quem acompanhou de perto as atividades do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem pode avaliar o volume de trabalho, o esforço e a dedicação que representou esta pesquisa para os que dela participaram”.

De grande importância para a enfermagem, a pesquisa LRNEB não foi publicada de modo generalizado junto à comunidade da enfermagem brasileira. Sua publicação só veio a acontecer no ano de 1980, após tentativas já feitas por diretorias anteriores da ABEn. Na ocasião decidiu-se trazer a público um número limitado de cópias do relatório em sua forma original, sem qualquer alteração, nem mesmo para atualizar a ortografia, com vistas a não protelar ainda mais esse feito (ABEn, 1980, p. 01).

A Fundação Rockefeller, sempre interessada nas questões de Saúde Pública, atuou em diversos projetos relacionados a esta temática, desde sua chegada ao país, em 1916, influenciando e atuando na organização deste setor. Suas iniciativas produziram importantes reflexos na organização da enfermagem de saúde pública brasileira. A Fundação não restringiu sua atuação ao Brasil, mas operou também em âmbito internacional. Esta teve também participação em outros importantes estudos, como no denominado Relatório Goldmark, base teórica que influenciou na organização da enfermagem brasileira na década de 1920, dentre outros, mostrando-se presente também no “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, realizado pela ABEn (FREIRE & AMORIM, 2008).

Diante de mais um interesse por parte da Fundação Rockefeller e da atuação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), é que se teve a oportunidade de gerar o referido estudo, considerado a primeira pesquisa de enfermagem brasileira, intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, que retratou a enfermagem brasileira em meados do século XX.

Cantado em verso e prosa por diversos autores, o LRNEB ostenta em seu currículo uma série de títulos, entre eles o status de pioneirismo em pesquisa de enfermagem em nível nacional. Colocado em prática após anos de discussão sobre a necessidade de sua realização, o trabalho contou com o

apoio e investimento de grandes instituições nacionais e internacionais que viabilizaram sua confecção e a possibilidade de vê-lo devidamente divulgado. No entanto, a amplitude do trabalho e sua conseqüente importância não fizeram com que o Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil fosse divulgado e gerasse o retorno social que se espera de todo projeto. Inexplicavelmente, o texto permaneceu por 22 anos sem ser publicado, o que só acabaria ocorrendo de modo tardio no ano de 1980.

Para Belo (2008, p. 15-17), a história do livro é um dos campos da pesquisa histórica que mais se desenvolveu nas duas últimas décadas. Tomar a obra “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, publicada em 1980, como objeto de estudo tem, assim, uma motivação especial. Trata-se da história de uma das publicações mais relevantes para a história da enfermagem brasileira no século XX. Resgatar o episódio significa trazer à luz o conteúdo de uma história pouco conhecida pelos profissionais da enfermagem.

Ainda segundo Belo (2008, p. 19; 42), apesar da sua importância histórica e do leque de fontes e oportunidades de análises que pode oferecer ao pesquisador, o livro e a leitura estão perdendo a sua influência tradicional. “Isso gera conseqüências negativas para a aquisição de conhecimentos e para a cultura, principalmente no Brasil, considerado como tendo uma fraca tradição bibliográfica”, explica o autor.

No entanto, diante de um consenso acerca da divulgação na comunidade acadêmica de enfermagem e de sua aparição tardia, 22 anos após sua realização, surge uma inquietação e esta última nos levou a investigar a publicação da obra que registrou a primeira pesquisa científica de enfermagem, em âmbito nacional, até então. Assim é que entendemos que a referida pesquisa, intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, cujo conteúdo fora requisitado por diversos órgãos e teve fundamental importância para o planejamento futuro da enfermagem brasileira, merece ser melhor investigada e detalhada, com vistas a preencher as lacunas e inquietações deixadas.

Desse modo, e considerando a atuação da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn no período da realização do estudo (1956 – 1958), a

atuação de diversos órgãos nacionais e internacionais na execução da pesquisa, como a Fundação Rockefeller, e os acontecimentos e discussões ocorridos até o ano de sua publicação (1980), é que definimos, como objeto de estudo, o livro intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editado pela Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, no ano de 1980.

Neste estudo, optamos por definir como delimitação temporal o período de 1956 a 1980, anos que demarcaram o início da realização da pesquisa denominada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” e a publicação do livro pela Associação Brasileira de Enfermagem. Estipular esta delimitação se fez necessário para indicarmos os nexos entre as condições de produção do LRNEB e a publicação da obra, além do rastro que a pesquisa deixou na história da enfermagem brasileira até sua publicação no ano de 1980.

Para operacionalizar o estudo, foram definidos, então, os seguintes **objetivos**:

1. Caracterizar as condições para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, coordenada pela Associação Brasileira de Enfermagem, no período de 1956 a 1958;
2. Analisar os desdobramentos da pesquisa “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” que antecederam a publicação do livro em 1980;
3. Discutir a publicação e a estética do livro “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, pela Associação Brasileira de Enfermagem no ano de 1980.

Justificativa

A palavra história, oriunda do idioma grego, encerra entre seus significados investigação e informação. Contemporaneamente, pode ser considerada como a ciência do acontecido, como notícia desses fatos ou como os fatos acontecidos. O uso da palavra ciência nestas linhas aponta então para o estudo sistemático e criterioso do passado que supera, portanto, a mera narração dos fatos. Assim, como ciência, a história jamais está completa ou definitiva. Seus resultados estão sempre à espera de novas ou outras interpretações e críticas que lhe atribuam sentido (SILVA JUNIOR, 2011).

Os fatos e os documentos não falam por si. Falam apenas quando o pesquisador os aborda e os interpreta, procurando compreender o pensamento que está por trás deles. O papel do pesquisador é ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas; seu principal trabalho não é registrar, mas avaliar ancorado numa base teórica. Os documentos são essenciais e constituem, sem dúvida, matéria-prima para o pesquisador. Por si mesmos, não constituem a história. São filtrados pela visão do pesquisador e por ele inseridos em uma realidade concreta (FÁVERO, 2009, p. 115).

A História é uma construção que não cessa, é uma perpétua gestação do presente para o passado; logo o documento não pode ser entendido como a realidade histórica em si, mas trazendo porções dessa realidade. Além disso, as fontes históricas são sempre lidas e exploradas com os filtros do presente, de acordo com os valores, as preocupações, os conflitos, os medos, os projetos e os gostos de cada observador (SAMARA & TUPY, 2007, p. 124).

No entanto, além de contribuírem para a reflexão sobre o futuro do livro a partir do que sabem sobre o seu passado, os historiadores, graças à sua consciência da diversidade de suportes e materiais da escrita ao longo da história, dos modos de reproduzir e de ler os textos no passado, podem contribuir, de uma forma muito concreta, para as políticas de conservação do livro e, conseqüentemente, para o resgate e conservação da memória. Belo

(2008, p. 34-35) assinala que esse esforço é fundamental à manutenção da nossa memória e à possibilidade de continuarmos a compreender no presente, por meio da pesquisa histórica, o que foram o livro e a leitura no passado

Assim, através da mudança no “olhar” do pesquisador, trazendo o livro como objeto de estudo, é que se busca vencer os silêncios e as lacunas das fontes, e conseqüentemente, contribuir de uma nova forma, sob novos ângulos, para o enriquecimento da História da Enfermagem (SAMARA & TUPY, 2007, p. 125-126).

Para além de ser apenas uma disciplina, a história da enfermagem tem sido um instrumento fundamental de pesquisa para elucidação de fatos e fenômenos subjacentes no desenvolvimento da enfermagem. Neste estudo, por meio de uma das mais relevantes publicações da enfermagem brasileira, assumimos o desafio de complementar a historiografia da enfermagem sobre a obra em questão. Ao mesmo tempo, lançamos o nosso olhar sobre a obra/livro, entendendo que o livro é ainda um vasto campo a ser explorado na história da enfermagem brasileira e internacional.

Retornar ao livro significa elucidar questões e contribuir para a história da enfermagem brasileira. Esse retorno aqui empreendido é também uma forma de gerar um despertar, nessa disciplina, para a mais destacada pesquisa sobre a enfermagem brasileira no século XX. Nossa intenção é contribuir, dessa forma, para o conhecimento e reconhecimento desta obra pelos profissionais de enfermagem nos dias atuais.

O estudo integra as investigações registradas no grupo de pesquisa do CNPq "Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem - Lacenf", desenvolvido e validado nas atividades do Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem – Laphe, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Aspectos Conceituais e Metodológicos

O estudo apoiou-se nas abordagens e nos conceitos aplicados por André Belo⁶ e Roger Chartier⁷, pesquisadores que estudam a história da cultura e do livro, a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais. Serão utilizados também outros autores que abordam o tema, trazendo contribuições e enriquecendo as discussões.

Trata-se de um estudo desenvolvido na perspectiva da História do Livro. A história do livro e a história da leitura são as abordagens que compõem a história da cultura, segundo Roger Chartier (2009). Ambas as abordagens tendem a caracterizar culturalmente os grupos sociais ou socialmente os produtos culturais, podendo sugerir, assim, uma reflexão crítica. Porém, para este estudo, optou-se por focar a análise dentro das abordagens e conceitos da história do livro.

A definição do termo história do livro corre o risco de gerar uma grande indefinição, pois o tema é rico em diversidade e múltiplos caminhos. Afinal de contas, a interdisciplinaridade torna essa área um território variado e heterogêneo, com limites difíceis de definir. Isso em nada diminui a sua importância, até porque pode constituir a sua principal riqueza. O livro, na verdade, passa a ser o objeto por onde transitam diferentes metodologias e correntes que nos ajudam a compreender as obras e sua relação com os mais variados aspectos do mundo social e cultural. Essa área torna-se, assim, um ponto de passagem: ela ajuda a quebrar barreiras e fronteiras entre saberes, estabelecendo-se como uma zona de comunicação entre diferentes

⁶ André Belo nasceu em Paris em 1971. Viveu em Lisboa a partir de 1974 onde fez todo seu percurso escolar. Coursou História na Universidade Nova de Lisboa e fez mestrado no Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa. Em 1998 regressou a Paris, onde atualmente vive, preparando na École des Hautes Études en Sciences Sociales, um doutoramento sobre escrita e leitura de jornais em Portugal no século XVIII. Entre 1997 e 2001 colaborou com a Comissão dos Descobrimientos Portugueses na elaboração de dois CD-ROM de fontes bibliográficas portuguesas, a Bibliotheca Lusitana, de Barbosa Machado, e o Dicionário Bibliográfico Português, de Inocêncio F. Silva. Este contato com a edição digital fez-lhe crescer interesse pela reflexão sobre o livro e a leitura, articulada entre o passado e o presente. Em: <http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura/resenha/resenha.asp?isbn=8575260545&sid=871326143121113565731097632>, acessado em 13/11/2010.

⁷ Roger Chartier é um historiador francês vinculado à atual historiografia da Escola dos Annales. Ele trabalha sobre a história do livro, da edição e da leitura. Roger nasceu em 09 de dezembro de 1945, em Lyon, filho de uma família operária. Formou-se professor e historiador simultaneamente pela Escola Normal Superior de Saint Cloud e na Universidade de Sorbonne. O francês estuda a história da cultura e dos livros, a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais (CHARTIER, 2009).

especialistas onde antes essa comunicação não existia (BELO, 2008, p. 40; 72).

Belo (2008, pag. 24), ao analisar o estudo “A Galáxia de Gutenberg”, escrito por Marschall McLuhan (1977), observou que na Antiguidade e na Idade Média existiu uma cultura baseada no manuscrito e na oralidade; nesse ambiente, explica ele, a leitura em voz alta e a audição coletiva eram o modo de transmissão e recepção dos discursos. A esta prática seguiu-se uma cultura do livro impresso, em que a troca de idéias se fez predominantemente por meio da leitura individual, feita em silêncio, em que a visão veio substituir a audição e a voz como sentido dominante na comunicação.

Nesta investigação, guardando os limites da comparação, podemos inferir que, em parte, por 22 anos, a fama do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB) se deu pela oralidade dos que participaram do estudo. Este aspecto, assim, superou as informações e os dados que, contidos em seu relatório, poderiam ter sido mais explorados no campo e junto à comunidade da enfermagem à época.

Objeto inesgotável de riqueza, o livro exerce há muito sua fascinação. No tempo de um positivismo triunfante, que reduzia a história ao discurso, o livro parecia encerrar, juntamente com o manuscrito, tudo que o pesquisador devia descobrir para chegar até os fatos. No momento de abolir essa goliatha textual, quando a história se afirmou econômica e socialmente, o livro não foi vítima. A respeito, Chartier & Roche (1995, p.111) indagam: “Não era uma mercadoria boa de ser produzida e vendida? Não revelava as clivagens de uma sociedade?” Seu lugar na sociedade ficou ainda melhor assegurado com a eclosão das “ciências humanas” porque era uma presa fácil para o estudo das palavras e dos signos. Essa eterna juventude que se enraíza nas origens - existem discursos sobre o livro desde seu aparecimento - traduz, no fundo, a surpresa feliz de um mundo estupefato. Um mundo que pode ouvir, em seu presente, para além dos espaços e dos séculos, tão velhas linguagens

Analisando a palavra “Livro”, verifica-se que a mesma vem do latim “líber”, que designa o alburno, uma parte da árvore situada entre a casca e o miolo que foi outrora utilizada como superfície para receber o texto (BELO, 2008, p. 28).

Belo (2008) assinala que o livro é uma das fontes mais ricas de que o historiador dispõe. Nele encontramos idéias do seu autor, as marcas do lugar social de onde escreveu, os indícios da produção e da venda da obra, do trabalho de ilustração, de grafismo, a materialidade e espiritualidade deste.

Mais do que isso, ao livro se ligam grupos sociais específicos, que escolhem os textos, financiam, fabricam, comercializam e transportam as obras, deixando as suas marcas nestes objetos tipográficos (BELO, 2008, p. 73). Para além dos grupos sociais que marcaram o LRNEB, financiando-o, produzindo-o e publicando-o, a obra marcou, pelo seu efeito de longevidade, especificamente na área da enfermagem, duas gerações de pesquisadoras enfermeiras: a geração pioneira, nos anos de 1950, pelo marco do desenvolvimento da pesquisa, e a geração acadêmica, nos anos de 1980, pelo marco de publicação da obra em questão. Para além do conteúdo, conhecer as marcas de uma obra, os sujeitos e grupos sociais a qual estão ligados a ela, pode ser fonte de estudos e discussões. Essas informações contribuem para o entendimento e conhecimento de fatos históricos, nesse caso com relação à enfermagem.

Qualquer livro, em qualquer época, seja ele impresso ou manuscrito, traz em si, para além das marcas de um trabalho intelectual, marcas de uma relação com o poder ou com outros indivíduos. De acordo com Belo (2008, p. 104), são marcas do estatuto social dos seus autores, marcas da relação do texto com o leitor, marcas de um uso da língua, enfim, marcas de um proprietário ou mesmo de um ato de leitura. Tudo o que está no livro, em qualquer livro, nos reenvia para fora dele.

Assim é que são considerados documentos todos os vestígios do passado, passíveis de análise histórica, inclusive o livro. Neste sentido, sustenta Silva Junior (2011), a perspectiva da pesquisa histórica se vê enormemente ampliada e novos problemas são postos à percepção, seleção e interpretação daquilo que anteriormente não se cogitava como portador do dado histórico, ou seja, todo produto da atividade humana pode se tornar um documento com interesse para a história.

O documento, portanto, é o ponto de partida para se conhecer um fato histórico, e é também por meio dele que podemos visitar o passado e reinterpretá-lo sob novo olhar (FÁVERO, 2009, p. 114).

Os documentos constituem produtos da sociedade que os configurou, segundo as relações de força dos que aí detinham o poder (FÁVERO, 2009, p. 117). Reforçando essa idéia, Le Goff (1992, p. 548) diz que:

O documento é um monumento. Resulta de um esforço das sociedades históricas para impor ao futuro [...] determinada imagem de si próprias. Daí ser preciso começar por desmontar, demolir essa montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos/monumentos.

Considerando o livro como documento e objeto de estudo, este estudo enxerga na publicação um objeto que tem uma história. De um inventário superficial sobre o livro destacamos, conforme Chartier e Roche (1995, p. 109), um certo número de sinais que remete a tantos outros usos: o título, a ilustração, a tipografia [...]. Foi portanto a história do livro através da análise dos contextos que nos despertou interesse e nos motivou a desenvolver este estudo.

Diversos autores se debruçaram sobre o tema. Reproduzimos aqui a visão que alguns deles têm do fenômeno. Para Samara & Tupy (2007, p. 125-126), por exemplo, a história do livro tem se desenvolvido amplamente dentro do campo da pesquisa histórica. O aprofundamento de teorias e métodos científicos de trabalho para a construção e difusão do conhecimento histórico, através de mudanças no “olhar” do historiador, fundamentam a ampliação do leque de temas trabalhados. Para estes autores, o desafio de renovação de métodos e técnicas de pesquisa possibilita aos pesquisadores significativas modificações no conceito de fontes históricas.

Já Belo (2008, p. 37; 39; 102) destaca o seguinte: a história do livro é uma área fortemente interdisciplinar, onde dialogam a história, a sociologia, a antropologia e as ciências da linguagem e da informação. O trabalho interdisciplinar atual corresponde então a um extraordinário enriquecimento do livro enquanto fonte histórica.

Procurando o apoio de outras definições, Donald F. McKenzie (1986, p. 6-7), define a especialidade como uma “sociologia dos textos”. Segundo este

pesquisador, estudar o passado do livro é estudar o seu conteúdo, considerando toda a vasta gama de realidades sociais que os textos envolvem e com as quais interagem, em cada momento de sua produção, transmissão e consumo.

Abordar a história do livro é, então, explorar as relações entre os livros, enquanto veículos de textos, narrativas, memórias, idéias, e a sociedade da qual eles faziam parte (BELO, 2008, p. 43-44). Nessa perspectiva, ao trazer a obra “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” como objeto de estudo, buscou-se explorar as memórias, os grupos sociais, os fatos e acontecimentos que estiveram ligados e/ou fizeram parte de todo o processo, desde a sua produção até a sua publicação, e marcaram a obra, fazendo dela um marco para a história da enfermagem.

Essas definições aqui abordadas são razoavelmente convergentes num aspecto essencial: a história do livro atual é muito mais do que o simples estudo dos procedimentos técnicos de escrita e reprodução de um livro até ele chegar ao leitor. Sua trajetória transcende a simples visão do livro como objeto material e compreende a comunicação e todos os processos sociais, culturais e literários que os textos afetam e envolvem. Ela integra um conjunto de disciplinas específicas de tal maneira vasto que é impossível resumi-lo aqui. Essa é a principal riqueza desse território acadêmico (BELO, 2008, p. 39).

Para Belo (2008, p. 39-40), áreas acadêmicas muito diferentes, unidas pelo interesse pelo livro ou pelo texto, convivem debaixo do nome genérico “história do livro e da leitura”. É nessa altura que o nome, parecendo querer dizer tudo, corre o risco de não querer dizer nada. Até porque esse nome muda de país para país: no Brasil, por exemplo, onde é débil a tradição bibliográfica de estudos técnicos sobre o livro antigo, os estudos que se têm desenvolvido aparecem normalmente sob a designação de “história da leitura”, não tanto como “história do livro”.

Na visão de McKenzie (1986), é fundamental que o estudo do livro, enquanto objeto físico, inclua uma abordagem histórica e sociológica. Não faz sentido, sustenta ele, estudar todo o aspecto material do livro e sua apresentação sem se considerar, ao mesmo tempo, os processos sociais que dão sentido à sua produção, transmissão e recepção.

Se a reflexão sobre a história da história do livro e da leitura pode ser útil, é porque ela nos ajuda a compreender que, mais do que uma disciplina só, com um objeto de estudo bem definido, estamos perante um conjunto de disciplinas em diálogo (BELO, 2008, p. 71).

Nesse contexto de permanente mudança, novas tecnologias, diversos métodos de pesquisa, temas e abordagens originais são alguns dos fundamentos que reafirmam o dinamismo da própria história (SAMARA & TUPY, 2007, p. 141).

O estudo do documento, sua(s) definição(ões), técnicas de utilização, modos de interpretação, tipologia, entre outros fatores, oferecem ao historiador experiente uma oportunidade única de reflexão sobre a História. E, ao mesmo tempo, desvendam um caminho seguro, trilhado por sucessivas gerações de estudiosos, dando conta do aprendizado de um conjunto de operações técnicas, instrumentos e procedimentos necessários ao trabalho (SAMARA & TUPY, 2007, p. 143).

Daí a necessidade, até então presente, de recorrer a métodos e técnicas de outras disciplinas para responder a novos paradigmas de interpretação histórica (SAMARA & TUPY, 2007, p. 145).

Agora, como no passado do historiador, exige-se uma permanente reflexão sobre o seu objeto de estudo. E esta se manifesta em sucessivas retomadas de sua ferramenta fundamental de trabalho – o estudo do documento (SAMARA & TUPY, 2007, p. 147).

Procedimentos Metodológicos

Para Gil (1999, p. 66), a análise documental diz respeito a uma técnica em que as fontes utilizadas, os documentos, ainda não sofreram tratamento analítico (chamados documentos de primeira mão, que são: documentos oficiais, relatórios, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, entre outros). Ou ainda aqueles documentos que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Essa técnica se difere da pesquisa bibliográfica somente pela natureza das fontes.

Consideramos como documentos os registros escritos que podem ser utilizados como fontes de informação e que por meio deles podemos identificar princípios e regras que regeram as relações que se estabeleceram entre os diferentes grupos (ALVES-MASSAOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 169). No entanto, os documentos não são vistos apenas como fonte de informação, mas como algo que podemos analisar, interpretar e compreender, para a produção de novos conhecimentos. Assim, a proposta para as análises de documentos em pesquisa histórica, é a de que um texto seja sempre portador de um discurso, e que assim considerado, não poderá ser visto como algo transparente (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 377).

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é que o leitor obtenha o máximo de informação com o máximo de pertinência (BARDIN, 2008, p.47-48).

Como fonte preferencial utilizou-se neste estudo a obra intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editada pela Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn no ano de 1980. Foi utilizada, durante a execução do trabalho, a cópia desta obra, obtida na Biblioteca da ABEn, em Brasília. Para confirmar alguns dados referentes à estética do livro e para obter fotos da publicação, utilizou-se, durante a finalização desta dissertação, o livro original, publicado pela ABEn em 1980. O exemplar usado pertence ao acervo pessoal da prof^a Dr^a Taka Oguisso. Outros documentos foram utilizados para compor a análise das condições de realização do estudo que resultou na publicação em questão. Essas fontes

foram relatórios, atas⁸ e publicações reunidas na biblioteca da ABEn-RJ. Foram utilizados ainda os seguintes acervos: Arquivo Setorial *Enfermeira Maria de Castro Pamphiro*; Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem – Lacenf, ambos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – EEAP – UNIRIO; Biblioteca da EEAN – UFRJ, além de arquivos pessoais de pesquisadores.

A historiografia da enfermagem, do Brasil e da educação e saúde⁹ contou com a literatura de apoio às análises e interpretações do estudo, disponíveis no Banco de Textos do Laboratório de Pesquisas em História da Enfermagem – Laphe, da EEAP – UNIRIO.

Os documentos falam, eles têm uma história para contar, desde as circunstâncias em que foram escritos e as relações entre quem escreveu e o destinatário daqueles escritos. No estudo dessas inter-relações é possível desvelar a história que ninguém ficou sabendo, as lutas que foram travadas para que as coisas acontecessem como aconteceram (NUNES *et al*, 2003, p. 11).

A preservação da memória da enfermagem está intrinsecamente relacionada com o trabalho de documentação, pois é nas fontes documentais que encontramos a presença do passado. Estes documentos, então, devem ser trabalhados, reconstruídos e contextualizados para a produção de novos conhecimentos históricos.

Assim é que a obra “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editada e publicada pela ABEn no formato livro é, para este estudo, um documento-objeto. Segundo Silva Junior (2011):

Uma outra forma de olhar as fontes documentais, além do aspecto das informações que elas contém, é a sua própria

⁸ Vale destacar que as atas utilizadas para consulta neste estudo, em sua grande parte, estavam disponíveis em forma de cópias, no acervo do Lacenf, da EEAP, da UNIRIO.

⁹ Vale destacar que, para uma melhor organização deste estudo, foram reunidos, ao final deste, resumos biográficos dos atores principais relacionados à pesquisa intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, conforme consta no sumário.

existência material, isto é, a construção do documento e a composição do acervo com uma intenção, seus significados e desdobramentos.

Trazer a obra “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” como objeto de estudo é, segundo Belo (2008), escrever a história do livro.

A história do livro abrange “toda a história da comunicação escrita: a criação, a disseminação, os usos do manuscrito e do impresso em qualquer suporte, incluindo livros, jornais, periódicos, manuscritos e outros objetos impressos de vida efêmera” (GREENSPAN & ROSE, 1998).

Segundo Belo (2008, p. 44), objetiva-se construir, assim, uma história social do livro associada aos seus aspectos culturais e intelectuais.

O documento histórico é, na maioria das vezes, segundo Pierre Salmon (1979, p. 60- 61), um documento escrito, manuscrito ou impresso. Funciona como o intermediário entre o passado e o historiador. Em contrapartida, tais documentos tornam-se preciosos no que diz respeito às maneiras de viver ou de pensar na época em que foram escritos. A crítica histórica terá, então, o encargo de pôr em relevo a verdade dos documentos recolhidos. Para tanto, esta metodologia estabelecerá distinção entre os *documentos conscientes* – documentos redigidos por homens que declaram ter assistido ou participado dos fatos relatados ou que se julgam capazes de os narrar com exatidão – e os *documentos inconscientes* – vestígios deixados pelos fatos independentemente da vontade dos homens que neles intervieram. O historiador aplicará a todos os documentos conscientes e inconscientes as regras da crítica externa, e as da crítica interna apenas aos documentos conscientes.

De acordo com a definição de Pierre Salmon, este estudo fará uso de um documento consciente, e, por isso, terá como base as regras da crítica externa e interna. A crítica externa, de acordo com Salmon, tem por fim reunir o conjunto dos materiais fornecidos pelas fontes, esforçando-se por eliminar as suas eventuais contradições. Já a crítica interna, vai analisar o conteúdo do

trabalho do autor. A análise é necessária à crítica; e toda crítica começa por uma análise (SALMON, 1979, p.107-180).

Vale destacar, a título de esclarecimento, que, apesar deste estudo fazer uso da análise documental, um elemento constatado na capa do livro “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, a denominação “Diretrizes para a Enfermagem no Brasil”, não fora explicada no conteúdo do quarto capítulo, onde este assunto é abordado, se constituindo, assim, um limite neste estudo, em virtude do tempo para coleta e análise das informações. Para confirmação do título do livro em estudo, e no intuito de atenuar as dúvidas surgidas, foi feita uma consulta a um membro da diretoria da ABEn Nacional à época (gestão 1976 - 1980), a qual confirmou que o título da obra é mesmo LRNEB. Fato que se confirmou com a bibliografia crítica sobre o tema.

Para melhor organização da análise, foram utilizadas as diferentes fases da análise, propostas por Bardin (2008, p. 121-129):

- A *pré-análise*, que é a fase de organização propriamente dita, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Para esta etapa, foram selecionados os assuntos pertinentes ao tema, ou seja, que indicam relação com o LRNEB, com a enfermagem na década de 1950 ao ano de 1980, e com a temática “história do livro”.

Nesta fase, destacou-se a crítica dos documentos, que procura determinar com rigor o valor da informação contida nas fontes históricas. A primeira tarefa, a da crítica externa ou de autenticidade, consiste em determinar se um documento é verdadeiro ou falso ou ainda se vem a ser um original ou uma cópia (SALMON, 1979).

- A *exploração do material*, que é a fase da análise propriamente dita, ou seja, a aplicação sistemática das decisões tomadas. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, em função de regras previamente formuladas.

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação dos dados em bruto do texto, transformação esta que permite

atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão. Para tal, foi utilizada a *análise categorial*, que, segundo Bardin (2008, p. 199), funciona por operações de desmembramento de texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz na condição de se aplicar nestes casos.

Para análise do conteúdo, no processo de crítica interna ou de credibilidade dos documentos, foi utilizada a crítica de interpretação, de acordo com Pierre Salmon (1979). É por meio desta ferramenta que se procura apreender o conteúdo do texto, o que o autor disse, o que quis dizer e mesmo o que não disse.

Para a discussão sobre a estética da obra, foram utilizadas as idéias e discussões trazidas por Emanuel Araújo (2008). Para melhor entendimento sobre tais idéias, utilizou-se fotos do livro intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, publicado em 1980, pela ABEn. Como já foi dito aqui, o exemplar usado pertence ao acervo pessoal da prof^a Dr^a Taka Oguisso.

A técnica fotográfica foi utilizada neste estudo como forma de coleta de dados, com o objetivo de registrar as imagens da obra e proceder à análise da estética desta através dessas fotografias. Ou seja, as fotos foram utilizadas para uma melhor apreciação e entendimento das discussões acerca da estética do livro, sem que fosse necessário o desenvolvimento e comprometimento com a análise das mesmas. As imagens apresentadas ratificam as palavras, e vice-versa, sendo entendidas, assim, ao serem articuladas com o texto, como uma estratégia metodológica de triangulação documental. Estas funcionaram, portanto, como comprovação documental e científica.

- O *tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação*, é a fase em que os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos, condensando-os e pondo em relevo as informações fornecidas pela análise. O pesquisador, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos -, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática

com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticadas graças a técnicas diferentes.

Assim, a operação histórica consiste, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto de documentos disponíveis, em estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do tema estudado e construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido (SAMARA & TUPY, 2007, p. 119).

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES PARA A PESQUISA “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL”

Ao caracterizar as condições que favoreceram o desenvolvimento da pesquisa levada a efeito pela Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, no período de 1956 a 1958, é possível notar uma vasta rede de relações entre órgãos, setores, agentes e campos sociais, que, juntos e entrelaçados, construíram e efetuaram a pesquisa acima citada, como será demonstrado neste capítulo.

Segundo Samara & Tupy (2007, p. 121-122):

“... um texto, primeiro e antes de tudo, é a representação física da linguagem. Ora, enquanto veículo de idéias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico – uma *dimensão abstrata* – que abarca signos, símbolos, conteúdos, mensagens, sentidos, construção argumentativa, entre outros pressupostos. Sua decodificação impõe, ainda, o conhecimento do contexto muito preciso que o produziu ou fez existir... Logo, identificar com precisão a simbologia contida em um texto escrito implica, em um primeiro momento, estabelecer o contexto histórico do documento, não apenas definindo as relações entre seus conteúdos e a época em que o mesmo foi produzido, como também reconhecendo o(s) seu(s) autor(es)”.

Nessa perspectiva, passaremos à descrição de alguns aspectos históricos, que poderão contribuir para compor aproximações contextuais da, até então, primeira investigação sobre a enfermagem brasileira, em âmbito nacional, com amplo suporte científico e econômico. E, por assim dizer,

também com forte apelo simbólico, por ter demarcado a geração das pesquisadoras pioneiras da enfermagem no país.

Necessidades da Enfermagem Brasileira

A preocupação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras – ANEDB (1929 – 1944) com publicações de conteúdos de interesse para a enfermagem data de fins de 1920.

No final desta década, em 1929, integrantes da Associação participam de um Congresso do Conselho Internacional de Enfermeiras - CIE¹⁰, em Montreal (Canadá). Ato contínuo, surgem as primeiras discussões visando à criação de uma revista de enfermagem brasileira. Nascia, assim, a idéia de publicar *Annaes de Enfermagem*¹¹, primeira revista de enfermagem brasileira, que teve seu primeiro exemplar publicado em 1932 (MANCIA & PADILHA, 2006, p. 433-434).

Numa reunião realizada em 1944 com vistas a uma nova reforma no estatuto da Associação (a primeira havia ocorrido em 1929), os representantes da entidade promovem, entre outras alterações, a mudança do nome da Associação, que passou a chamar-se Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas – ABED (1944 – 1954). Essa denominação durou até o ano de 1954, quando, numa Assembléia Geral, a instituição passou a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn¹² e seu órgão oficial de comunicação, Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn (CARVALHO, 1976, p. 33-39). As duas denominações permanecem até os dias atuais.

Após passar por diversas mudanças, a Associação é considerada como entidade de âmbito nacional, de caráter não-governamental e de direito

¹⁰ O Conselho Internacional de Enfermeiros – ICN é, nos dias atuais, uma federação de mais de 130 associações nacionais de enfermeiros, representando os mais de 13 milhões de enfermeiros em todo o mundo. Fundado em 1899, o ICN é o primeiro e a mais ampla organização internacional do mundo criada para os profissionais de saúde. Operado por enfermeiros e enfermeiras de liderança internacional, o ICN trabalha para assegurar os cuidados de enfermagem de qualidade para todos, as políticas de boa saúde em nível mundial, o avanço do conhecimento de enfermagem, assim como a presença em todo o mundo de uma profissão respeitada e uma força de trabalho de enfermagem competente e satisfeita (disponível em: <http://www.icn.ch/about-icn/about-icn/>, acessado em 29/01/2011).

¹¹ Hoje esta publicação circula sob a denominação de Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), sob a responsabilidade editorial da Associação Brasileira de Enfermagem.

¹² A designação de *Enfermagem* no nome da Associação deveu-se a Maria Rosa S. Pinheiro, presidente (1º mandato) da Associação no período de 21/08/1954 a 20/10/1956.

privado, reconhecida como de utilidade pública, conforme Decreto Federal nº 31.417/1952, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 11 de setembro de 1952¹³.

Por ter tido em sua presidência enfermeiras que ocupavam posições de influência no setor da saúde (Ministério, Escolas), a Associação Brasileira de Enfermagem sempre foi solicitada para dar informações sobre o número exato de enfermeiros existentes e em atividade, tanto por instituições nacionais como internacionais (CARVALHO, 1976, p. 294).

De acordo com a mesma autora, o interesse das associadas em conhecer a situação da Enfermagem no país foi evidenciado, pela primeira vez, em 1939. Em abril do referido ano, a então presidente da Associação, Hilda Anna Krisch (mandato referente ao período de 1938 – 1941) informou que haviam sido enviadas cartas aos estados solicitando as informações necessárias para um estudo nesse sentido, mas que as respostas obtidas não haviam sido consideradas satisfatórias, fazendo, por esse motivo, com que o trabalho não fosse realizado (CARVALHO, 1976, p. 294).

A necessidade de um inquérito que pudesse fornecer esses dados foi se tornando cada vez mais evidente à medida que as enfermeiras iam se espalhando por todo o país, integradas nas organizações oficiais de saúde. Sabia-se à época, ainda segundo Carvalho (1976, p. 294), que qualquer planejamento de serviço médico-sanitário exigia conhecimento prévio do número disponível de profissionais que o pudessem integrar. Caberia, então, à Associação, na falta de um outro órgão com essa competência, manter o quadro atualizado completo da situação da enfermagem a fim de, a qualquer momento, estar em condições de contribuir com as informações indispensáveis para esse planejamento.

Ensaio Investigativo

O primeiro estudo com esse objetivo foi realizado em 1950, embora desde 1946, a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária (DOS), do Departamento Nacional de Saúde (DNS), do Ministério da Educação

¹³ Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/index.php?path=10>, acessado em 15/11/2010.

e Saúde¹⁴, viesse se empenhando em conseguir dados reais sobre a situação numérica do pessoal de enfermagem. Lima (1950, p. 05) assinala que esse empenho tanto dizia respeito aos enfermeiros brasileiros como aos estrangeiros que aqui se encontravam exercendo a profissão. Somente com um trabalho dessa natureza, argumenta ela, poderia ser evitada a divulgação de cifras pouco verdadeiras.

Sem os recursos e o apoio necessários, porém, aquela seção nada conseguiu oficialmente. Apenas quatro anos mais tarde houve um trabalho com a colaboração da então ABED¹⁵, da Divisão de Ensino do Serviço Especial de Saúde Pública¹⁶ e da Diretoria Geral do DNS (CARVALHO, 1976, p. 295).

Para presidir o futuro levantamento censitário, foi designada Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da DOS. Também indicada como representante da ABED, Izaura conseguiu reunir um grupo de profissionais do Distrito Federal e de alguns estados e formou a Comissão do Censo. Waleska Paixão, Clara Curtis, Haydée G. Dourado, Rosa de Paula Barbosa e Mirabel Smith Ferreira Jorge integraram a Comissão (CARVALHO, 1976, p. 295).

O relatório final desse primeiro trabalho de âmbito nacional foi divulgado

¹⁴ Em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (FONSECA, 2000, p. 394). No início de 1937, o MESP, após a reformulação de sua organização central, passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (MES). Em 1941, com a Reforma Barros Barreto, iniciada com o Decreto Lei nº. 31.714, foi definida uma nova estrutura para o Departamento Nacional de Saúde (DNS), que ficava dentro do MES, passando o mesmo a ter duas grandes divisões: a da organização sanitária (DOS) e a de organização hospitalar (DOH) (AMORIM & BARREIRA, 2007, p. 234; 280).

¹⁵ Em 1950 tinha-se na ABED a seguinte diretoria: Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (3º. mandato – de 23/07/1948 a 08/12/1950); Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente; Ana Jaguaribe da Silva Nava, 1ª Secretária; Zaíra Bittencourt, 2ª Secretária; Maria de Lourdes Verderese, tesoureira. Conselho Fiscal: Zaíra Cintra Vidal, Irmã Matilde Nina e Annita Miranda Carvalhaes. Conselho Deliberativo: Juracy Pyrrho Pacheco da Silva, Maria de Castro Pamphiro, Ruth Borges Teixeira e Clarice Della Torre Ferrarini. Em 02/12/1949, alguns membros foram substituídos, sendo eleitas: Ir. Matilde Nina, vice-presidente; Maria José de Almeida Leite, 1ª Secretária. Conselho Fiscal: Áurea Ferreira Dias, Ir. Marta Teles e Juracy Pyrrho Pacheco da Silva. Conselho Deliberativo: Zaíra Cintra Vidal, Annita Dourado Teixeira, Hildegard Pires de Campos e Hermínia Nogueira (CARVALHO, 1976, p. 51).

¹⁶ O Serviço Especial de Saúde Pública foi criado em 1942 e atuou no Brasil até 1960, quando tornou-se a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSesp). O SESP era financiado com recursos norte-americanos e brasileiros e elaborou suas políticas sanitárias a partir de um acordo com o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA). Empreendeu políticas sanitárias voltadas para as populações do interior, montou uma rede de unidades sanitárias e outros equipamentos; construiu e administrou escolas de enfermagem, hospitais, centros de saúde, além de praticar educação sanitária (CAMPOS, 2006, p.14).

no IV Congresso Nacional de Enfermagem^{17;18}, em 1950, e continha recomendações a serem consideradas: a necessidade de ser criada uma seção de enfermagem no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina que, entre outras funções, deveria manter o cadastramento atualizado dos enfermeiros diplomados no Brasil. Outra recomendação foi a de que trabalho semelhante ao do levantamento censitário fosse repetido a cada cinco anos, abrangendo também as outras categorias ocupacionais (LIMA, 1950).

Esta solicitação das representantes da enfermagem já indicava que os segmentos profissionais e ocupacionais da enfermagem não eram facilmente diagnosticados quantitativa e qualitativamente. A recomendação deixava subentendido também que o monopólio do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina era pouco integrado com a principal entidade associativa das enfermeiras, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas – ABED. Esta última participava de todas as discussões sobre o desenvolvimento da profissão, apesar de ainda não ter conquistado o direito legal de fiscalização e exercício profissional da enfermagem. A ABED tampouco detinha um banco de dados sobre os profissionais da enfermagem, o que era de mais fácil acesso ao órgão fiscalizador, tendo em vista que a Associação acumulava dados daqueles que apenas a ela se associavam¹⁹.

¹⁷ Os Congressos de Enfermagem eram reputados como uma das realizações mais importantes da ABEn, porque constituíam a fonte de inspiração do desenvolvimento da enfermagem como profissão, e dos enfermeiros como cidadãos úteis à sociedade. Os primeiros Congressos foram designados Congressos Nacionais de Enfermagem, até o VIII, realizado em 1955; do IX em diante foram chamados Congressos Brasileiros de Enfermagem. De 1947 a 1954, deles provinham *resoluções*; a partir de 1955, *recomendações*. O primeiro Congresso de Enfermagem ocorreu em 1947, em São Paulo. Estes vieram ocorrendo anualmente, sendo o IV Congresso em 03 a 09/12/1950, em Salvador – Bahia (CARVALHO, 1976, p. 370-375).

¹⁸ Ao final do IV Congresso Nacional de Enfermagem, houve mudanças na diretoria da ABED, passando essa a ser composta por: Waleska Paixão, presidente (de 08/12/1950 a 26/07/1952); Ir. Matilde Nina, vice-presidente; Maria José de Almeida Leite, 1ª Secretária; Emengarda de Faria Alvim, 2ª Secretária; Cecília Mounier Pecego Coelho, tesoureira. Conselho Fiscal: Aurora Afonso Costa, Haydée G. Dourado e Jandira Alves Coelho. Conselho Deliberativo: Maria Rosa S. Pinheiro e Zilda Almeida Carvalho. Nessa gestão foi iniciada renovação anual do Conselho Deliberativo de dois membros apenas. Em 17/11/1951, houve substituição de membros, sendo eleitas: Maria Rosa S. Pinheiro, vice-presidente; Ana Jaguaribe Nava, 1ª Secretária. Conselho Fiscal: Ana Rosa Tupinambá, Maria Dolores Lins (de Andrade) e Maria Julieta Calmon Vila Boas (Irmã Joana, beneditina). Conselho Deliberativo: Aurora Afonso Costa e Haydée G. Dourado (CARVALHO, 1976, p. 52).

¹⁹ De acordo com o Decreto nº. 20.931/1932, de 11 de janeiro de 1932, a Enfermagem, dentre outras profissões, como a Medicina e a Odontologia, estava sob regulação e fiscalização do então órgão fiscalizador denominado Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, integrante do Departamento Nacional de Saúde (SANTOS *et al*, 1997, p. 18 – 24). Um Conselho para normatizar e fiscalizar o exercício da profissão de enfermeiros, técnicos e auxiliares de

Vale destacar também, dentro das conclusões do estudo, alguns aspectos que fragilizaram o próprio trabalho e demonstraram a necessidade de um maior empenho em futuros levantamentos daquela natureza. Entre as falhas apontadas estavam a distribuição das fichas (questionários) aos enfermeiros do país (40,39% responderam e 59,61% não responderam), deixando claro que não foi possível obter um retrato fidedigno da situação atual da enfermagem à época. Outra lacuna foi o não esclarecimento prévio sobre o questionário em relação ao preenchimento adequado, que resultou em respostas com falta de clareza. Por último, concluiu-se que a realização de um trabalho dessa natureza requeria mais tempo e recursos, dentre outros requisitos, para uma melhor identificação e análise da situação da enfermagem no país (LIMA, 1950, p. 06-17).

Carvalho (1976, p. 295) é uma das autoras que enriqueceram a literatura sobre o tema. Segundo ela, os enfermeiros presentes ao congresso decidiram atender aos apelos contidos no relatório e recomendaram à ABED que reiterasse, junto ao Ministério da Educação e Saúde, solicitação para que fosse “criada a Seção de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde”. A Associação deveria também “obter o apoio do Ministério da Educação e Saúde, a fim de realizar periodicamente o censo das enfermeiras diplomadas e das várias categorias de pessoal auxiliar de enfermagem”.

A presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Clara Curtis, informou, em 1951, que a Primeira Reunião de Técnicos em Enfermagem da Organização Mundial de Saúde (OMS)^{20;21} havia recomendado que se procedesse, em todos os países, a um estudo dos recursos nacionais de enfermagem e que este fosse realizado por técnicos especializados. A OMS ofereceria assessoramento aos países que o desejassem, a fim de manter certa uniformidade nos estudos. Para que isto acontecesse, e como primeiro

enfermagem foi criado em julho de 1973, denominado Conselho Federal de Enfermagem – COFEn. Criado junto aos seus respectivos Conselhos Regionais – CORENs, por meio da Lei nº. 5.905, juntos formam o Sistema COFEn/CORENs, atuando até os dias atuais. Disponível em: <http://site.portalcofen.gov.br/node/4037>, acessado em 01/01/2011.

²⁰ A Primeira Reunião de Técnicos (Peritos) em Enfermagem, da Organização Mundial de Saúde, foi realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1950 (CARVALHO, 1976, p. 325).

²¹ Quando diplomatas se reuniram para formar a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, uma das coisas que foram discutidas foi a criação de uma organização de saúde global. A constituição da OMS entrou em vigor em 07 de abril de 1948, data esta que atualmente é celebrada como o Dia Mundial da Saúde. Informação acessada em: <http://www.who.int/about/history/en/index.html>, em 14/11/2010.

passo, foi elaborado, sob os auspícios dessa organização, um “Guia para Estudos Nacionais de Recursos de Enfermagem”²², que poderia ser utilizado pelos países interessados (CARVALHO, 1976, p. 295-296).

O V Congresso Nacional de Enfermagem, ocorrido em 1951, considerou o estudo proposto pela OMS de grande importância para os futuros planos da Enfermagem no Brasil e para o intercâmbio com outros países no setor da assistência técnica. Assim foi que a Comissão de Intercâmbio propôs que o congresso fizesse recomendação à ABED para que esta considerasse a “possibilidade de realizar, em futuro próximo, um estudo sobre os recursos de enfermagem no Brasil. Recomendou, também, que a Associação entrasse “em contato com a Comissão Nacional de Assistência Técnica²³ para estudar a possibilidade de receber e dar assistência técnica em enfermagem”. Apesar da importância do assunto, conforme já relatado neste trabalho, a primeira recomendação não chegou a ser apreciada pelo plenário (CARVALHO, 1976, p. 296).

Ainda de acordo com Carvalho (1976, p. 296), os pedidos de informações sobre a enfermagem no Brasil continuavam cada vez mais insistentes. Da mesma maneira, não havia diminuído a antiga aspiração de conhecer seus recursos e necessidades e suas deficiências quantitativas e qualitativas. Em 1952, as redatoras de Anais de Enfermagem tiveram a oportunidade de registrar, com satisfação, um pedido de informações de enfermeiras dos Estados Unidos sobre o desenvolvimento das escolas de Enfermagem do país. Elas enxergaram na solicitação uma evidência de que a “profissão já estava se impondo como atividade [...] de relevância, projetando-se além de nossas fronteiras”²⁴.

Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob a direção do educador Anísio Spínola Teixeira. A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

²² Referiu-se a publicação de Margaret G. Arnstein, intitulada “Guide for National Studies of Nursing Resources. World Organization, 1953”. Em 1951, um esboço desse trabalho havia sido enviado às associações dos países membros do Conselho Internacional de Enfermeiras, para estudo e apreciação (CARVALHO, 1976, p. 325).

²³ A Comissão Nacional de Assistência Técnica foi criada pelo Decreto nº. 28.799, de 27 de outubro de 1950, no Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de estudar as possibilidades de participação do Brasil em programas de assistência técnica (CARVALHO, 1976, p. 325).

²⁴ Anais de Enfermagem, jul. de 1952, p. 277.

Superior (atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951²⁵, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". O professor Anísio Spínola Teixeira foi designado secretário-geral da Comissão.

Essa Comissão foi criada sob a presidência do Ministro da Educação e Saúde e composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e da Confederação Nacional de Comércio. A denominação da Comissão criada foi mudada para “Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior”, permanecendo a mesma sigla, CAPES (CARVALHO, 1976, p. 325).

Anísio Teixeira solicitou à Haydée G. Dourado, em 1952, uma estimativa das necessidades numéricas de pessoal de enfermagem. Foi indicada, então, uma comissão especial para estudar o assunto, sob a presidência desta enfermeira. O plano elaborado pela comissão tinha os seguintes objetivos: proceder ao levantamento do quadro de enfermeiras existentes e das necessidades de enfermeiras e de pessoal auxiliar; elaborar quadro demonstrativo das deficiências de enfermeiras e de pessoal auxiliar; e apresentar sugestões para suprir essas deficiências (ABEn, 1980, p. 05; CARVALHO, 1976, p. 296).

O levantamento foi realizado, utilizando como fonte de referência para os cálculos as informações da Divisão de Organização Sanitária e da Divisão de Organização Hospitalar, para o pessoal auxiliar. Já no que se referia aos enfermeiros, a fonte consultada foi o censo ocorrido em 1950²⁶. Em trabalho publicado em 1954, Lourival Ribeiro, na época presidente da Sociedade

²⁵ Era o início do segundo governo Vargas, e a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>, acessado em 14/11/2010.

²⁶ Ata da reunião da diretoria da Divisão de Educação da ABEn, realizada no dia 03 de julho de 1952.

Brasileira de Tuberculose, analisou o aumento verificado no número de enfermeiros entre 1933 e 1952. Ribeiro citou os cálculos feitos pela ABED sobre as necessidades de enfermeiros para os hospitais, serviços de saúde pública, ambulatórios, ensino e serviços particulares²⁷.

No ano de 1954²⁸, a Fundação W. K. Kellogg²⁹ solicitou que a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) preenchesse um questionário dando informações completas sobre a situação das escolas de enfermagem no Brasil. Os dados solicitados envolviam os alunos matriculados e diplomados, anualmente, nos cursos de graduação e de pós-graduação, corpo docente e sobre a legislação do exercício. A diretoria da Divisão de Educação da ABED reuniu-se, então, em fevereiro daquele ano para discutir o assunto. Nessa ocasião, Haydée G. Dourado propôs que fosse indicada comissão para fazer um estudo das necessidades de enfermagem no Brasil. Diante dos argumentos de Maria Rosa S. Pinheiro sobre as dificuldades que a ABED teria em realizar sozinha tal investigação, a proposta aprovada foi de que a comissão deveria propor-se a “interessar uma entidade para realizar tal

²⁷ Anais de Enfermagem, março de 1954, p. 42-54.

²⁸ Neste período tem-se na ABED a seguinte Diretoria: Gleite de Alcântara, presidente (1º mandato, de 26/07/1952 a 16/08/1954); Maria Rosa S. Pinheiro, vice-presidente; Ana Jaguaribe Nava, 1ª Secretária; Flora Silvia Vitor Rodrigues, 2ª Secretária; Enedina Ferreira, 1ª tesoureira. Conselho Fiscal: Alice Matos Vilela, Madre Marie Domineuc e Maria Geralda Franco. Conselho Deliberativo: Ir. Marta Teles e Waleska Paixão. Em 17/07/1953 foram eleitas: Haydée G. Dourado, vice-presidente; Clélea de Pontes, 1ª Secretária. Conselho Fiscal: Izaura Barbosa Lima, Celina Viegas e Filomena Chiarello (Spera). Conselho Deliberativo: Zaíra Cintra Vidal e Elvira de Felice Souza (CARVALHO, 1976, p. 53-54).

²⁹ A Fundação W. K. Kellogg foi criada em 1930 pelo pioneiro em cereais para café da manhã, W. K. Kellogg. Inicialmente, a Fundação tinha como nome W. K. Kellogg Child Welfare Foundation (Fundação W. K. Kellogg de Bem-Estar às Crianças), devido a importância que o mesmo dava a elas. Porém, o nome da organização foi logo abreviado para Fundação W. K. Kellogg (W. K. Kellogg Foundation). Inicialmente foram definidos como objetivos dessa organização: “administrar fundos para a promoção do bem-estar, conforto, saúde, educação, alimentação, vestuário, abrigo e proteção de crianças e jovens, direta ou indiretamente, sem distinção de sexo, raça, credo ou nacionalidade”. Durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, a Fundação expandiu suas doações para além de Michigan, sua cidade natal, e Estados Unidos. A partir de então, foram cedidas mais de 450 bolsas de estudo para profissionais de saúde na América Latina, abrindo o caminho para uma extensa programação no Hemisfério Sul. Uma de suas preocupações na área da saúde era a necessidade de mais enfermeiros à época (década de 1950) e mais administradores de saúde. A Fundação continua a evoluir e se esforça para “se manter inovadora, atenta às necessidades e às constantes mudanças da sociedade. Nos dias de hoje, a Fundação W. K. Kellogg está entre as maiores organizações filantrópicas privadas do mundo (Disponível em: <http://www.wkkf.org/who-we-are/who-we-are.aspx>, acessado em 29/01/2011).

estudo". O assunto foi levado ao VII Congresso, realizado em agosto de 1954³⁰, em São Paulo, para ser melhor discutido (CARVALHO, 1976, p. 297).

Nesse congresso, Izauro Barbosa Lima, presidente da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, apresentou extenso relatório do trabalho que essa comissão havia realizado por solicitação da presidente da ABED. O estudo, que havia acrescentado outros elementos informativos, além dos reclamados pela presidente, continha diversas informações, tais como: número e subordinação administrativa das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem existentes no país, fontes de manutenção, total de alunos de ambos os cursos de 1917 a maio de 1954, e média de produção anual por escola de Enfermagem. O trabalho dispunha dados relacionados à rede de hospitais gerais, maternidades, preventórios para tuberculose, instituições de higiene mental e assistência psiquiátrica; número de leitos à disposição do público e relação leito-habitantes em 1950; e orçamento das escolas de Enfermagem, de 1948 a 1954. Como conclusão do relatório, a comissão sugeriu que o VII Congresso Nacional de Enfermagem recomendasse à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas que mantivesse seu arquivo de informações sempre atualizado a fim de colaborar, com documentação exata, no planejamento de serviços médico-sanitários e de ensino de Enfermagem no país (LIMA, 1954). Esta recomendação ia de encontro aos limites impostos pelo estatuto da Associação, tendo em vista que só enfermeiras poderiam se filiar a instituição, ficando portanto, a Associação, restrita aos dados daquelas que se filiassem a ela. Já o órgão de fiscalização do Governo e as instituições que empregavam a totalidade da força de trabalho da enfermagem poderiam ter acesso mais fácil a essas informações.

As duas propostas apresentadas, a de Haydée G. Dourado e a da Comissão Especial de Levantamento estatístico, foram aceitas pelo congresso,

³⁰ Durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, que ocorreu em São Paulo, de 17 a 21/08/1954, houve mudança na Diretoria da ABED, que passaria a denominar-se ABEn: Maria Rosa S. Pinheiro, presidente (1º mandato, de 21/08/1954 a 20/10/1956); Haydée G. Dourado, vice-presidente; Clélea de Pontes, 1ª Secretária; Maria Eva Evangelina de Moraes, 2ª Secretária; Maria Geralda Franco, 1ª tesoureira. Conselho Fiscal: Madre Maria Áurea da Cruz, Maria Julieta Calmo Vilas Boas e Maria de Lourdes Verderese. Conselho Deliberativo: Glete de Alcântara e Olga Verderese. Em 15/07/1955, foram eleitas: Celina Viegas, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1ª Secretária; Conselho Fiscal: Izauro de Andrade Lopes (Godoy), Alvina Arruda Março e Haydée G. Dourado. Conselho Deliberativo: Ana Jaguaribe Nava, Isabel Macintyre e Maria de Lourdes Oliveira (CARVALHO, 1976, p. 54-55).

que aprovou as seguintes recomendações à ABED (é bom lembrar que, nessa fase, esta última vinha sendo pressionada para opinar sobre o Projeto nº. 2.991/53, que permitiria o ingresso nas escolas de Enfermagem de candidatos com o primeiro ciclo ginásial completo): “manter seu cadastro de enfermeiras e seu arquivo de informações sobre o ensino e o exercício da enfermagem sempre atualizado; estudar as necessidades de enfermagem do país e os níveis de formação profissional para fazer frente às necessidades; solicitar ao Exmo. Sr. Deputado Lauro Cruz, que aguarde o ponto de vista desta associação até o prazo máximo de março de 1955 para relatar, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o Projeto nº. 2.991/53” (ABEn, 1980, p. 287; CARVALHO, 1976, p. 298). Em entrevista gravada, concedida à Comissão Especial de Revisão do Relatório do Levantamento, para posterior publicação, Maria Rosa S. Pinheiro disse:

“Nessa ocasião eu acabava de ser eleita presidente da ABEn para o biênio seguinte. E eu fiquei assustadíssima com esta incumbência, com esta recomendação à ABEn. E levantei-me na hora da votação, pra protestar, para dizer que a ABEn não tinha recursos para fazer este levantamento. Mas a assembléia não deu a mínima atenção e votou a recomendação” (CARVALHO, 1976, p. 326).

Nesse Congresso, os grupos de participantes que estudaram a posição do departamento de enfermagem no hospital moderno, um dos temas oficiais, demonstraram o quanto o problema vinha afligindo os enfermeiros. Desse estudo surgiu a recomendação para que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) organizasse tabelas-guias, baseadas nas necessidades nacionais, que servissem de orientação para o planejamento do número e tipo de pessoal de enfermagem necessário ao funcionamento de cada hospital, de acordo com sua especialidade³¹.

Em novembro desse ano, a diretoria discutiu as iniciativas que deveriam ser tomadas para concretizar as resoluções do congresso e decidiu, entre outras coisas, que deveria iniciar, a partir de janeiro de 1955, um inquérito

³¹ Recomendação nº. 2. Relatório publicado nos Anais de Enfermagem, dez. de 1954, p. 320.

anual entre as escolas de Enfermagem para obter as informações mais urgentes de que necessitavam. A Resolução nº. 14 do Congresso, que recomendava o estudo das necessidades de enfermagem do país deveria, dessa forma, ser discutida em um próximo encontro³².

Os planos de trabalho da própria Associação, as solicitações que deveriam ser apresentadas aos poderes públicos em favor da profissão e a responsabilidade de esclarecer o público, tornava cada vez mais profunda a convicção de que um estudo dessa natureza deveria ser feito. Sem os dados reais que o mesmo iria apresentar como resultado final, dificilmente a ABEn poderia elaborar planos futuros bem alicerçados ou justificar, com argumentos sólidos, qualquer solicitação em prol da enfermagem. Não seria fácil a tarefa, em um país de tão grandes dimensões (CARVALHO, 1976, p. 298).

A situação da Enfermagem, em níveis quanti e qualitativos, era uma necessidade real da profissão, mostrando-se de forma clara como primeira demanda no ano de 1939. Outras demandas surgiram com o passar dos anos, inclusive de caráter internacional, e, conseqüentemente, com o crescimento e desenvolvimento da profissão era cada vez mais visível e necessário que um estudo sobre a Enfermagem fosse realizado e seus dados fossem mantidos. Por falta de recursos e de uma estrutura adequada para a realização do levantamento, a ABEn, sempre cobrada por essas informações, ainda não havia conseguido realizar um estudo completo, sem falhas, que pudesse atender às necessidades da profissão e dos órgãos interessados nos dados.

³² Associação Brasileira de Enfermagem. Livro de Atas nº. 2. Nov. de 1954.

CAPÍTULO II

A PESQUISA “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL” – 1956 A 1958

Neste capítulo será mostrado o processo de execução da pesquisa intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, no período de 1956 a 1958. Aqui será caracterizada a organização dos trabalhos durante todo esse período, os objetivos, métodos e técnicas utilizadas, além da atuação dos diversos órgãos que se uniram para colocar em prática a primeira pesquisa de enfermagem de âmbito nacional.

Legislações sobre e para a Enfermagem

O Projeto de Lei nº. 2.991, apresentado na Câmara Federal, em 1953, estendia por mais sete anos, a partir de 1957, o prazo de exigência de secundário completo para admissão às escolas de Enfermagem³³. Quando o projeto estava na Comissão de Educação e Cultura, o seu relator, o Deputado Lauro Cruz³⁴, solicitou o pronunciamento da classe a respeito do assunto. Movimentou-se logo a Comissão de Legislação, pedindo ao relator um prazo para que a Divisão de Educação da ABEn fosse consultada. Essa divisão decidiu que deveria basear seu parecer na opinião das próprias escolas de Enfermagem e, com essa finalidade, enviou um questionário às diretoras de

³³ O artigo 5º da Lei nº. 775/49, que dispunha sobre o ensino de enfermagem no país e dava outras providências, exigia o certificado de conclusão do curso secundário para admissão nas escolas de Enfermagem, mas o parágrafo único desse artigo permitia que, durante sete anos (agosto de 1949 a agosto de 1956), as escolas recebessem alunos apenas com o certificado de conclusão do curso ginasial ou equivalente. O Projeto de Lei nº. 2.991/53 visava estender esse prazo por mais sete anos (CARVALHO, 1976, p. 173).

³⁴ Vale destacar que o Deputado Lauro Cruz foi membro do Conselho de Colaboradores do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, representando a Câmara dos Deputados, na Área de Irradiação para o Público em Geral e Público Feminino, área esta que abrangia 10 membros (ABEn, 1980, p. 12-21).

todas as escolas então existentes. Pedia-se que os professores privativos e não privativos³⁵ e os diretórios acadêmicos se manifestassem sobre três pontos: a lei deveria estabelecer que, a partir de 1957, todas as escolas de enfermagem só admitissem estudantes com curso secundário completo; no mesmo ano, a lei só deveria estabelecer esse requisito de admissão para as escolas universitárias; e ainda em 1957, a escola que recebeu o questionário, poderia exigir o secundário completo de seus estudantes (CARVALHO, 1976, p. 132-133).

A iniciativa da Divisão de Educação, no entanto, não teve êxito. De um total de vinte e cinco escolas, dezessete devolveram o questionário e destas, apenas oito opinaram pela exigência de secundário completo para todas as escolas. O resultado, assim, não foi considerado representativo porque não era a opinião da maioria absoluta das escolas³⁶.

Nas reuniões da Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem³⁷, da Divisão de Educação, realizadas em fins de janeiro de 1954, as diretoras já haviam chegado à conclusão de que esse prazo deveria ser dilatado por mais sete anos a fim de que as escolas tivessem tempo de preparar seu corpo docente para o ensino em nível superior. Segundo Carvalho (1976, p. 133), essa comissão havia assumido o compromisso, perante a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), de dar parecer definitivo sobre o assunto. Por sua vez, a comissão de Legislação vinha insistindo sobre esse parecer uma vez que o prazo para a sua apresentação, já prorrogado, estava por findar.

Para facilitar o seu andamento, lembra a autora, foi organizada uma subcomissão da Comissão de Diretoras para fazer uma pesquisa a fim de verificar as possibilidades reais das escolas. Para tal, foi solicitada nova

³⁵ Professor privativo era a denominação dada ao docente contratado por um período de um ou mais anos, em tempo integral, para ministrar o ensino de disciplinas de Enfermagem; o professor não privativo era contratado para ministrar apenas determinado número de horas-aula das demais disciplinas do currículo (CARVALHO, 1976, p. 173).

³⁶ Ata da reunião extraordinária da Diretoria da Divisão de Educação da ABED, realizada em 14/10/1953. Arquivos da ABEn.

³⁷ A Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem, da Divisão de Educação, foi criada em novembro de 1951, em decorrência de recomendação específica do V Congresso Nacional de Enfermagem às diretoras de escolas de Enfermagem. Embora atuante, principalmente a partir de 1954, não chegou a ser oficializada (CARVALHO, 1976, p. 173).

extensão do prazo para a apresentação do parecer (CARVALHO, 1976, p. 133).

A classe, dividida em suas opiniões, tornava o assunto ainda mais polêmico e, por isso mesmo, de difícil decisão. A conhecida escassez de enfermeiros e o temor de que diminuísse de modo assustador a procura dos cursos de Enfermagem, de um lado, e o desejo de melhorar o nível de ensino, de outro, tornavam as discussões acaloradas (CARVALHO, 1976, p.133).

No IX Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1956, os enfermeiros foram informados pela presidente, Maria Rosa S. Pinheiro, de que já fazia três anos que o deputado Lauro Cruz, relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, estava esperando que os enfermeiros se pronunciassem. Ainda segundo Carvalho (1976, p. 134), a Comissão de Educação da ABEn³⁸ havia reunido várias vezes as diretoras das escolas em busca de uma solução definitiva para o assunto. Esta veio em forma de um substitutivo apresentado por Waleska Paixão adiando por mais cinco anos o prazo para aquela exigência e permitindo às escolas, que estivessem em condições, organizarem turmas selecionadas de estudantes, com colégio ou equivalente. Tanto em um como no outro caso, o diploma conferido seria o de enfermeiro. Esse substitutivo foi totalmente aceito pelo relator.

Em 10/12/1956, foi sancionada a Lei nº. 2.995/56, adiando por mais cinco anos aquela exigência, isto é, de 1956 a 1961. O instituto, no entanto, não mencionava a possibilidade de realização de dois cursos, com exigências diferentes de escolaridade. A partir desse último ano, a enfermagem firmou-se definitivamente em sua condição de profissão de nível universitário³⁹.

³⁸ A Divisão foi extinta, em 1955, e em seu lugar foi criada a Comissão de Educação (CARVALHO, 1976, p. 173).

³⁹ Rev. Bras. Enf., dez. 1956, p. 201-210.

O resultado do inquérito realizado pela Associação entre as escolas de Enfermagem, em 1954, foi responsável pela entrada na Câmara dos Deputados do projeto de lei, apresentado pelo deputado Lauro M. da Cruz, permitindo cursos de dois níveis. O senador Vivaldo Lima, porém, apresentou outro projeto que adiava a exigência por mais cinco anos sem fazer referência alguma a possibilidade de cursos de dois níveis. Este último é que foi transformado em lei, mas algumas escolas já haviam aberto matrícula para o ano de 1957, aceitando alunos só com o secundário completo ou ambos, em cursos separados (CARVALHO, 1976, p. 173-174).

Esse novo prazo deveria terminar em agosto de 1961, mas em fevereiro desse ano, além das cinco escolas que já estavam exigindo o segundo ciclo⁴⁰, outras quatro abriram inscrições ao exame de habilitação somente para candidatos desse nível, perfazendo um total de nove escolas. A Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de São Paulo, manteve, de 1958 a 1961, dois cursos paralelos, um com exigências de apenas ginásio e o outro, de secundário completo (CARVALHO, 1976, p. 134).

Marina Andrade Resende (1964), escrevendo sobre a situação do “Ensino de Enfermagem”, em 1961, assim se expressou ao referir-se à Lei nº. 2995/56: “[...] A tolerância é uma virtude que pode ter como reverso um aspecto indesejável ou negativo; onze anos de tolerância no que, desde 1949, deveria ter colocado o ensino de enfermagem em grau superior, tem determinado um conformismo a padrões tradicionais no que se refere à situação atual das escolas e, mais perigosamente, no que se refere ao futuro da própria enfermagem”.

Ainda no que concerne aos aspectos legislativos da Enfermagem, outro ponto importante foi a Lei nº. 2.604/55, de 17 de setembro de 1955, que regulou o exercício da Enfermagem Profissional. O referido texto abordou a qualificação necessária para os profissionais de enfermagem exercerem a profissão no país e designou as atribuições de cada um desses. Deixou claro também a necessidade de registro no órgão fiscalizador, o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, órgão integrante do Departamento Nacional de Saúde (SANTOS *et al*, 1997, p. 29 – 30).

Detalhe impresso no artigo 11 desta lei referia-se a seguinte estipulação:

Art. 11. Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias da publicação da presente lei, os hospitais, clínicas, sanatórios, casas de saúde, departamentos de saúde e instituições congêneres deverão remeter ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina a relação pormenorizada dos profissionais de enfermagem, da qual conste idade,

⁴⁰ Já faziam a exigência as Escolas de Manaus, da Universidade Federal de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul e da Universidade de São Paulo. Passaram a exigir secundário completo a Escola Ana Neri, a Escola Paulista de Enfermagem, a Escola da Universidade Federal Fluminense e a Escola de Ribeirão Preto (CARVALHO, 1976, p. 174).

nacionalidade, preparo técnico, títulos de habilitação profissional, tempo de serviço de enfermagem e função que exercem (SANTOS *et al*, 1997, p. 30).

Tal fato deveria, teoricamente, auxiliar na realização do estudo sobre a situação da enfermagem, e, principalmente, servir também como fonte de dados contínua para os órgãos que necessitassem de alguma informação sobre a enfermagem. A providência ia ao encontro da demanda já presente à época, tendo em vista que o órgão fiscalizador era quem, de fato, tinha a possibilidade de buscar essas informações. O motivo era simples: todos os profissionais de enfermagem eram obrigados a se vincularem a ele, ao contrário da Associação.

As leis que versaram sobre a formação e o exercício profissional significaram dois marcos para o setor nos anos de 1950 na medida em que trouxeram definições e esclarecimentos aos profissionais da área. Além disso, contribuíram com o avanço de uma profissão, que, mesmo diante de tantas discussões e entraves, seguia na busca de sua consolidação na área da educação, saúde e no campo científico.

Pesquisa sobre os Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil

O Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB) teve origem na aspiração da classe, enunciada como resolução do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em São Paulo, em agosto de 1954. O levantamento floresceu a partir de diversas demandas e anos de lutas em prol de tentativas de realização de um estudo desse tipo (ABEn, 1980, p. 05).

A presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), Maria Rosa S. Pinheiro (1ª gestão – 21/08/1954 a 20/10/1956), ao prestar contas à Assembléia Geral da Associação acerca das atividades desenvolvidas pela diretoria no período de 1954 – 1955, a elas se referiu da seguinte maneira:

“As recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, que nos diziam respeito, foram obedecidas. Desejamos, contudo, fazer

menção especial à mais difícil de todas: à do estudo sobre os recursos e necessidades de enfermagem no Brasil. Como esse é um projeto de execução longa, difícil e dispendiosa, não estaríamos em condições de fazê-lo sozinhas. Desde agosto de 1954 batemos em várias portas solicitando auxílio. As primeiras foram a Repartição Sanitária Pan-Americana e a CAPES, à qual enviamos ofício expondo nossos objetivos. Sabedora de nossos esforços a Fundação Rockefeller interessou-se pelo assunto e prontificou-se a financiar o projeto. Os entendimentos preliminares já foram feitos e o estudo será brevemente iniciado. A Repartição Sanitária Pan-Americana mandará uma enfermeira para trabalhar conosco. Esperamos que os Ministérios da Educação e da Saúde, a CAPES e o SESP também cooperem. É o maior empreendimento em que a Associação Brasileira de Enfermagem até agora se empenhou⁴¹.

A presidente da ABEn, um mês após o encerramento do VII Congresso, deu início à procura de recursos para a realização do levantamento. A Organização Mundial de Saúde (OMS), a Fundação Rockefeller, os Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e o da Saúde (MS), a CAPES e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foram solicitados a ajudar. Vale ressaltar que a CAPES, em 1952, dirigira à ABEn consulta sobre o mesmo assunto, a fim de programar a ação desse órgão na melhoria do ensino de enfermagem. A Organização Mundial de Saúde, por intermédio de seu escritório regional para as Américas (a Repartição Sanitária Pan-Americana) e a Fundação Rockefeller hipotecaram-lhe apoio, prontificando-se esta última, em 1955, a suprir os recursos financeiros necessários, até então difíceis de obter (ABEn, 1980, p. 05).

Ao invés de negar a realização do estudo diante das dificuldades que teria que enfrentar, Maria Rosa S. Pinheiro procurou devolver aos demandadores solicitações de ajuda / recursos, criando, assim, um ambiente de comprometimento de todas as instituições com a enfermagem. Com isso, tornou a pesquisa uma questão política de interesse nacional e internacional para a saúde, educação e a enfermagem.

⁴¹ Rev. Bras. Enferm., set. 1955, p. 280.

Em julho de 1955⁴², a presidente e a vice-presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro e Haydée G. Dourado⁴³, respectivamente, reuniram-se com dirigentes das organizações mencionadas, ficando assentadas as providências iniciais, inclusive a constituição do órgão de deliberação máxima, formado pelos representantes das mesmas organizações. Posteriormente, viria esse Conselho a ter mais um membro, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ABEn, 1980, p. 05).

Dos entendimentos resultantes dessa reunião, resultou a confirmação de que o empreendimento poderia ser realizado e que a ABEn deveria assumir a responsabilidade do trabalho. A entidade deveria, também, recorrer à Fundação Rockefeller para obter os necessários recursos financeiros, além de consultar a OMS, por intermédio do Ministério da Saúde, sobre a possibilidade de obter assistência técnica daquele órgão. Nessa mesma reunião, foi decidida a criação de um Conselho Diretor do Levantamento⁴⁴, órgão máximo de deliberação, que seria formado por sete membros, no mínimo: os representantes das instituições presentes à reunião, dos Ministérios da Saúde, Educação e Cultura e da CAPES. Um pouco mais tarde foram convidados representantes do IBGE, passando de sete a oito instituições representadas⁴⁵, e onze membros⁴⁶ (ABEn, 1980, p. 11; CARVALHO, 1976, p. 300-301).

⁴² Tal reunião foi realizada no dia 08 de julho de 1955, na sala do superintendente do SESP. Essa reunião foi convocada por Agnes Chagas, chefe do Serviço de Enfermagem da Repartição Sanitária Pan-Americana (OMS), que se encontrava no país para tratar do assunto. Discutiu-se sobre a participação que as instituições, que haviam inicialmente apoiado a idéia, iriam ter no estudo, além de falar sobre planos futuros (CARVALHO, 1976, p.300).

⁴³ Em 15/07/1955, Celina Viegas é eleita nova vice-presidente da ABEn. Haydée G. Dourado passa a ser integrante do Conselho Fiscal (CARVALHO, 1976, p. 54-55).

⁴⁴ A denominação dada a esse órgão foi de Conselho Consultivo, mudada para Conselho Diretor na primeira reunião desse órgão, em 04/06/1956 (CARVALHO, 1976, p. 326).

⁴⁵ Instituições representadas no Conselho Diretor do LRNEB: ABEn, OMS (Repartição sanitária Pan-Americana), Fundação Rockefeller, Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Saúde, CAPES, SESP e IBGE (ABEn, 1980, p. 10-11).

⁴⁶ Membros do Conselho Diretor do LRNEB: Maria Rosa S. Pinheiro, Presidente (representando a ABEn); Dr. Alferes Galdino Apollonio dos Santos (representando o Ministério da Saúde); Prof. Anísio Spínola Teixeira (representando a CAPES); Dr. Emílio Budnik (representando a Repartição Sanitária Pan-Americana – OMS, até agosto de 1958, quando passou a ser representada pelo Dr. Hector Coll); Dr. Kenneth O. Courtney (representando a Repartição Sanitária Pan-Americana – OMS, de junho de 1956 a julho de 1958); Dr. Henrique Maia Penido (representando o SESP); Sra. Izaura Barbosa Lima (representando o Ministério da Saúde); Dr. Waldemar Lopes (representando o Conselho Nacional de Estatística do IBGE, em 1956); Dr. Luiz de Abreu Moreira (representando o Conselho Nacional de Estatística do IBGE, em 1957; e a partir de 1958, representado por Dr. Luiz Timóteo da Costa); Sra. Nair Fortes Abu-Merhy (representando o Ministério da Educação e Cultura); e Dr. Robert Briggs Watson (representando a Fundação Rockefeller, representada frequentemente pelo Dr. Ernani de Paiva Ferreira Braga) (ABEN, 1980 p. 11).

Duas providências, quanto ao pessoal, foram tomadas nessa altura do processo. A indicação de uma enfermeira com estudo especializado em ciências sociais para dirigir o levantamento, a ser cedida pela Diretoria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde. Essa profissional deveria fazer um estágio de três meses em observação de levantamentos de enfermagem, nos Estados Unidos⁴⁷. A segunda providência seria solicitar a assessoria técnica da Repartição Sanitária Pan-Americana, uma enfermeira consultora, com experiência em estudos dessa natureza, para colaborar com a equipe de trabalho (ABEn, 1980, p. 05).

Para coordenar os trabalhos, na qualidade de diretora do levantamento, foi indicada Haydée G. Dourado, cedida pela Diretoria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde⁴⁸. A fim de melhor preparar-se para o trabalho e, graças a uma bolsa de estudos oferecida pela Fundação Rockefeller, Haydée G. Dourado estagiou, de outubro a dezembro de 1955, na Divisão de Recursos de Enfermagem do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos EUA⁴⁹, e fez observações pertinentes em outros serviços daquele país (CARVALHO, 1976, p. 301).

Em meados de julho de 1955, a Fundação Rockefeller acolhia, preliminarmente, nos seguintes termos, a solicitação⁵⁰ que lhe formulara a

⁴⁷ Na organização do LRNEB, pode-se notar algumas semelhanças com os critérios de organização do estudo acerca da Enfermagem, realizado nos EUA, mais conhecido como Relatório Goldmark, publicado em 1923. Tal estudo, que teve repercussões em nível mundial, caracterizou toda a enfermagem dos EUA e deixou recomendações. No seu processo de organização e execução, que ocorreu no período de 1919 a 1923, teve-se à frente das pesquisas, conduzindo as investigações uma eminente pesquisadora e assistente social, Miss Josephine Goldmark. Para maiores informações a cerca desse estudo, consultar: FREIRE, M.A.M.; AMORIM, W.M. A Enfermagem de Saúde Pública no Distrito Federal: A Influência do Relatório Goldmark (1923 a 1927). *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2008 mar; 12(1): 115-24.

⁴⁸ A direção dos trabalhos caberia, de direito, à presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, mas, devido aos compromissos assumidos por esta no campo do Ensino de Enfermagem, enquanto diretora da Divisão de Enfermagem, junto ao SESP, a mesma esteve à frente dos trabalhos do levantamento, representando a ABEn, no período de 1954 a 1956. Em 1956, esta foi dirigir a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, e Marina de Andrade Resende substituiu-a na Divisão de Enfermagem do SESP (CARVALHO, 1976, p. 326).

⁴⁹ Division of Nursing Resources – Department of Health, Education and Welfare, USA.

⁵⁰ Tal como havia sido feita, em 1954, a primeira solicitação não pode ser atendida, nem pela CAPES e nem pela OMS, embora ambas compreendessem o alcance da idéia. Essa última, porém, por intermédio da Repartição Sanitária Pan-Americana, deu conhecimento do pedido ao representante da Fundação Rockefeller. Dado o interesse demonstrado por essa Fundação, a presidente enviou uma carta ao seu representante, Robert Briggs Watson, em julho de 1955, expondo novamente as razões e a importância de tal estudo para a enfermagem brasileira. O cumprimento da resolução apresentada no VIII Congresso foi, então, considerada possível (CARVALHO, 1976, p. 300).

presidente da ABEn:

“Esta Fundação sempre teve um genuíno interesse pela enfermagem em geral. Nossa participação em tal campo vem de longa data, quer através de colaboração direta com instituições de ensino de enfermagem, quer através da formação ou aperfeiçoamento de enfermeiras. Desejaríamos, porém, daqui para o futuro, determinar nossa atuação por um conhecimento mais preciso da situação da enfermagem neste país, e assim apraz-nos sobremaneira verificar que a ABEn está decidida a executar o estudo em questão” (ABEn, 1980, p. 06).

Antes do início dos trabalhos, a ABEn obteve mais um técnico para o grupo executivo, uma enfermeira com vasta experiência em saúde pública - Zilda Carvalho Hughes. Coube-lhe, desde o início, a responsabilidade imediata dos trabalhos técnicos. Posteriormente, em fevereiro de 1957, o cargo, deixado vago em virtude de sua ausência do país, foi preenchido por outra enfermeira, Maria de Lourdes Verderese, igualmente de grande experiência profissional, com formação universitária do mais alto nível que a classe possuía (ABEn, 1980, p. 06).

Carvalho (1976, p. 301) lembra que esse grupo veio a formar a Comissão Executiva do LRNEB, instituída em abril de 1956, com os seguintes membros: presidente, Maria Rosa S. Pinheiro; diretora, Haydée G. Dourado; vice-diretora, Zilda Carvalho Hughes, até 1956, e Maria de Lourdes Verderese, a partir de 1957, ambas como chefes imediatas dos trabalhos técnicos. A essa comissão coube também a tarefa de organizar o escritório para a realização do estudo.

Além de participar no Conselho Diretor do Levantamento e de acolher, na sua própria sede, o grupo executivo de trabalho, a Fundação Rockefeller consubstanciou sua ajuda financeira em duas doações: a primeira, em 1956, de dez mil dólares, e a segunda, em 1957, de trinta mil dólares, perfazendo um total de quarenta mil dólares (ABEn, 1980, p. 06).

Organização do Trabalho

O órgão central, encarregado da execução do trabalho, foi denominado “Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem”. Nele foram lotados duas diretorias associadas, uma encarregada da coordenação dos serviços técnicos, e outra dos trabalhos de divulgação; uma supervisora de campo, três pesquisadores de campo e o pessoal de secretaria e de divulgação necessário. Integrou também o Centro a assessora da Organização Mundial de Saúde (OMS) e um técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ABEn, 1980, p. 06).

A presidência desse grupo coube à presidente da ABEn, que só participou da elaboração de normas, sem tomar parte ativa na execução dos trabalhos (ABEn, 1980, p. 06).

Para assessorar o grupo do Centro de Levantamento, formou-se uma Comissão Técnica composta de estatístico, técnico em amostragem, sociólogos, administradores hospitalares, médicos sanitaristas, enfermeiras hospitalares e de saúde pública e educadores de enfermagem (ABEn, 1980, p. 06).

O Conselho Diretor, de 11 membros, e um Conselho Colaborador, de 79 membros⁵¹, participaram das atividades normativas; o primeiro, dando a sua aprovação e o segundo, sugestões e o ponto de vista de seus membros (ABEn, 1980, p. 06-07).

Os primeiros meses de 1956 foram dedicados às tarefas de planejamento e organização do centro, incluindo a admissão gradual do pessoal considerado necessário e capaz de realizar uma pesquisa sócio-profissional. Mediante indicação do Conselho Diretor foram convidados os elementos que passaram a constituir o Conselho de Colaboradores, órgão específico para cooperar com o Centro, muitos dos quais já vinham prestando colaboração, como consultores. Além de prestar assistência ao Centro na divulgação e em todas as fases do trabalho, seus membros deveriam atuar como ponto de apoio para o cumprimento das recomendações finais do estudo (CARVALHO, 1976, p. 301-302).

⁵¹ Composição do Conselho Colaborador – 79 membros, e as funções dos órgãos que constituíam o LRNEB – em anexo (Anexo 1 e 2).

Em abril de 1956, passou a fazer parte do Centro, Maria Palmira Tito de Morais⁵², como consultora indicada pela OMS. Os trabalhos técnicos, sob a coordenação de Maria de Lourdes Verderese, foram executados pela Seção Técnica, composta de uma supervisora de campo, Olga Verderese, e três pesquisadoras de campo, todas enfermeiras: Celina Jaeger Birnfeld, Lenísia Costa Santos e Lourdes Torres Garcia. A Seção Técnica contou com a colaboração de diversos Membros da Assessoria Técnica, que prestaram colaboração ao Centro, destacando-se, entre eles, um total de 15 assessores⁵³. Não foram mencionados ou contabilizados os nomes dos numerosos peritos que deram pareceres técnicos ou ajudas, por períodos curtos. Essa Assessoria funcionava individualmente ou em grupos, cada vez que surgiam problemas que deviam ser esclarecidos (ABEn, 1980, p. 10; 22; CARVALHO, 1976, p. 302).

Ainda em abril, a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, a diretora do levantamento, Haydée G. Dourado e Zilda Carvalho Hughes, iniciaram oficialmente o estudo com a integração do grupo de enfermagem nos trabalhos e a determinação dos objetivos do levantamento, que era determinar os recursos e as necessidades de enfermagem no Brasil (ABEn, 1980, p. 291; CARVALHO, 1976, p. 302).

Assim foi que o estudo, realizado sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), contou com assessoria técnica, principalmente da OMS (através da Repartição Sanitária Pan-Americana) e do IBGE, com financiamento da Fundação Rockefeller. O trabalho recebeu ainda a colaboração de um grande número de outras instituições públicas e particulares, civis e religiosas, e foi executado pelo Centro, órgão ao qual a ABEn havia delegado o trabalho de investigação. Este último funcionou com um escritório executivo ligado, por coordenação, a dois conselhos, já anteriormente citados: o Conselho Diretor e o Conselho de Colaboradores (CARVALHO, 1980, p. 302).

Nessa mesma época foi considerada a possibilidade de dar ao Centro um caráter permanente, de modo que ele continuasse funcionando mesmo

⁵² Maria Palmira Tito de Morais trabalhou no Centro até 31 de agosto de 1958 (CARVALHO, 1976, p. 326).

⁵³ Composição da Assessoria Técnica – 15 membros – em anexo (Anexo 3).

após a conclusão dos trabalhos, a fim de manter atualizadas as informações sobre a situação da enfermagem no país (CARVALHO, 1976, p. 302).

O Centro foi instalado em sala cedida pela Fundação Rockefeller, onde funcionou até 31 de outubro de 1958, quando passou para uma das salas da sede da ABEn, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1976, p. 303).

Objetivos, Métodos e Técnicas

A obra publicada pela ABEn (1980) e trechos da obra de Carvalho (1976) ilustram bem os desdobramentos do inédito levantamento que se desenhava no país a respeito das atividades ligadas à enfermagem. Colher dados que permitissem à ABEn planejar a melhoria dos serviços de enfermagem prestados ao público do país foi o objetivo central do Levantamento. A falta de fatos necessários à compreensão de alguns fenômenos, observados durante o desenvolvimento da enfermagem, e a conveniência de uma apreciação conjunta dos aspectos do ensino e do exercício da profissão, que guardam entre si relações de interdependência, serviram-lhe de motivos imediatos (ABEn, 1980, p. 07).

Apesar do estatuto da ABEn não mencionar entre suas finalidades específicas o planejamento para a melhoria dos serviços de enfermagem prestados ao público do país - que serviu de base para a construção do objetivo central do Levantamento - a realização do referido estudo ia ao encontro de outros objetivos da Associação⁵⁴. Entre eles, destacava a publicação da Associação, “estudar todos os assuntos que interessem à profissão, colaborando com as autoridades na solução de problemas a ela relacionados” (ABEn, 1958, p. 63).

Os objetivos correlatos, explícitos no esquema geral do estudo⁵⁵, podem ser assim resumidos: “Determinar o potencial humano preparado para exercer a enfermagem, sua distribuição pelos diferentes campos e seu preparo

⁵⁴ A ABEn tinha como objetivos: “pugnar pelo desenvolvimento da enfermagem em todos os ramos; trabalhar incessantemente pelo ensino e formação de enfermeiras e pela conservação de alto padrão moral e intelectual dos membros da classe; estudar todos os assuntos que interessem à profissão, colaborando com as autoridades na solução de problemas a ela relacionados; incentivar o espírito de união e cordialidade entre as enfermeiras e outros grupos profissionais; prestar assistência social e jurídica aos seus membros; promover conferências e congressos para tratar de assuntos referentes à profissão” (ABEn, 1958, p. 63).

⁵⁵ Anexo 4.

adicional, bem como a possibilidade, quanto à reversão ao exercício, de parte dos que estão em inatividade; Conhecer a atual organização e, até certo ponto, o funcionamento dos serviços de enfermagem hospitalar e de saúde pública, o contingente do pessoal de enfermagem das diferentes categorias, seu preparo e condições de trabalho, além de determinar as principais necessidades atuais desses serviços; Conhecer os centros de formação dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem, quanto a sua estrutura material e organização, recursos técnicos e financeiros, e potencial de candidatos à matrícula; e, confrontar o progresso da enfermagem com as condições do país, tais como índices demográficos, sanitários e de alfabetização, recursos tecnológicos e econômicos (ABEn, 1980, p. 07).

Foram também definidos os objetivos específicos do Levantamento, de cada área de trabalho, explicitando os aspectos a investigar, as técnicas a serem adotadas e as limitações esperadas (ABEn, 1980, p. 07; 298-317).

Mas, era necessário também obter do país, especialmente da classe médica, de grandes áreas da administração pública e da própria classe de enfermeiros e profissionais afins, não só uma opinião pública favorável ao Levantamento, como despertar o interesse e a boa vontade de colaboradores em potencial. Mereceram, pois, especial atenção, as atividades de divulgação que foram constantes do começo até o fim dos trabalhos, através da publicidade de viva-voz, cartazes e impressos⁵⁶, através dos jornais e imagens em televisão (ABEn, 1980, p. 07-08).

Relacionados os dados necessários e reunidos os dados já existentes, deu-se início à elaboração de instrumentos para a coleta dos adicionais necessários, sob a forma de questionários impressos a serem preenchidos⁵⁷. Cinco inquéritos foram feitos pelo Centro de Levantamento, dois deles em amostra selecionada e três dirigidos à totalidade dos casos. Assim, por amostragem, foram estudados os serviços de enfermagem hospitalar e de saúde pública. Por inquéritos que se dirigiram à totalidade dos casos foram estudados os seguintes grupos: os enfermeiros em atividade e os inativos; as escolas de enfermagem; as escolas e cursos de auxiliares de enfermagem. Em

⁵⁶ Um dos impressos utilizados, logo no início dos trabalhos, encontra-se em anexo (Anexo 5).

⁵⁷ Os questionários utilizados foram disponibilizados em forma de anexo no relatório sobre o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB) (no relatório do LRNEB esses correspondem aos anexos que vão do nº. 11 ao 17) (ABEn, 1980, p. 319-374).

cada uma das cinco partes do relatório do LRNEB, onde os achados do estudo são apresentados, faz-se referência às técnicas utilizadas⁵⁸ (ABEn, 1980, p. 08).

Nos cinco inquéritos foram utilizados questionários elaborados e experimentados pelo Centro. Deu-se importância à unidade de interpretação dos termos usados e das perguntas formuladas, havendo, sobre isso, consenso entre os pesquisadores (ABEn, 1980, p. 08).

O esquema geral do levantamento foi aprovado em outubro de 1956, depois de estudado por vários especialistas nas áreas de assistência hospitalar, de saúde pública e do ensino de enfermagem, dentre outros (CARVALHO, 1976, p. 303).

Em novembro de 1956, decidia-se o grupo por um estudo piloto, como primeira etapa do trabalho, a ser seguida pelo Levantamento, em escala nacional. Um mês depois, contudo, suscitou-se uma dúvida sobre a obtenção de doações suplementares para o Levantamento, decidindo-se, por esse motivo, omitir o estudo piloto (ABEn, 1980, p. 08).

Em princípios de 1957 foi feita a revisão do plano para limitação do âmbito do trabalho, e, em maio, teve início a coleta dos dados (CARVALHO, 1976, p. 303).

As escolas de enfermagem foram visitadas, pelo menos uma vez, por uma investigadora do Centro para preenchimento de questionário. Helena Couto, representante da Conferência de Religiosos do Brasil⁵⁹ no Levantamento, assumiu a responsabilidade da investigação nas escolas de enfermagem pertencentes a Congregações Religiosas. As escolas de Auxiliar de Enfermagem receberam questionário enviado pelo correio (CARVALHO, 1976, p. 304).

Em fevereiro de 1957 foi iniciada em todo o país, pelas seções da ABEn,

⁵⁸ Ao final do relatório, em um dos seus anexos (o de nº. 19), um dos peritos, Sr. Jarbas B. Jabine, Assessor de Estatística da Administração de Cooperação Internacional, em missão no Brasil, descreve os processos utilizados para obtenção dos dados sobre os serviços estudados por amostragem. São descritos também, previamente, à exposição dos achados dos demais inquéritos do Levantamento, os processos utilizados em cada caso (ABEn, 1980, p. 08; 388-391).

⁵⁹ Revd^a Irmã Helena Couto participou no Conselho de Colaboradores, enquanto representante da Conferência de Religiosos do Brasil, até 1956, passando esta organização a ser representada, a partir de 1957, pela Revd^a Irmã Helena Maria Villac, Diretora do Departamento de Assistência à Saúde, da Conferência de Religiosos do Brasil (ABEn, 1980, p. 16).

a investigação sobre os enfermeiros ativos e inativos, tomando como base os resultados já encontrados no inquérito sobre o número de diplomadas pelas Escolas de Enfermagem. O instrumento de trabalho utilizado para esta etapa foi também o questionário (CARVALHO, 1976, p. 304).

Os trabalhos referentes às áreas da Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública, considerados os mais complexos, foram iniciados em agosto de 1957. No primeiro semestre desse ano, os inquéritos que se faziam necessários foram planejados minuciosamente, os questionários foram elaborados e as amostragens, de uma ou outra área, determinadas. Em seguida, quatro enfermeiras pesquisadoras de campo, sob a responsabilidade imediata de Olga Verderese, que também participou da pesquisa, passaram a fazer a coleta dos dados nessas duas áreas, com previsão para terminá-la em dezembro do mesmo ano, o que só pode acontecer em janeiro do ano seguinte⁶⁰ (CARVALHO, 1976, p. 304).

A medida que era concluída a coleta de dados de cada um dos inquéritos, seguia-se sua análise e interpretação, a cargo da Seção Técnica. Na elaboração de tabelas e gráficos, houve colaboração do estatístico da equipe. Peritos de vários campos confirmaram a interpretação dos achados. Da redação do relatório final, em sua forma original, encarregou-se uma das diretoras associadas, chefe da Seção Técnica, que o submeteu à Diretoria da ABEn, para revisão, de modo que a apreciação do relatório não ficasse prejudicada (ABEn, 1980, p. 08-09).

⁶⁰ Da entrevista concedida por Lourdes Torres à Comissão Especial de Revisão do Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB), destaca-se o seguinte trecho: “Dentre as muitas dificuldades que tivemos que enfrentar, uma referia-se às distâncias. Viajar pelo Brasil em 1957 não era uma brincadeira. Utilizávamos, felizmente, o transporte aéreo que existia na ocasião, a REAL, que ia a quase todos os lugares do Brasil; onde houvesse um campinho, um DC 3 lá descia [...]. Algumas vezes fazíamos o levantamento dos dados em conjunto, isto é, as três enfermeiras juntas; outras vezes íamos sozinhas. Eu, por exemplo, fiz a região Centro-Oeste sozinha. A dificuldade era justamente chegar nos lugares que haviam caído na amostragem. Eu viajei de DC 3, de ônibus, jardineira, jeep, trem; só não viajei de barco, mas até a pé tive que andar [...]. Toda essa experiência adquirida em apenas dois anos, aproximadamente, me proporcionou uma bagagem de conhecimentos correspondente a dez anos de atividade profissional normal, o que, evidentemente, me deu grande vantagem na carreira profissional [...]” (CARVALHO, 1976, p. 327).

CAPÍTULO III

OS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL” QUE ANTECEDERAM A PUBLICAÇÃO DO LIVRO EM 1980

Buscou-se, nesse capítulo, através da análise das circunstâncias e desdobramentos do LRNEB, desvendar os fatores que influenciaram nessa publicação tardia, apenas 22 anos após a realização da pesquisa que resultou nessa obra.

Segundo Samara & Tupy (2007, p. 119):

“A operação histórica consiste, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto de documentos disponíveis, em estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do tema estudado e construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido”.

Portanto, ao analisar os desdobramentos da pesquisa intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” podemos perceber que diversos fatos e discussões que ocorreram após a realização do estudo tiveram implicações na publicação tardia da obra, em 1980.

Organização Final do Trabalho

De 06 a 15 de julho de 1958, foi realizado na cidade de Salvador (Bahia), um Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de

Enfermagem⁶¹, promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), atendendo solicitação da ABEn à Repartição Sanitária Pan-Americana, por intermédio do Ministério da Saúde. O objetivo da Associação foi compartilhar a valiosa experiência obtida durante o levantamento brasileiro com os países que haviam mostrado interesse nas técnicas empregadas e nos resultados obtidos. Carvalho (1976, p. 305) lembra que a Associação esperava, também, contar com a contribuição especializada dos participantes na elaboração final das recomendações do levantamento, o que, na verdade, se deu, principalmente, nas que se referiam à Enfermagem de Saúde Pública e ao Ensino de Enfermagem.

Participaram no planejamento e organização desse seminário a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), pela sua Seção Estadual da Bahia e o Centro de Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem; a Universidade Federal da Bahia, pela sua Escola de Enfermagem; o Serviço de Saúde Pública, Divisão de Recursos de Enfermagem e Divisão de Enfermagem de Saúde Pública, dos Estados Unidos; Fundação Rockefeller e Serviço de Administração de Cooperação Inter-Americana (International Cooperation Administration, ICA) (CARVALHO, 1976, p. 305).

O plano do Centro de Levantamento era elaborar o relatório final dos trabalhos em outubro de 1958, o que acabou acontecendo no que diz respeito a coleta, tabulação, interpretação de dados e relatório provisório. Os dados principais foram apresentados pela Seção Técnica ao XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Recife, em outubro de 1958. Colaboraram na redação do relatório final, entregue ao Conselho Diretor em sua última reunião de 30 de outubro de 1958 os seguintes profissionais: Maria de Lourdes Verderese, nas seguintes partes, I – Enfermeiros em Atividade e Inativos, IV – Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem, capítulo V da parte III – Escolas de Enfermagem e Enfermagem em um Serviço Especial; Olga Verderese: parte II – Enfermagem Hospitalar; e Haydée G. Dourado, parte III – exceto o capítulo V – Enfermagem de Saúde Pública. Somente em julho de 1960 foi concluída a

⁶¹ Em 1956 havia sido realizado um seminário semelhante em Sévres, França, "Seminário Internacional sobre Pesquisa em Enfermagem", ao qual compareceram a presidente da ABEn e do Centro, Maria Rosa S. Pinheiro, e a diretora deste, Haydée G. Dourado (CARVALHO, 1976, p. 327).

redação definitiva. Uma comissão composta de Maria Rosa S. Pinheiro, Haydée G. Dourado e Amalia C. Carvalho, auxiliadas por Marina de Andrade Resende e Zilda C. Hughes, trabalhou na revisão, não só na organização dos assuntos, mas também na redação. Ao término desta última tarefa, foi feita a reprodução do relatório em multilite⁶², graças à cooperação do SESP (CARVALHO, 1976, p. 304-305).

Do relatório final constaram 46 recomendações dirigidas ao Ministério da Educação e Cultura, ao Ministério da Saúde, às universidades e legisladores e aos Serviços de Enfermagem em unidades sanitárias e hospitalares. As sugestões foram encaminhadas ainda à Conferência dos Religiosos do Brasil, às instituições que mantinham escolas de Enfermagem, às próprias escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e à ABEn. Carvalho (1976, p. 305) assinala que esse relatório retratou a situação da Enfermagem no Brasil até o ano de 1956, inclusive.

Ainda de acordo com a mesma autora, a Associação incentivou, de 1959 a 1960, o cumprimento das recomendações, diretamente ou por intermédio das seções e distritos, nos Estados. A partir de fevereiro de 1961, a entidade continuou a incentivar as sugestões, mas já por intermédio de uma comissão denominada de Seguimento do Levantamento. Este grupo era formado por duas enfermeiras e uma secretária. Tão logo foi instalada, essa comissão trabalhou diretamente com as instituições que deviam implementar as recomendações. Além dessa atividade, a comissão atualizava os dados obtidos no levantamento no que se referia à situação das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e o número de profissionais lançados anualmente no mercado de trabalho (CARVALHO, 1976, p. 307).

Comissão de Seguimento do Levantamento

A necessidade de um órgão que desse prosseguimento e coordenasse a execução das recomendações do levantamento foi logo sentida pelo Conselho Diretor. O assunto foi abordado na fase final do estudo, quando todos os dados

⁶² Máquina de imprimir que opera baseada no princípio da litografia, comumente usada para se obterem impressos comerciais em escritórios, ou folhetos de pequena tiragem. Definição disponível em <http://www.dicio.com.br/multilite/>, acessado em 30/11/2010.

já haviam sido coletados, analisados e interpretados. Dada sua importância, o tema mereceu atenção especial do Conselho que o discutiu em suas três últimas reuniões, realizadas nos dias 07 e 28 de agosto e 30 de outubro de 1958⁶³.

Um elevado número de sugestões foi apresentado pelos membros do Conselho Diretor na segunda dessas reuniões, principalmente sobre questões relacionadas com o ensino. Para Izaura Barbosa Lima, representante do Ministério da Saúde, a Seção de Estudos e Organização da Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a comissão deveria ampliar suas funções. Segundo ela, o grupo deveria admitir enfermeiras que se responsabilizassem pelas recomendações do relatório relacionadas ao funcionamento e reconhecimento de cursos e orientação às escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem. Já Haydée G. Dourado lembrou que, dentre as recomendações do relatório, uma se referia à criação de uma Divisão de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde. Essa divisão teria a responsabilidade de coordenar os assuntos de Enfermagem de sua alçada, em âmbito nacional. Aceita a idéia, principalmente pelos representantes do Ministério da Saúde e SESP, a ABEn deveria elaborar, como mais tarde o fez, uma proposição nesse sentido, com exposição de motivos e justificativa (CARVALHO, 1976, p. 307-308).

O problema foi amplamente discutido no XI Congresso realizado em outubro de 1958, no Recife, e dali saiu a recomendação, homologada pela assembléia geral da ABEn, que sugeriu a criação de dois órgãos de seguimento das recomendações: um Conselho Diretor, deliberativo, e uma Comissão Executiva, de coordenação. O congresso recomendou ainda que a ABEn estimulasse a criação de órgãos correspondentes nas seções, para que agissem, no âmbito estadual. Recomendou-se também que a Associação solicitasse à Fundação Rockefeller os recursos necessários para manter a Comissão Executiva de Seguimento^{64;65} (CARVALHO, 1976, p. 308).

⁶³ Livro de Atas do Conselho Diretor do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, 1955-1958.

⁶⁴ A Comissão de Seguimento do Levantamento tinha por finalidade: manter sempre atualizados os dados sobre os enfermeiros e auxiliares de enfermagem; estimular, orientar, auxiliar e verificar a execução das recomendações do levantamento; auxiliar as escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem no desenvolvimento do corpo docente e na revisão e melhoria do currículo; incentivar estudos sobre os campos da experiência utilizados pelas

Os desdobramentos deste processo estão descritos mais uma vez na obra de Carvalho (1976). Atendendo a essas recomendações, sublinha a autora, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958 – 1962), indicou uma comissão especial para elaborar um plano de ação capaz de dar continuidade ao Centro de Levantamento. Essa comissão, constituída por Maria Rosa S. Pinheiro (presidente), Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese foi assessorada por enfermeiras com experiência nos vários campos da enfermagem. Coube a esse grupo de trabalho elaborar o plano para execução daquelas recomendações, discutido e aprovado na última reunião do Conselho Diretor do Levantamento, realizada a 30 de outubro de 1958. O plano incluía a criação dos órgãos recomendados pelo congresso e estabelecia a estrutura organizacional e as funções de cada um dos órgãos. O Conselho Diretor de Seguimento seria formado pelos mesmos membros do Conselho do Levantamento, acrescidos de representantes de cada um dos três ministérios militares e do Ministério do Trabalho, da Conferência dos Bispos do Brasil, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), da presidente da Comissão Executiva de Seguimento e de mais uma enfermeira. Esse seria o órgão de deliberação, colaboração e consulta para cumprimento das recomendações do Levantamento, sob o comando da presidente da Associação Brasileira de Enfermagem. A Comissão Executiva de Seguimento seria constituída pela presidente da ABEn e uma enfermeira de tempo integral na Comissão, além de outras enfermeiras. A essa Comissão, que deveria ser criada também em cada seção estadual da ABEn, caberia coordenar os trabalhos de execução das recomendações. Como parte do plano, foi apresentado à Fundação Rockefeller um orçamento para as despesas em 1959 (CARVALHO, 1976, p. 308-309).

Por sugestões da diretoria da ABEn, os mesmos elementos que compunham a comissão especial passaram a integrar a Comissão Executiva

escolas, a fim de melhorá-los; fornecer informações e dados sobre a enfermagem nos estados e no país (CARVALHO, 1976, p. 314-315).

⁶⁵ Os órgãos de administração recomendados pela Comissão Executiva de Seguimento seriam: 1) um Conselho Diretor, composto de 14 membros, que foi instalado a 2 de outubro de 1961; 2) Membros Colaboradores, constituídos de representantes da Comissão de Seguimento nos estados, territórios e Distrito Federal, indicados pelas seções estaduais da ABEn; representantes das escolas de enfermagem e das instituições de saúde, principalmente hospitalares; 3) Comissão de seguimento, constituída pela presidente, uma assistente, secretária e mensageiro (CARVALHO, 1976, p. 315).

de Seguimento, que deveria funcionar em uma das salas de sua sede, no Rio, às expensas da própria Associação, enquanto não fossem obtidos os recursos necessários de outras fontes (CARVALHO, 1976, p. 309).

Na mesma reunião em que a diretoria aprovou a instalação dessa comissão, foram também aprovados os planos de trabalho mediatos e imediatos relativos às campanhas nacionais mais urgentes e à publicação do sumário e recomendações do relatório final⁶⁶.

O entusiasmo pelo trabalho parecia ser uma constante no grupo, pois, no mês seguinte, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, pode prestar informações à diretoria sobre os primeiros trabalhos realizados. As sementes plantadas geraram frutos, entre eles o envio da tradução do relatório à Fundação Rockefeller, nos Estados Unidos, e a remessa dos sumários e recomendações aos membros do Conselho de Colaboradores e da Assessoria Técnica do Centro de Levantamento, às Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, às seções, distritos e comissões permanentes da ABEn (CARVALHO, 1976, p. 309).

Verificou-se desde logo, porém, a sobrecarga de trabalho que iria pesar sobre a comissão, constituída de enfermeiras “com extrema boa vontade”, mas que exerciam funções de grande responsabilidade em instituições que não poderiam prescindir de sua dedicação integral aos serviços (CARVALHO, 1976, p. 309).

Tornava-se evidente, e cada vez mais urgente, a necessidade de formação daquele órgão com recursos orçamentários próprios e que pudesse contar com o tempo exclusivo de seu pessoal (CARVALHO, 1976, p. 309).

Com o passar do tempo, as iniciativas voltadas para a consolidação das atividades de enfermagem no Brasil ganhavam visibilidade e atravessavam fronteiras. Encontrando-se a presidente da ABEn com Virginia Arnold⁶⁷, no Chile, esta afirmou que havia grande interesse da Fundação Rockefeller pelos trabalhos do Levantamento e que, oportunamente, viria ao Brasil, quando então poderia discutir melhor o assunto, registrou Carvalho (1976, p. 309).

⁶⁶ Livro de Atas das reuniões da Diretoria, nº. 3.

⁶⁷ Virginia Arnold era Diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller. A mesma encontrava-se no Chile, país onde se realizava o Primeiro Congresso Interamericano de Obstetizes (16 a 21 de setembro de 1959). Virginia já havia estado no Brasil de 02 a 10 de janeiro de 1957, visitando o Centro de Levantamento (CARVALHO, 1976, p. 327).

No plano doméstico, o interesse também era grande por parte dos enfermeiros. Durante a Assembléia Geral realizada durante o XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem (ocorrido em julho de 1960, em Belo Horizonte), os profissionais de enfermagem recomendaram à ABEn que fossem feitos todos os esforços visando à criação de um órgão capaz de propor a execução das recomendações contidas no relatório do levantamento (CARVALHO, 1976, p. 309).

Nesse mesmo ano, 1960, Virginia Arnold voltou ao Brasil conforme havia prometido. A ABEn obteve dela a promessa, em nome da Fundação, de financiar a Comissão de Seguimento do Levantamento já no início de 1961. A ajuda financeira seria usada também para melhorar a Revista Brasileira de Enfermagem, conforme solicitação da presidente⁶⁸. A doação foi de dez mil dólares, pelo período de um ano, a contar de março de 1961. Desse total, sete mil foram destinados à Comissão de seguimento e três mil à Revista (CARVALHO, 1976, p. 310).

Para o cargo remunerado de presidente da Comissão foi convidada Amalia Corrêa de Carvalho, 1ª vice-presidente da ABEn, que aceitou com a condição de poder trabalhar em São Paulo, indo periodicamente ao Rio de Janeiro. Para tomar conhecimento do material do centro e planejar, com a presidente da ABEn, o programa a ser desenvolvido, a presidente convidada permaneceu no Rio de Janeiro no período de 15 a 28 de fevereiro de 1961⁶⁵.

Em 20 de março de 1961, foi oficialmente instalado o escritório da Comissão de Seguimento em São Paulo, em sala da Escola de Enfermagem São José, cedida por gentileza de sua diretora, Ir. Maria Gabriela Nogueira. A presidente da comissão contou, inicialmente, com a colaboração da enfermeira Milza Barcelos, como sua assistente (até agosto de 1962), com Vera Morais, para os trabalhos de secretaria, e um mensageiro de tempo parcial. Todos os cargos eram remunerados. Com o desenvolvimento dos trabalhos, as obrigações, principalmente as de ordem burocrática, foram aumentando de tal maneira que houve necessidade de incluir mais uma auxiliar. Assim foi que a enfermeira Marta Cavalcanti concordou em cooperar com a comissão por um período limitado (CARVALHO, 1976, p. 310).

⁶⁸ Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, nº. 4.

Terminado o período de financiamento pela Fundação Rockefeller, em 15 de março de 1962, os trabalhos da comissão precisaram ser totalmente modificados, diminuindo tanto o ritmo como os campos em que eram desenvolvidos, até que fosse conseguido novo auxílio financeiro da mesma Fundação, como estava sendo pleiteado⁶⁹ (PINHEIRO, 1963, p. 322).

No entanto, uma descontinuidade na implementação das recomendações do levantamento, a esta altura, constituiria uma grande frustração para a ABEn. Para discutir a situação, reuniram-se, em abril de 1962, na sede da ABEn, no Rio de Janeiro, a presidente da Associação, Marina de Andrade Resende; Alberto Venâncio Filho, representando Durmeval Trigueiro de Faria, diretor do Ensino Superior do MEC; Anyta Alvarenga, enfermeira do SESP; Ernani Braga, representando Robert B. Watson, da Fundação Rockefeller no Brasil; Haydée G. Dourado, Amalia C. de Carvalho e Maria Rosa S. Pinheiro, presidentes, respectivamente, das Comissões de Legislação, Seguimento e de Educação da ABEn (CARVALHO, 1976, p. 310-311).

Ernani Braga fez um histórico da situação em virtude da qual havia sido convocada a reunião, ou seja, a recomendação do levantamento referente à criação de uma seção de Enfermagem na Diretoria do Ensino Superior (DESu)⁷⁰, do MEC⁷¹. Com esse objetivo já haviam sido tomadas várias

⁶⁹ Relatório da presidente da Comissão de Seguimento, 1962. Relatório da Comissão de Seguimento do Levantamento apresentado em julho de 1963 e publicado na Rev. Bras. de Enfermagem, ago. 1963, p. 322.

⁷⁰ A Diretoria do Ensino Superior (DESu) foi criada através da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, que através desta passou a chamar-se Ministério da Educação e Saúde. Os órgãos de administração especial que compunham este Ministério eram o Departamento Nacional de Educação e o Departamento Nacional de Saúde. Oito divisões passaram a compor o Departamento Nacional de Educação, dentre elas a Divisão de Ensino Superior. A partir do Decreto-Lei nº. 8.535, de 02 de janeiro de 1946, esta Divisão passou a chamar-se Diretoria do Ensino Superior (DESu), que, juntamente com outras Diretorias, passou a subordinar-se imediatamente ao ministro da Educação e Saúde. Atualmente, após diversas alterações na estrutura da Educação, tem-se a Secretaria de Educação Superior (SESu), que é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>, acessado em 02/01/2011.

⁷¹ O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Até 1953, foi Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da saúde surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. O sistema educacional brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos

iniciativas, e problemas haviam surgido – entre eles o não aproveitamento de uma profissional altamente qualificada. De acordo com entendimentos mantidos com Jurandir Lodi, Celina Viegas foi escolhida pela ABEn para chefiar a futura seção e que já havia feito inclusive um estágio nos Estados Unidos para preparar-se para o cargo, com bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller. A enfermeira, no entanto, não havia sido aproveitada pela DESu. Já o escritório montado em São Paulo para seguimento das recomendações do levantamento, organizado com a cooperação financeira da Fundação Rockefeller, vinha cumprindo parte das funções que caberiam àquela seção, principalmente, no que se referia ao assessoramento das escolas. A ABEn estava, pois, em condições de responsabilizar-se por esse trabalho (CARVALHO, 1976, p. 311).

Diante da declaração do representante da DESu de que a Diretoria “estava interessada em obter a cooperação das associações de classe na orientação e controle das escolas de nível superior”, Marina A. Resende aceitou a responsabilidade em nome da ABEn, desde que fossem fornecidos os necessários recursos financeiros, e apresentou um plano para essa cooperação. A estratégia, que incluía diversas atividades, seria executado por uma comissão especial que deveria dar prioridade à verificação das escolas para autorização de funcionamento e de reconhecimento, segundo solicitação da própria DESu⁷².

os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC. Foram necessários treze anos de debate (1948 a 1961) para a aprovação da primeira LDB. O ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei. O pano de fundo era a separação entre o Estado e a Igreja. A reforma universitária, em 1968, foi a grande LDB do ensino superior, assegurando autonomia didático-científica, disciplinar administrativa e financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas. A educação no Brasil, em 1971, se viu diante de uma nova LDB. O ensino passou a ser obrigatório dos sete aos 14 anos. O texto também previu um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais. Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e somente em 1995, a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=172, acessado em 02/01/2011.

⁷² Ata da reunião realizada no dia 3 de abril de 1962; Plano “Tentativa de projeto de colaboração da Associação Brasileira de Enfermagem com o Ministério da Educação e Cultura”, de 1962 – Arquivos da ABEn.

Essa comissão especial, designada Comissão de Peritos em Enfermagem, foi indicada pela Diretoria do Ensino Superior em junho de 1962. Seus membros, que eram convocados de acordo com as necessidades daquela Diretoria, não receberiam auxílio do MEC para o desempenho das atividades relacionadas com a nova política do ensino superior, mas podiam executá-las dentro do período de expediente, em suas próprias situações de trabalho ordinário. A comissão, que deveria atuar como órgão de assessoramento técnico de alto nível, foi integrada pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, Maria Rosa S. Pinheiro, Maria Dolores Lins de Andrade, Haydée Guanais Dourado e Amalia Corrêa de Carvalho (CARVALHO, 1976, p. 311).

De fato, o Ministério da Educação passou a utilizar-se cada vez mais da ABEn para consulta, trabalho esse realizado, principalmente, pela presidente Marina Resende, em cooperação com a presidente da Comissão de Seguimento, Amalia C. de Carvalho (CARVALHO, 1976, p. 311-312).

Quanto aos recursos financeiros, Ernani Braga sugeriu que talvez a Fundação Rockefeller pudesse dar auxílio durante um ou dois anos, até que o Ministério da Educação e Cultura se aparelhasse para esse fim, o que se daria, provavelmente, em 1964; o MEC faria uma carta oficial para que a presidente da ABEn pudesse fazer um acordo com a Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller (CARVALHO, 1976, p. 312).

Tendo em vista o que havia sido decidido, foi enviado à Fundação Rockefeller um novo orçamento da Comissão de Seguimento para o período de 1962 – 1963, baseado nas previsões de aumento dos trabalhos e maiores gastos, num total de dez mil e quinhentos dólares (CARVALHO, 1976, p. 312).

Para que os compromissos assumidos até julho de 1962 fossem cumpridos, e para que não houvesse solução de continuidade nas atividades de seguimento das recomendações, uma vez que a Fundação Rockefeller não havia ainda se manifestado sobre o pedido, a ABEn fez àquela comissão adiantamentos, inicialmente a título de empréstimo. Esse montante, somado à quantia recebida da campanha de recrutamento, foi suficiente para cobrir as despesas daquele período, findo o qual o escritório da comissão seria fechado até que fosse concedido novo auxílio. Esses adiantamentos passaram a

doações e terminaram em 30 de julho de 1964, quando foram dispensados a secretária e o mensageiro, os últimos funcionários remunerados⁷³.

De acordo com Carvalho (1976, p. 312), as atividades arrefeceram mas não cessaram totalmente. Eleita presidente da ABEn em julho de 1962, Clarice Ferrarini (1962 – 1964), não desejando interromper totalmente os trabalhos da comissão, conseguiu que a diretoria destinasse ao grupo o auxílio que a ABEn vinha recebendo dos Laboratórios Johnson e Johnson do Brasil (vinte mil cruzeiros mensais). Essa quantia era suficiente para conservar uma secretária de tempo parcial e manter correspondência com as escolas, seções e distritos da ABEn visando à atualização de dados sobre a situação da enfermagem no país. As demais atividades de âmbito nacional, como campanha para recrutamento de alunos, auxílio técnico às escolas, levantamento de pessoal de enfermagem em atividade, e outras, foram suspensas.

Em carta dirigida a Ernani Braga em fins de 1962, Virginia Arnold lembrou o encontro que haviam tido em Nova York, durante o qual haviam tratado da solicitação feita pela ABEn de uma doação de vinte e oito mil e quinhentos dólares anuais, por um período de três anos, para desenvolver aquelas atividades. Para que o assunto pudesse ser considerado pela Fundação Rockefeller, ela solicitava que a Associação enviasse outras informações além das já obtidas naquele encontro, tais como: 1) sua atual situação financeira, principalmente com relação à Revista Brasileira de Enfermagem; 2) se o MEC havia feito previsão orçamentária para auxílio às atividades de consultoria da ABEn junto à Diretoria do Ensino Superior (DESu), e para a enfermagem do país, em geral; 3) sobre o número de bolsas que a CAPES havia previsto para enfermeiros (CARVALHO, 1976, p. 312-313).

Atendendo a essas exigências, a 2ª vice-presidente, Honorina dos Santos, enviou as informações solicitadas, com detalhes, acrescidas de outros dados sobre a situação da Revista e sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas pela Comissão de Seguimento, assim como os futuros planos dessa Comissão. No item relacionado ao auxílio da CAPES, havia a informação de que, em 1959, depois de receber ajuda financeira da Fundação

⁷³ Relatório da presidente da Comissão de Seguimento, 1962. Relatório da Comissão de Seguimento do Levantamento apresentado em julho de 1963 e publicado na Rev. Bras. de Enfermagem, ago. 1963, p. 322.

Rockefeller, aquele órgão iniciara um programa de bolsas para cursos de pós-graduação para enfermeiros, depois executado com recursos do governo federal quando aquela Fundação interrompeu o auxílio. O relato assegurava que a cooperação com o MEC, continuava cada vez mais intensa. Haydée G. Dourado, por exemplo, havia sido cedida pelo Ministério da Saúde para trabalhar na DESu; Marina Resende havia sido indicada coordenadora das atividades do Projeto Brasil 63 (convênio entre a UNICEF, a OPS/OMS e o Governo Brasileiro), para o desenvolvimento de escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem no Norte e Nordeste do Brasil; e Amalia C. de Carvalho, como presidente da Comissão de Seguimento, vinha sendo solicitada para cooperar em projetos governamentais relacionados com o desenvolvimento de serviços e do ensino de Enfermagem no país⁷⁴.

Ao aproximar-se a realização do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, em julho de 1963 (que ocorreu em Fortaleza), Clarice Ferrarini solicitou de Virginia Arnold uma decisão sobre o pedido feito pela ABEn para a manutenção da Comissão de Seguimento, a fim de poder planejar as atividades da Associação para o próximo período anual, que nessa época começava após os Congressos. A resposta veio rápida com a informação de que não fazia parte da política da Fundação Rockefeller auxiliar um programa que não contava, e nem dava evidência de contar no futuro, com previsão orçamentária do governo local. O MEC, que estava utilizando o assessoramento da ABEn em questões de ensino de Enfermagem, não parecia aceitar a responsabilidade financeira por tais serviços. Sendo assim, não havia como justificar, perante os órgãos deliberativos da Fundação, um pedido de auxílio por um período de mais de um ano. Seria possível, no entanto, fazer uma doação por um ano, na esperança de que dentro desse prazo a ABEn pudesse conseguir subvenção do MEC, ou de qualquer outra instituição. Foi lembrado ainda que, não fosse pelo fato do contínuo interesse da Rockefeller pelo desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, país no qual vinha investindo desde a década de 1910, não seria possível fazer naquele momento uma exceção, dentro de sua política normal de programação (CARVALHO, 1976, p. 313-314).

⁷⁴ Correspondência da Fundação Rockefeller. Arquivos da ABEn.

Sobre a conveniência de aceitar ou não a proposta tal como foi feita, a diretoria da ABEn parece ter meditado por algum tempo, pois, somente após três meses, em outubro de 1963, resolveu aceitá-la naquelas condições e enviou um orçamento que previa despesas num total de doze mil dólares para a antiga Comissão de Seguimento, agora denominada Comissão de Documentação e Estudos e ainda presidida por Amalia C. de Carvalho, e três mil dólares para a Revista Brasileira de Enfermagem (CARVALHO, 1976, p. 314).

A exceção com a qual a diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller acenava, porém, estava fadada a não se concretizar. O Conselho Administrativo, órgão deliberativo da Fundação, havia mudado drasticamente a orientação de seus programas de ajuda, e o tipo de atividade desenvolvido pela Comissão não estava em nenhuma de suas novas áreas (CARVALHO, 1976, p. 314).

Assim, após um período de dois anos de negociações, a ABEn ficou com a certeza de que somente poderia contar com seus próprios recursos e, portanto, deveria limitar os objetivos da Comissão de Seguimento a um levantamento anual do movimento estudantil das Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem (CARVALHO, 1976, p. 314).

Em julho de 1963 desapareceu a Comissão de Seguimento surgindo em seu lugar, na modalidade de especial, a Comissão de Documentação. A presidente da primeira havia assumido o compromisso de manter a comissão até o final da gestão da presidente⁷⁵ da ABEn, mesmo sem os recursos de material e de pessoal. A reforma do estatuto procedida em 1965 incluiu-a entre as comissões permanentes com o nome de Comissão de Documentação e

⁷⁵ Nesta época a Diretoria da ABEn era composta por: Clarice Della Torre Ferrarini, presidente de 27/01/1962 a 18/07/1964; Marina de Vergueiro Forjaz, 1ª vice-presidente; Honorina dos Santos, 2ª vice-presidente (renunciou); Ir. Maria Carmem Teixeira, 1ª secretária; Enir de Souza Lima, 2ª secretária; Lenísia Costa Santos, 1ª tesoureira; Maura Maria Pereira de Lima, 2ª tesoureira; Anyta Alvarenga, representante do setor ICN; Amália Corrêa de Carvalho, representante do setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Altair Alves Arduino, Izaura Barbosa Lima e Nilza Marques Maurício Garcia. Em 20/07/1963, houve posse de novos membros: Doralice Regina Ayres, 1ª vice-presidente; Delzuite de Souza Cordeiro, 2ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1ª secretária; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2ª tesoureira; Georgete de Jesus Teixeira, secretária do Setor ICN; Angelina Dirse, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: não houve eleição. Por decisão posterior da Assembléia Geral, permaneceram os mesmos membros (CARVALHO, 1976, p. 59).

Estudos, designação sob a qual já vinha atuando desde 1964 (CARVALHO, 1976, p. 314).

A presidente da Comissão de Seguimento, que vinha trabalhando graciosamente, em tempo parcial, desde julho de 1962, continuou na presidência do novo órgão até 1968 (CARVALHO, 1976, p. 314).

A presidente da Comissão de Documentação e Estudos, Amalia C. de Carvalho, ao apresentar o primeiro relatório dessa comissão em 1964, historiou resumidamente a fase final da existência da Comissão de Seguimento e a sua transformação nesse novo órgão técnico da ABEn. Segundo Carvalho (1976, p. 322-323), ela descreveu a situação da seguinte maneira:

“Por ocasião do Congresso de Fortaleza (1963) foi sugerida a inclusão daquela, com o novo nome, entre as Comissões Permanentes da ABEn, o que não se deu em virtude da possibilidade de se continuar recebendo subvenção da Rockefeller para o pagamento de seus membros, o que a tornaria anti-estatutária. Nada impede, porém, que agora a Comissão de Documentação e Estudos apareça no Estatuto da ABEn como comissão permanente, uma vez que há mais de 2 anos foi suspensa a remuneração da presidente por falta de subvenção especial para isso”.

A existência desse órgão técnico, com atribuições definidas, permitiu à Associação Brasileira de Enfermagem, naquele momento, ter a seu alcance as informações estatísticas de que necessitava para seus trabalhos, ou que lhe eram solicitadas por órgãos dos poderes públicos e meios de comunicação. Seus relatórios retratavam a situação da Enfermagem quanto ao preparo quantitativo de seus profissionais, o que possibilitou projeções para o futuro. Segundo Carvalho (1976, p. 323), foi naqueles últimos anos (de sua criação até o início da década de 1970) a maior fonte de divulgação de dados sobre a enfermagem⁷⁶ (CARVALHO, 1976, p. 323).

⁷⁶ Os dados referentes ao ano de 1969 foram coletados e divulgados pela presidente da comissão, eleita para o biênio 1970 – 1972 (CARVALHO, 1976, p. 328).

Coordenaram essa Comissão: Amália C. de Carvalho (1964-1968), Glete de Alcântara (1968-1970), Anayde C. de Carvalho (1970-1972) e Nilza Dias da Rocha Medeiros (1972 -1976) (CARVALHO, 1976, p. 323).

Pretendendo apresentar um documento que desse certa continuidade ao relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, no que dizia respeito ao campo educacional, as presidentes da Comissão de Seguimento e da Comissão de Documentação e Estudos nos períodos de 1964 a 1972 apresentaram um resumo dos dados coletados entre 1961 e 1969, referentes apenas à movimentação e situação das escolas a partir de 1956 (CARVALHO, 1976, p. 323).

Esse resumo foi publicado em folheto, impresso pela ABEn graças à colaboração do Laboratório Johnson e Johnson. Mostrou a evolução do ensino de enfermagem e incluiu, em uma só fonte, os dados estatísticos e informações sobre o pessoal de enfermagem, de 1956 a 1969 (CARVALHO, 1976, p. 323).

CAPÍTULO IV

PUBLICAÇÃO E ESTÉTICA DO LIVRO “LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL”, EDITADO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM EM 1980

A tipografia (do grego *typos* – “forma” – e *graphein* – “escrita”) é a arte e o processo de criação na composição de um texto. Seu objetivo principal é dar ordem estrutural e forma à comunicação impressa. Na maioria dos casos, uma composição tipográfica deve ser especialmente legível e visualmente envolvente, sem desconsiderar o contexto em que é lido e os objetivos da sua publicação (ARAÚJO, 2008, p. 17 – 54).

Levando em consideração a necessidade da mudança do olhar do pesquisador, que funcionou como ponto de partida para este estudo, há também a necessidade de mudar a escala de observação, segundo Belo (2008), acompanhando o percurso da obra em análise, para que se atinjam os objetivos do mesmo.

Nesse sentido, sob um novo ângulo, será discutida neste capítulo a publicação e a estética da obra intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, editada no ano de 1980 pela ABEn, através da leitura e análise da organização do referido texto. A discussão aqui proposta parte do princípio de que a história de uma publicação é uma rica fonte que transcende os limites do objeto em si.

Instrumento privilegiado para a definição de uma história nacional que se procura através da propaganda monárquica, da erudição maurina e das nostalgias nobiliárias, o livro, ao mesmo tempo, sustém os triunfos da estética clássica (CHARTIER & ROCHE, 1995, p. 104).

Ainda levando em conta esses autores - Chartier & Roche (1995) – Belo (2008, p. 29) vai adiante e sustenta que a invenção da tipografia e da estética não revolucionou a forma do livro, nem o seu conteúdo, nem a maneira de ler. Não se pode dizer que as inovações na técnica de reprodução dos textos produzam, por si só, revoluções na relação com o escrito. Na longa história do livro, as grandes alterações foram produzidas por transformações culturais e sociais mais profundas.

Publicação do Livro

O livro – como objeto e como texto-linguagem – tinha, no Brasil, na década de 1980, uma existência quantitativamente quase marginal – embora, para a maioria dos países soberanos, nem sequer o quantificador ‘quase’ cabia: mal de muitos consolo seria, mas não era – e precisava-se realmente avançar nessa área fundamental da cultura (ARAÚJO, 2008, p. 17 – 21).

De acordo com Araújo (2008, p. 20), o livro, materialmente, na sua feição mais requintada ou mais generalizada presente – folhas de papel impressas, alçadas, coligadas e vestidas, numa unidade normalmente portátil (mesmo que a duas mãos) –, esse livro pode desaparecer. Mas não desaparecerão, com sua fisicidade, as suas mensagens e seus códigos: isso que se chamam dialetos literários, isso que se chamam dialetos científicos.

O Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) em 1958, nunca foi publicado. Foram feitas apenas algumas cópias mimeografadas para distribuição a escolas de enfermagem e a alguns membros da ABEn (ABEn, 1980, p. 01).

Se na década de 1980 o livro tinha no Brasil, conforme Araújo (2008), “uma existência marginal”, não é de estranhar que um relatório de uma atividade ainda à procura de status – como a enfermagem – não tivesse recebido o devido tratamento editorial em 1958. De acordo com Alvim (1965, p. 303), o relatório final foi mimeografado e posto a venda pela ABEn. O

mesmo também foi traduzido para o inglês e publicado sob a forma condensada pela Fundação Rockefeller.

Segundo Alvim (1965, p. 303), o Levantamento foi amplamente divulgado durante todas as fases da sua execução, o que foi uma ótima promoção para a profissão. Porém, nessa mesma publicação onde escreve sobre o Levantamento, Alvim relata, contrastando com a frase anterior, que muitos enfermeiros o desconheciam, o que gera dúvidas acerca da efetividade da divulgação e principalmente da distribuição do mesmo antes de sua publicação final.

Secaf & Sanna (2003, p. 316) concordam que o fato de o relatório final ter sido divulgado em cópias mimeografadas e publicação somente em inglês contribuiu para o conhecimento restrito sobre o estudo. Essas cópias, em número reduzido, foram distribuídas para as líderes da enfermagem. Logo depois de terminado, em 1958, foi feita uma tradução para o inglês, por Beatrice Lennington, enfermeira do Serviço de Administração de Cooperação Inter-Americana, editada pela Fundação Rockefeller (CARVALHO, 1976, p. 305-306).

Segundo Carvalho, (1976, p. 305-306), em decorrência de ter sido um empreendimento auxiliado por múltiplos órgãos, não tendo sido possível uma previsão orçamentária completa, a ABEn não conseguiu editar o Relatório Final. Em 1974, por sugestão de Gleite de Alcântara, a Associação decidiu custear sua publicação. Criou-se, para esse fim, uma Comissão Especial para revisar o documento, que teve previsão de publicação para o ano de 1976.

A Comissão Especial foi constituída em 1975, e foi composta por Victoria Secaf, Maria Josefina Leuba Salum, Maria Helena Nogueira e Maria Rosa S. Pinheiro. Teve prioritariamente a finalidade de proceder a uma revisão do relatório do Levantamento, como último esforço para sua publicação, o que vinha sendo tentado desde aquela data (1958). Essa Comissão entregou à então Diretoria da ABEn (1972-1976)⁷⁷ o documento “com as correções gráficas necessárias” e algumas modificações na apresentação. Em razão das

⁷⁷ A presidente da ABEn, de 1972 a 1974, era Gleite de Alcântara (a gestão de Gleite de Alcântara termina em 03/11/1974, com o falecimento das mesma). De 1974 a 1976, a presidente era Maria da Graça Corte Imperial, que completou o mandato de Gleite de Alcântara após a morte desta.

dificuldades existentes à época, as mesmas contra as quais as Diretorias anteriores vinham lutando, não foi possível a publicação (ABEn, 1980, p. 01).

A Diretoria⁷⁸ da ABEn no ano de 1980, mesmo não tendo conseguido superar por completo as dificuldades existentes já há anos, levando em consideração as tentativas de publicação já feitas, decidiu trazer a público um número limitado de cópias do relatório em sua forma original, sem qualquer alteração, nem mesmo para atualizar a ortografia (ABEn, 1980, p. 01).

Pretendeu-se “colocar, à face da história, todos os discursos e práticas que num dado momento se tornaram livros” (CHARTIER & ROCHE, 1995).

A publicação, em português, com isso, só ocorreu em 1980. Ainda assim, o relatório esteve disponível para consulta apenas nas bibliotecas de Enfermagem de referência no país, como as das principais escolas de enfermagem, existindo, por esse motivo, poucas menções e estudos relativos a ele e/ou seu conteúdo (SECAF & SANNA, 2003, p. 316).

Assim foi definido o trabalho publicado em 1980 (ABEn, 1980, p. 04):

“O trabalho que se vai ler constitui, sem dúvida, vultosa contribuição para o conhecimento de um dos setores da vida pública nacional, o da enfermagem, que é parte integrante da saúde pública. A civilização brasileira tem nesse seu traço cultural uma força que, se propriamente conduzida, pode crescer até transformar-se em um dos grandes sustentáculos do bem-estar social”.

De acordo com Carvalho (1976, p. 306), o resultado imediato desse estudo foi o reconhecimento e prestígio da Associação, que passou a ser ouvida em questões de Enfermagem. Outros também foram conseguidos, tanto no campo da legislação quanto nos do ensino e da prática da enfermagem.

A publicação do relatório em 1980 foi considerada uma homenagem ao esforço e pioneirismo dos profissionais, principalmente enfermeiras, que

⁷⁸ Diretoria da ABEn – 1976 a 1980: Ieda Barreira e Castro, presidente; Isaura Lopes de Godoy, 1ª vice-presidente; Maria da Graça S. Corte Imperial, 2ª vice-presidente; Alini G. Debiasi, 1ª secretária; Dulce Castro Mendes, 2ª secretária; Taka Oguisso, 1ª tesoureira; Maria Eleusa G. Farias, 2ª tesoureira; Conselho Fiscal: Bereniches Alves Marques, Herondina Corrêa Rodrigues e Maria da Conceição Lemos. Comissões permanentes: Atividades científicas e documentação: Anayde C. de Carvalho; Educação: Elvira de Felice Souza; Finanças: Maria Eleusa G. Farias; Legislação: Lydia das Dores Matta; Publicações e divulgação: Lygia Paim; Serviço de Enfermagem: Clarice Judith R. Cazzota (ABEn, 1980).

participaram do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. Tal estudo é considerado, ainda nos dias atuais, por diversos autores, um marco da pesquisa em Enfermagem. Trata-se de um dos trabalhos mais importantes já realizados pela ABEn; a primeira pesquisa de enfermagem; enfim, um estudo que merece ser conhecido e explorado com vista não apenas ao enriquecimento e contribuição para a História da Enfermagem Brasileira, mas também como forma de construção de uma identidade profissional, tão pouco explorada nos dias atuais.

Estética da Obra

A obra “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, publicada em 1980, não sofreu alterações, nem mesmo para atualizar a ortografia, sendo publicada em sua forma original. A única revisão sofrida pela obra foi através da Comissão Especial, criada em 1975, conforme já foi visto anteriormente, numa tentativa de publicação. Foram realizadas algumas “correções gráficas necessárias” e algumas modificações na apresentação. Foram acrescentados ao relatório os índices, o prefácio, a apresentação e os anexos coletados e preparados pela citada Comissão (ABEn, 1980, p. 01).

Reproduzimos aqui a definição que Araújo (2008, p. 37) dá ao editor de uma obra e a suas atribuições:

Editor, pessoa ou instituição, oficial ou não, com objetivos comerciais ou sem eles, possui o sentido de pessoa encarregada de organizar, selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra e, às vezes, prefaciá-la e anotar os textos de um ou mais autores. Assume a responsabilidade também do lançamento, distribuição e venda, nos casos comerciais, do livro.

Por essa razão, a Comissão de Atividades Científicas e Documentação da ABEn, responsável pela publicação da obra no ano de 1980, traz em nota explicativa na obra, assinada por Anayde Corrêa de Carvalho (coordenadora), além dos agradecimentos àqueles que com ela colaboraram, o pedido de compreensão do leitor “pelas falhas que certamente irão encontrar, comuns em

trabalhos dessa natureza” (ABEn, 1980, p. 01).

A foto nº. 1 possibilita identificar aspectos de interesse para a pesquisa que, sem ela, somente por meio das palavras, a materialização da imagem não seria possível. O livro intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, publicado em 1980, possui 21 cm de altura, 14,5 cm de largura e 2 cm de espessura. O mesmo tem a apresentação de cores apenas na sua capa, que é azul clara. Algumas fotos serão trazidas para melhor apreciação e entendimento das descrições apresentadas. Vale destacar que as fotos foram tiradas em tamanho próximo do real (13 cm X 19 cm).

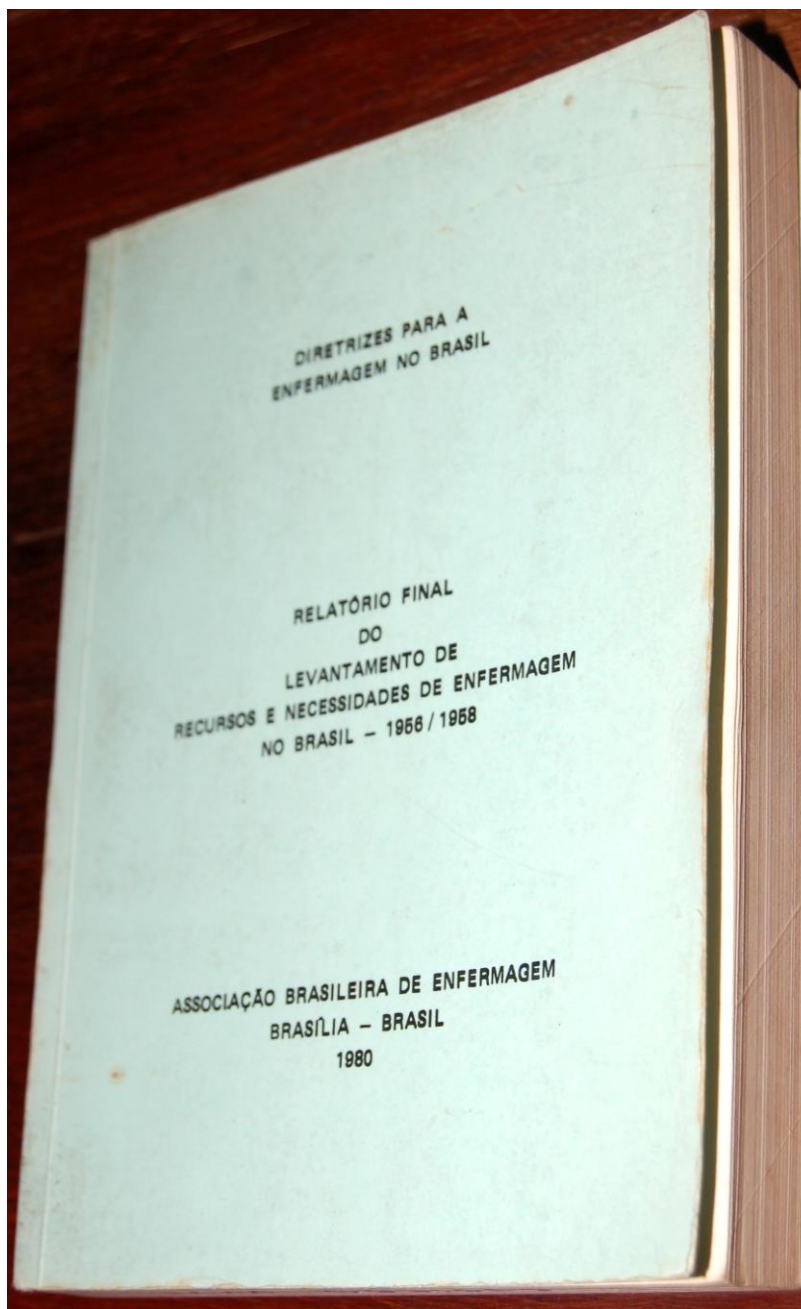
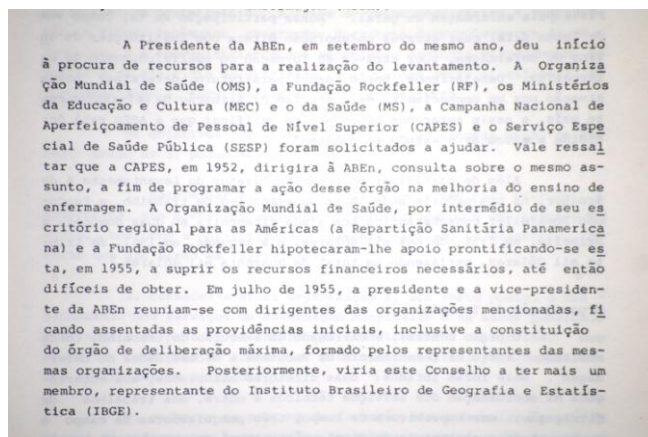
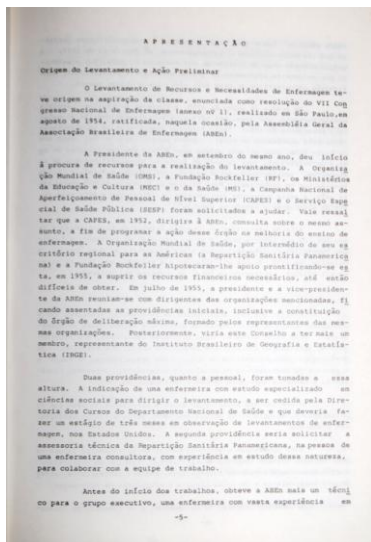


Foto do Livro nº. 1 – Fonte: Acervo pessoal da Profª Drª Taka Oguisso.

Num primeiro olhar sobre o livro aqui ilustrado revela a presença de uma nova titulação impressa no alto de sua capa: “Diretrizes para a Enfermagem no Brasil”. Diante deste novo achado e da dúvida surgida acerca do real título da obra, recorreremos à Prof^a Dr^a Taka Oguisso, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo – USP. Além de referência nas pesquisas em História da Enfermagem, ela fez parte dessa história, na época de sua publicação em 1980 como membro da Diretoria da ABEn. Nesta consulta pessoal confirmamos o título do livro, que é de fato “Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956 / 1958”, conforme o que já havia se mostrado na bibliografia crítica sobre o tema. Como o forte era e sempre foi o Levantamento em si, pouco se referiu ao Relatório, ficando este mais conhecido como LRNEB apenas. Sobre o título "Diretrizes para a Enfermagem no Brasil", sabe-se que era uma série que se pretendia publicar à época.

Mais uma vez, por meio das fotos nº. 2 e 3 é possível evidenciar para os leitores novas constatações a cerca da publicação do LRNEB. Em sua totalidade, a obra publicada é apresentada ao longo de 401 páginas numeradas e datilografada. A letra que se apresenta no texto impresso na capa é da tipologia Bastão. Já a letra que se apresenta no conteúdo do livro é do tipo Egipciana⁷⁹, semelhante à fonte Courier 10 BT, num tamanho semelhante ao 11, se compararmos com textos digitados e impressos em um computador atualmente.

⁷⁹ Para organizar as fontes disponíveis, existem algumas classificações tipográficas, as principais são: Bastão, Elzevir, Didot e Egipciana. A característica principal desse estilo são a serifa grossa (muito próxima da espessura das hastes verticais das letras) e a diminuição de contraste entre hastes finas e grossas. Na tipografia, as serifas são os pequenos traços e prolongamentos que ocorrem no fim das hastes das letras. A impressão final de um texto montado com fontes no estilo Egipciano é de austeridade e rigidez. As serifas grossas são diretamente relacionadas às estruturas das colunas dos templos egípcios. Sabe-se que o Egito sofreu, em determinado momento histórico, a influência da cultura grega. Os estilos dórico, jônico e coríntio das colunas gregas foram adaptados ao estilo egípcio, que ampliaram as bases e o topo das colunas, enrijecendo sua estrutura e desenho. Traduzindo este estilo para as fontes, vemos serifas de base e topo mais grossas. As fontes no estilo Egipciano mais usadas em máquinas de escrever eram a Courier e Orator (MIGUEL, Tipografia para Iniciantes, disponível em <http://3anopp.vilabol.uol.com.br/Tipografia.pdf>, acessado em 12/02/2011).



Fotos nº. 2 e 3 – páginas do livro – Fonte: Acervo pessoal da Profª Drª Taka Oguisso.

A foto nº. 4, além de evidenciar a segunda capa, a primeira página e o volume quantitativo da obra, deixa claro outros aspectos importantes para o entendimento de alguns aspectos relacionados à publicação do LRNEB. Analisando o corpo da obra, é possível perceber o que já havia sido constatado nos documentos. Não encontramos folhas em branco ou contra capa / folha de rosto. Este fato confirma as dificuldades enfrentadas pela Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN com relação a falta de recursos financeiros para publicação do livro. Quando houve a possibilidade de publicação no ano de 1980, além da tiragem limitada de cópias, o custo na editoração e publicação da obra também foi controlado como forma de otimizar os recursos existentes à época. Tal fato pode ser demonstrado pela imagem abaixo, onde vemos o início da impressão do livro já no verso da capa do mesmo.

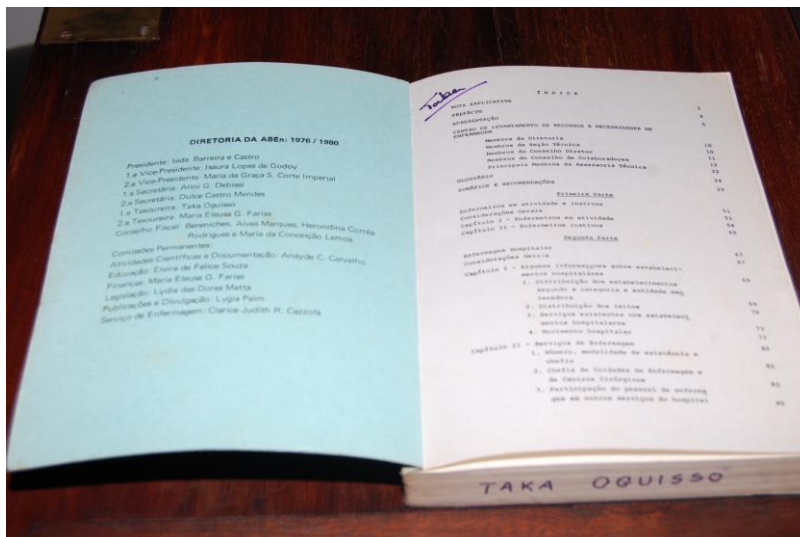


Foto n.º. 4 – primeira página do livro – Fonte: Acervo pessoal da Prof^a Dr^a Taka Oguisso.

De acordo com Araújo (2008, p. 443), a ilustração⁸⁰ no livro é geralmente uma imagem figurativa, utilizada para acompanhar, explicar, acrescentar informação, sintetizar ou simplesmente decorar um texto. A ilustração é um dos elementos mais importantes do *design* gráfico, assumindo muitas vezes um papel mais importante que o texto. O termo imagem é utilizado no cotidiano da tecnologia gráfica para identificar qualquer figura, desenho, ilustração, gráfico, texto ou outra reprodução visível ao olho humano, que retrata o original em sua forma característica, cor e perspectiva.

A foto n.º. 5 é um exemplo de como se deu a diagramação dos resultados encontrados na pesquisa que gerou o relatório do LRNEB. Nela é possível destacar a importância das imagens, neste caso as tabelas e quadros, principalmente, para se trazer os dados necessários. Dentro desta perspectiva, ao analisarmos o corpo da obra, foi possível observar: na Primeira Parte, 15 tabelas; na Segunda Parte, 41 tabelas; na Terceira Parte, 31 tabelas; na Quarta Parte, 08 tabelas; na Quinta Parte, 39 tabelas, 03 figuras e 01 mapa / desenho. Nos Anexos podemos encontrar 01 quadro e 06 tabelas; e 01 organograma ao final da obra.

⁸⁰ O termo iconografia é definido “como documentação visual que constitui ou completa determinado texto”, „Provém do grego clássico *eikonographía*, ‘imagem, desenho, descrição’, palavra formada pelo substantivo *eikón*, *eikónos*, ‘imagem’, e do verbo *gráphō*, ‘gravar, escrever, desenhar’, de onde *eikonographēō*, ‘representar, descrever’ (ARAÚJO, 2008, p. 444).

3. Números Relativos

CATEGORIA	Escolas	PROFESSORAS - ENFERMEIRAS (Número)					
		Total	Segundo o Preparo				
			Geral	Em Enfermagem			
				Dinísio de equivalentes	Colégio de equi- valentes	Cursos Super- ior	Somente E/cursos de formação
a) Em relação ao total de cada tipo de preparo							
GOVERNAMENTAIS							
De Universidade ---	18,2	24,8	12,9	47,1	35,0	18,7	47,5
De outras Instituições	21,2	22,7	24,2	21,8	10,0	23,1	21,3
PARTICULARES							
Religiosas (De Universidade	9,1	10,0	10,8	5,9	25,0	11,4	5,0
(De outras Insti- tuições -----	42,4	35,9	45,8	16,8	30,0	39,1	23,7
Leigas -----	9,1	6,6	6,3	8,4	-	7,7	2,5
b) Em relação ao total de cada grupo de Escolas							
GOVERNAMENTAIS							
De Universidade -----	18,2	100,0	33,0	59,6	7,4	59,6	40,4
De outras Instituições-	21,2	100,0	67,5	30,2	2,3	80,2	19,8
PARTICULARES							
Religiosas (De Universidade	9,1	100,0	68,4	18,4	13,2	89,5	10,5
(De outras Insti- tuições -----	42,4	100,0	80,9	14,7	4,4	86,0	14,0
Leigas -----	9,1	100,0	60,0	40,0	-	92,0	8,0
Total -----	100,0	100,0	63,3	31,4	5,3	79,0	21,0

Foto nº. 5 – uma das tabelas presentes no livro – Fonte: Acervo pessoal da Profª Drª Taka Oguisso.

O projeto gráfico e o projeto visual do livro constituem, na prática, uma unidade, visto que a perspectiva e o fim de ambos residem justamente na busca da harmonia entre forma e conteúdo, no modo sob o qual se organizam os diferentes elementos da página e o agrupamento das páginas em determinada unidade – o livro. Trata-se, em última análise, da busca do equilíbrio, mesmo quando, de propósito, se rompe esse equilíbrio, de modo, em qualquer caso, a produzir-se uma certa estrutura com seu próprio ritmo e seu próprio código. Nesse caso, é obtida uma comunicação imediata, cômoda e visualmente agradável entre o autor e seus leitores (ARAÚJO, 2008, p. 373). O que se vê influencia como e o que entendemos. Daí a importância, num estudo como o LRNEB, da associação de textos com a iconografia.

Para melhor visualização e entendimento, a obra foi organizada e publicada da seguinte forma:

Quadro nº. 1 – Organização da obra intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”, publicada pela ABEn, em 1980.

A – Conteúdo elaborado e incluído pelo grupo de enfermeiras / pesquisadoras da ABEn (1975 – 1980)	
1)	Diretoria da ABEn: 1976 / 1980
2)	Índice
3)	Nota Explicativa
4)	Prefácio
5)	Apresentação
B – Conteúdo do Relatório Final da Pesquisa LRNEB	
6)	Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem: Membros da Diretoria; Membros da Seção Técnica; Membros do Conselho Diretor; Membros do Conselho de Colaboradores; Principais Membros da Assessoria Técnica.
7)	Glossário
8)	Sumários e Recomendações
9)	Primeira Parte – Enfermeiros em Atividade e Inativos
10)	Segunda Parte – Enfermagem Hospitalar
11)	Terceira Parte – Enfermagem de Saúde Pública
12)	Quarta Parte – Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem
13)	Quinta Parte – Escolas de Enfermagem
15)	Bibliografia
C – Conteúdos incluídos pelo grupo de enfermeiras / pesquisadoras da ABEn (1975 – 1980)	
14)	Anexos

Fonte: ABEn, 1980.

Na *Nota Explicativa* fala-se, de forma sintetizada, sobre a não publicação do relatório e sobre as tentativas de publicação do mesmo, até a realização do feito em 1980. Comenta-se também sobre a estética do mesmo, além de agradecer e enaltecer tanto os responsáveis pela realização do estudo na década de 1950 quanto os responsáveis pela publicação do mesmo (ABEn, 1980, p. 01).

No *Prefácio* são trazidos aspectos da enfermagem enquanto profissão e

suas necessidades no que se refere aos dados existentes sobre si mesma, dados esses necessários para uma auto-avaliação, principalmente por estar a enfermagem num movimento crescente e de expansão. Aborda-se também a iniciativa da ABEn por realizar o estudo, e são descritas ainda as principais entidades colaboradoras com a associação para que o estudo acontecesse (ABEn, 1980, p. 02 – 04).

A *Apresentação* descreve a origem do Levantamento e as ações preliminares referentes ao estudo. Ali estão descritas também a forma de organização dos trabalhos e, de forma resumida, os objetivos, métodos e técnicas utilizados no estudo (ABEn, 1980, p. 05 – 09).

Em seguida, caracterizando o *Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem*, são relacionados nominalmente e a que instituição representam, um a um, os Membros da Diretoria; Membros da Seção Técnica; Membros do Conselho Diretor; Membros do Conselho de Colaboradores; e os Principais Membros da Assessoria Técnica (ABEn, 1980, p. 10 – 23).

No *Glossário* são trazidas as descrições dos termos adotados pelo Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem (ABEn, 1980, p. 24 – 28).

No item *Sumários e Recomendações* são descritos, de forma resumida, os achados referentes às cinco partes do estudo, descritas na tabela anterior. São trazidas também as recomendações que surgiram após a análise dos achados do estudo (ABEn, 1980, p. 29 – 50).

Tendo em vista os dados colhidos pelo estudo dos órgãos oficiais de saúde pública, hospitais, escolas de enfermagem, escolas e cursos de auxiliar de enfermagem, enfermeiros em atividades e enfermeiros inativos, e de acordo com as recomendações dos grupos de peritos consultados, o Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem fez 46 recomendações, que seguem descritas abaixo (ABEn, 1980, p. 44 – 45).

Quadro nº. 2 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem ao Ministério da Educação e Cultura.

Recomendações

- *Promover uma campanha nacional de ensino de enfermagem;*
- *Dar diretrizes para o ensino de enfermagem em três níveis, superior, médio e auxiliar, visando o preparo de pessoal de enfermagem para funções que se distribuem em escala decrescente de complexidade;*
- *Criar um órgão orientador e fiscalizador das escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem;*
- *Considerar o plano de instalação de cursos, recomendado pela ABEn;*
- *Estabelecer, o mais cedo possível, a revalidação de diploma de enfermeiros formados no estrangeiro.*

Fonte: ABEn, 1980, p. 45.

Tais recomendações basearam-se em alguns achados de relevância, no que se refere aos aspectos educacionais de enfermagem. Entre eles estão a reduzida divulgação sobre os cursos de enfermagem e a importância destes para a área da saúde; a indefinição de um currículo e tipo de formação para os auxiliares de enfermagem, que, em processo de crescimento à época, apresentava uma pluralidade de cursos que davam origem a uma grande variedade de títulos / tipo de formação; e, no que se refere às escolas de enfermagem, a baixa qualidade nas estruturas físicas das escolas, por vezes bastante precárias, que dificultavam o preenchimento dos requisitos considerados indispensáveis ao desenvolvimento satisfatório das atividades curriculares. As escolas de enfermagem que não haviam definido ainda claramente a sua posição dentro do sistema de ensino no país, ficavam expostas a injunções diversas na seleção de seus dirigentes; dentre outros (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

Quadro nº. 3 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem ao Ministério da Saúde, departamentos estaduais e municipais, e órgãos previdenciários de saúde e/ou hospitais.

Recomendações

1. *Instituir regimentalmente, **órgão coordenador** a ser chefiado por enfermeiro, serviço ou seção de enfermagem;*
2. *Instituir nas unidades sanitárias, uma **seção de enfermagem**, chefiada por enfermeiro, para **educação** do pessoal e **administração** e **supervisão** das atividades de enfermagem na unidade, em domicílios e com grupos da comunidade;*
3. *Ligar **técnica** e **normativamente** a seção de enfermagem dos centros de saúde ao órgão coordenador e que essa ligação seja feita através da direção administrativa do centro de saúde;*
4. *Executar **planos de ação** elaborados pelo Serviço ou Seção de Enfermagem;*
5. *Utilizar enfermeiros na **supervisão** das unidades sanitárias ou centros de saúde do interior para efeito de **educação do pessoal auxiliar**;*
6. *Atribuir a enfermeiros a **administração** dos serviços de enfermagem, **supervisão** e **educação** do seu pessoal auxiliar;*
7. *Manter **enfermeiro chefe** em todos os serviços clínicos, inclusive de pediatria e psiquiatria;*
8. *Facultar aos enfermeiros possibilidade de **freqüentar curso de pós-graduação**, concedendo-lhes afastamento com vencimentos totais ou parciais ou horários especiais;*
9. *Preencher as **vagas existentes** de pessoal de enfermagem;*
10. ***Reconduzir** para a enfermagem pessoas com habilitação profissional de enfermagem que trabalhem em outros setores;*
11. *Empregar enfermeiros em **regime de tempo parcial** a fim de possibilitar o aproveitamento dos que não poderiam cumprir horário de dedicação exclusiva;*
12. *Substituir gradualmente os **elementos auxiliares de denominação e preparo múltiplos** por auxiliar de enfermagem;*
13. *Integrar os enfermeiros existentes nas **equipes de enfermagem** em que o pessoal auxiliar execute as funções menos complexas e de menor responsabilidade;*
14. *Instituir **horário de trabalho** para pessoal de enfermagem, de molde a atender a bom padrão de **cuidados** dos pacientes, levando em consideração a continuidade dos cuidados e obediência a horários regimentais.*

Fonte: ABEn, 1980, p. 45 - 47.

As recomendações levavam em conta uma série de incorreções existentes no exercício da profissão e sua inserção no sistema de saúde. Uma delas era a inexistência de um órgão coordenador das atividades de enfermagem em 37,5% dos hospitais. Dos que possuíam o serviço de enfermagem, em 61,6% a atividade existia de forma precária e a responsabilidade de chefia não era entregue ao enfermeiro. Além disso, era grande a escassez de pessoal de enfermagem de saúde pública, tanto de

enfermeiros, principalmente estes, como de elementos auxiliares. Outro aspecto a destacar era o grande número de vagas disponíveis nos hospitais em sua maioria para pessoal auxiliar. Entre outras carências, as aqui citadas serviram de base para as recomendações descritas na tabela anterior (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

Quadro nº. 4 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem ao Conselho Nacional de Educação.

Recomendações
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Exigir para reconhecimento indispensável para organização e funcionamento dos cursos de enfermagem e auxiliar de enfermagem, que a entidade mantenedora tenha objetivo educacional;</i> 2. <i>Para reconhecimento dos cursos de enfermagem seja exigido, de todas as professoras enfermeiras, certificados de curso secundário completo ou equivalente e que, a partir de interstício a ser fixado em lei, passe a ser exigido também diploma de curso superior de enfermagem;</i>

Fonte: ABEn, 1980, p. 47.

Na tentativa de se ter uma melhor organização e uma melhor estrutura de ensino para enfermeiros e auxiliares de enfermagem, foram feitas as recomendações acima descritas ao Conselho Nacional de Educação. Considerou-se a falta de uniformidade dos cursos de auxiliares de enfermagem à época e a seleção de professores para as escolas de enfermagem, que, em geral, eram indicados pela diretora da escola, com ou sem a cooperação do corpo docente já existente no processo de aceitação do candidato. Além disso, das 379 professoras-enfermeiras, 241 (63,6%) possuíam somente certificado de curso ginásial ou equivalente; 119 (31,4%) certificado do 2º ciclo de ensino médio e 20 (5,3%) diploma de curso superior, além do de enfermagem; 21,9% delas tinham feito curso ou cursos de pós-graduação em enfermagem (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

Esse quadro retratou uma situação muito séria no ensino de enfermagem. Enquanto para lecionar em ginásio, cujos alunos vinham de escola primária, estava sendo exigido curso de Faculdade de Filosofia, isto é, 16 anos de escolaridade, as escolas de enfermagem, cujo corpo discente

incluía estudantes com certificados de 1º e 2º ciclo, estavam com a maioria das professoras enfermeiras (63,6%) com apenas o 1º ciclo e curso de enfermagem, ou seja, 12 anos de escolaridade no total (ABEn, 1980, p. 43).

Quadro nº. 5 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem às Universidades e aos Legisladores.

Recomendações às escolas de enfermagem já existentes e às que vierem a ser criadas:

- 1. Condições para que adquiram “**status**” de estabelecimento de ensino superior;*
- 2. Apoio financeiro em **equidade** com as demais faculdades.*

Fonte: ABEn, 1980, p. 47.

Diversas evidências identificadas durante o levantamento sinalizaram a necessidade de que melhorias deviam ser implementadas para melhorar a projeção da enfermagem em nível nacional e sua inserção nas universidades. Destacou-se, entre elas, a sobrecarga imposta às diretoras e professoras de escolas, que tinham responsabilidades tanto no processo educacional quanto na prestação de assistência, já que supriam integralmente o serviço de enfermagem nos hospitais de estágio. Esse acúmulo de funções foi considerado desastroso para a qualidade do ensino prestado e trouxe à tona a carência de professoras enfermeiras. Outros aspectos negativos também foram levantados: 24,2% das escolas não tinham orçamento próprio e a estruturação dos currículos continha falhas graves. Aliado a esses e outros fatores, o estudo abordava ainda a discussão que se iniciou com o Projeto de Lei nº. 2.991, apresentado na Câmara Federal, em 1953, que estendia por mais sete anos, a partir de 1957, o prazo de exigência de secundário completo para admissão às escolas de Enfermagem. Este último tópico foi discutido no capítulo I (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

Quadro nº. 6 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem aos Serviços de Enfermagem de Saúde Pública e/ou Hospitalares.

Recomendações

1. *Elaborar **plano de ação** com a participação da autoridade a que se subordinam, considerando os **problemas de saúde da área**, previamente identificados, as condições culturais que os afetam e os **recursos materiais e humanos** disponíveis ou em potencial;*
2. *Em cooperação com a autoridade administrativa, promover estudo baseado nas necessidades reais para **determinar o número de cargos a serem criados**, reclassificar os existentes e **delimitar as funções** das diferentes categorias de pessoal obedecendo ao critério de preparo profissional;*
3. *Elaborar um plano de ação, de execução gradativa, que atinja as **áreas deficientemente providas de pessoal**;*
4. *Organizar programas educacionais, incluindo treinamentos de atendentes, orientação inicial dos servidores admitidos e programa contínuo de **educação em serviço** de todo o pessoal de enfermagem;*
5. *Estimular a **transformação gradual dos elementos auxiliares** atuais em auxiliares de enfermagem, sugerindo à administração medidas tais como, pagamento total ou parcial de salário durante o curso ou horários especiais;*

Fonte: ABEn, 1980, p. 47 - 48.

Tais recomendações tiveram como base, entre outros achados, a carência de pessoal de enfermagem. Destacou-se que as funções de auxiliares de enfermagem vinham sendo confundidas com aquelas que deviam ser da competência apenas do enfermeiro. Essa distorção foi comprovada no estudo a partir da constatação de que, no currículo de certas escolas, estava incluído o tópico “supervisão”, atividade que dificilmente poderia ser delegada a pessoal de nível educacional elementar. Outro dado levado em conta foi a constatação de que a educação em serviço e cursos de treinamento de atendentes, já reconhecidos como indispensáveis, foram encontrados em apenas 10% e 7%, respectivamente, dos 1390 estabelecimentos hospitalares (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

Quadro nº. 7 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem à Conferência dos Religiosos do Brasil.

Recomendação

1. *Examinar junto às Congregações Religiosas, a conveniência e possibilidade de reverem seus contratos com instituições hospitalares, visando à **equiparação do pagamento pelo trabalho das Religiosas ao do pessoal leigo.***

Fonte: ABEn, 1980, p. 48.

Constatou-se durante a execução do estudo que os níveis salariais dos enfermeiros eram baixos e, além disso, apresentavam grande disparidade de pagamento, variando de um mínimo de Cr\$ 100,00 (enfermeiras religiosas) e de Cr\$ 4.000,00 (enfermeiras leigas) para um máximo de Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 22.000,00 respectivamente, dentro de uma mesma categoria. O baixo nível salarial foi o motivo de afastamento mais freqüentemente verificado entre o pessoal de enfermagem. Ficou claramente demonstrado pelo LRNEB a frisante diferença entre a remuneração recebida pelo pessoal de enfermagem leigo e pelas religiosas (ABEn, 1980, p. 32).

Quadro nº. 8 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem às Instituições Mantenedoras de Escolas de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem.

Recomendações

2. *Tomar a si a responsabilidade de suprir os recursos necessários para a manutenção do ensino de enfermagem, **no padrão recomendado pela ABEn, inclusive que remunerem as professoras enfermeiras convenientemente, a fim de favorecer a sua permanência na escola em regime de **dedicação exclusiva;*****
3. *Instituir para as escolas **orçamento próprio**, distinto do orçamento de outras obras pelas quais são responsáveis;*
4. ***libertar as escolas da responsabilidade integral de suprir serviço de enfermagem aos hospitais de estágio.***

Fonte: ABEn, 1980, p. 48.

Conforme abordamos anteriormente, então, as distorções que serviram de base para as recomendações feitas às Instituições Mantenedoras de

Escolas de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem, descritas na tabela anterior (ABEn, 1980, p. 29 – 44), foram as seguintes: o fato de algumas escolas ainda não possuírem orçamento próprio; a remuneração inadequada das enfermeiras em alguns estabelecimentos; e a sobrecarga de trabalho imposta pela associação da educação e do serviço, este comumente caracterizado pela responsabilidade do suprimento integral do serviço de enfermagem dos hospitais de estágio.

Quadro nº. 9 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem às Escolas de Enfermagem e/ou de Auxiliar de Enfermagem.

Recomendações para o currículo na formação de enfermeiros

1. *Teoria e prática em **administração de enfermagem**, inclusive em pequenos hospitais particulares;*
2. *Teoria e prática em organização e **administração de centro cirúrgico**;*
3. *Estágio nas cinco **áreas básicas da enfermagem**: médico-cirúrgica, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica e de saúde pública;*
4. *Procurar suprir as insuficiências de seu **campo de estágio** por meio de filiação a outras escolas ou convênio com instituições de saúde;*
5. *Conter no seu corpo docente pelo menos cinco **professoras enfermeiras de dedicação exclusiva** (mínimo de 33 horas semanais) para o **ensino teórico-prático nas cinco áreas básicas da enfermagem**;*
6. *Organizar **cursos de pós-graduação em pedagogia e administração**, visando o preparo de diretores e professores de cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem e de chefe de serviço, desde que contem com os recursos docentes e financeiros necessários;*
7. *Proporcionar às professoras enfermeiras oportunidade de freqüentarem curso de **pós-graduação na especialidade que lecionam**;*
8. *Procurar fazer o **seguimento de seus ex-alunos** a fim de se inteirarem das dificuldades que estes encontram na vida profissional, e que utilizem os dados obtidos nas **revisões periódicas do currículo**;*
9. *Procurar despertar o **interesse dos alunos pelo trabalho de saúde pública** como atividade de grande significação social;*
10. *Organizar um **programa intensivo de recrutamento** para atrair maior número de candidatos aos cursos;*
11. *Estudar a conveniência de estabelecer taxa de **residência para os estudantes**, equivalente à de outras escolas de igual nível que adotam o mesmo regime;*

Fonte: ABEn, 1980, p. 48 - 49.

No que se refere ao estágio nas áreas básicas da enfermagem, destacou-se como achado o fato de que 12,1% das escolas de enfermagem não davam experiência de enfermagem de saúde pública, informando ainda que uma dessas escolas, devido às deficiências do campo de prática, dava o

estágio em sala de aula, através de dramatização. Esta prática ia de encontro à realidade das questões de saúde pública, que sofria com a carência de pessoal de enfermagem, principalmente de enfermeiros. Outro fato que contribuiu para o surgimento das recomendações descritas na tabela anterior foi o regime de gratuidade que era adotado pela maioria das escolas de enfermagem, “apesar do estudante receber ensino, residência, alimentação, etc.”. Isso fez com que os profissionais envolvidos no LRNEB à época se questionassem se a adoção dessa medida não estaria contribuindo para a desvalorização do ensino de enfermagem, “principalmente por parte dos próprios alunos e professores”. Destacou-se contudo, na ocasião, que esse sistema era o que vigorava nas escolas oficiais de nível superior, salvo quanto à residência, que era oferecida em raríssimas escolas. Nestes casos, a moradia também é gratuita ou é exigido pelo benefício apenas uma pequena taxa (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

Quadro nº. 10 – Recomendações feitas pelo Centro de Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem à Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn .

Recomendações
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Providências para que sejam realizados estudos de enfermagem: de utilização de peçoal; de experimentação de currículo; de causa de insatisfação e desajustamentos no Serviço;</i> 2. <i>Considerar a escala decrescente de responsabilidade do pessoal de enfermagem, fazer um estudo sobre o currículo dos três níveis de curso, superior, médio e auxiliar, no qual sejam incluídos: cadeiras e disciplinas de cultura geral e profissional, com especial atenção às ciências sociais, sua correlação e seriação, a inclusão dos aspectos sanitários e sociais nas disciplinas, os estágios necessários para efeito de reconhecimento da escola e a sua duração aproximada, e os requisitos mínimos dos campos de estágio;</i> 3. <i>Promover um estudo sobre as áreas que necessitam e comportam curso médio de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem e elaborar plano de execução gradativa para a instalação desses cursos;</i> 4. <i>Promover, através de suas Seções, junção de forças com Associações de hospitais, legisladores e sindicatos de enfermeiros a fim de melhorar os níveis de salário do pessoal de enfermagem;</i> 5. <i>Procurar a colaboração de Associações Médicas, de Hospitais e de órgãos governamentais especializados para promover uma campanha de recrutamento de candidatos para escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem;</i> 6. <i>Solicitar aos órgãos competentes bolsas de estudo para cursos de pós-graduação para enfermeiros;</i> 7. <i>Sistematizar a divulgação das oportunidades de trabalho do pessoal de enfermagem;</i> 8. <i>Promover a reestruturação do currículo de auxiliares de enfermagem de molde a prepará-los para exercerem atividades no setor de saúde pública tanto quanto no hospitalar;</i> 9. <i>Tomar providências para que sejam instituídas áreas experimentais onde se ensaie a aplicação das recomendações deste Levantamento.</i>

Fonte: ABEn, 1980, p. 49 - 50.

A falta de estruturação dos currículos existentes nas escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem; os baixos salários e as diferenças salariais existentes no campo da enfermagem; a baixa procura de candidatos aos cursos de enfermagem à época, considerada mínima à população feminina que terminava quaisquer dos cursos de nível médio. Estas eram, entre outras, as constatações que levaram às recomendações destinadas à ABEn. No que se refere a pouca procura pelos cursos, no ano de 1955, o número de pessoas do sexo feminino que concluíram os cursos em questão foi de 64.238, ao passo que o número das que procuraram a enfermagem, em 1956, foi apenas de 608,

ou seja, 0,9% (ABEn, 1980, p. 29 – 44).

A publicação da Associação Brasileira de Enfermagem referiu-se da seguinte maneira sobre a importância do levantamento à época de sua publicação. “A necessidade da continuidade de estudos como o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB), e/ou a contínua atualização dos dados trazidos nesse, mostrou-se de grande importância para a enfermagem, sendo uma das principais recomendações trazidas no referido estudo e consideradas pela ABEn”. Tal recomendação resultou na Comissão de Seguimento do Levantamento, como descrito no capítulo II (ABEn, 1980, p. 29 – 286).

A análise do trabalho descreve que a publicação, após trazer os resultados de forma resumida e as recomendações propostas, disponibiliza as cinco partes em que foram divididos os trabalhos, e, conseqüentemente, as análises do mesmo. Na *Primeira Parte – Enfermeiros em Atividade e Inativos* – apresentou-se o quantitativo de profissionais, sua distribuição nos postos de trabalho no campo hospitalar, de saúde pública e de ensino, e as causas de satisfação e insatisfação com as condições de trabalho. O texto aponta o interesse dos afastados em voltar a trabalhar em tempo parcial e traz, ao final, as recomendações referentes a esse assunto (ABEn, 1980, p. 51 – 66; SECAF & SANNA, 2003, p. 316).

A *Segunda Parte – Enfermagem Hospitalar* – contém informações sobre os estabelecimentos hospitalares, a organização do Serviço de Enfermagem nessas instituições, a implementação de Educação em Serviço e o Treinamento de Atendentes de Enfermagem. Ainda naquele tempo, década de 1950, pelo quantitativo de profissionais de enfermagem ser limitado, era comum utilizar a prática de treinar leigos, em serviço, nos próprios hospitais, para a execução de tarefas elementares. Chamou a atenção ainda, a existência, na época, da diminuta relação de pessoal de enfermagem / leito, apontada pelas relatoras do estudo como conseqüência do desconhecimento pela população, dos direitos à assistência de enfermagem de qualidade, conceito até hoje valorizado (ABEn, 1980, p. 67 – 128; SECAF & SANNA, 2003, p. 316).

Na *Terceira Parte – Enfermagem de Saúde Pública* – foi abordada a distribuição de serviços e profissionais nos serviços federais, estaduais e nos

chamados centros de saúde, discutindo-se, a partir desses dados, os problemas existentes e a carência de profissionais na área (ABEn, 1980, p. 129 – 197; SECAF & SANNA, 2003, p. 316).

A *Quarta Parte – Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem* – apontou a distribuição geográfica das instituições de ensino e a composição dos corpos docente e discente. Os reparos a serem feitos no currículo de formação do auxiliar de enfermagem são indicados pelas autoras, além de ter sido feita uma crítica à ausência de interesse do Ministério da Educação e Cultura nesse tipo de ensino (ABEn, 1980, p. 198 – 215). Não houve comentários sobre o técnico de enfermagem, uma vez que, segundo Secaf & Sanna (2003, p. 316), a questão só passou a freqüentar as discussões da classe nos anos 1960, tendo em vista a criação do curso para técnico de enfermagem apenas no ano de 1966.

E, finalmente, a *Quinta Parte – Escolas de Enfermagem* – caracterizou os estabelecimentos, suas instalações, os corpos discente e docente, o currículo e os aspectos financeiros. Havia 33 escolas de formação de enfermeiros, representando a totalidade das escolas em funcionamento no país, em 1956, com a maioria localizada na região sudeste (ABEn, 1980, p. 216 – 286; SECAF & SANNA, 2003, p. 316). Há nessa parte também um interessante comentário nas Considerações Gerais, sobre a prevalência do sexo feminino na profissão:

A enfermagem é, também, profissão essencialmente feminina, exercendo-se em uma sociedade onde ainda predomina o conceito da competência masculina para determinados ramos de atividades técnico-científicas (ABEn, 1980, p. 221).

Finalizando a obra, encontram-se os 19 *Anexos*. Eles trazem as Resoluções do VII Congresso Nacional de Enfermagem (realizado em São Paulo, em agosto de 1954); os órgãos que compuseram o Estudo e suas Linhas de Dependência e suas Funções; um Esquema do Levantamento com seus propósitos, dados necessários e meios para obtenção desses dados; as Propostas para o Levantamento dos Dados Necessários ao Estudo; um Impresso Utilizado para Divulgação do LRNEB, no início dos trabalhos; os

Questionários e Fichas de Caracterização das Unidades, Escolas e Cursos utilizados; e os Processos utilizados para a obtenção de dados sobre serviços de enfermagem em hospitais e Centros de Saúde brasileiros e para a estimativa numérica do pessoal de enfermagem necessário para os 1.390 hospitais (ABEn, 1980, p. 287 – 391).

Na *Bibliografia*, encontram-se referências sobre Levantamentos de Enfermagem, Estudos já realizados e Revistas consultadas. As referências utilizadas, na sua grande maioria, foram referências internacionais, destacando-se apenas 25 referências brasileiras, num total de 105, sendo 01 definida como tradução. Dentro desse total de 25 referências encontram-se 07 revistas brasileiras, num total de 12 revistas consultadas, não constando nenhuma revista específica de enfermagem brasileira e apenas 02 revistas brasileiras voltadas para a área da saúde (ABEn, 1980, p. 392 – 401).

Na apreciação do estudo pode-se observar que o trabalho não se restringiu à descrição da realidade observada. O texto, na verdade, se estendeu para a proposição das etapas da investigação, detalhadas no próprio documento, além das recomendações deixadas para a enfermagem em todas as suas categorias e divisões. A ampliação de seu alcance para o nível nacional foi uma demonstração do pioneirismo e rigor adotados no seu planejamento e realização. O estudo foi elaborado de forma que o leitor pudesse entender todas as suas etapas, achados, conclusões e recomendações, trazendo diversos dados em forma de tabelas e gráficos, além de uma linguagem simples e clara. Assim, pode-se tomar o documento em pauta, em comum acordo com diversos autores que já escreveram sobre ou citaram-no em seus estudos, como um marco da pesquisa em enfermagem no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) teve em sua história diversas solicitações, de caráter nacional e internacional, acerca da situação numérica e qualitativa do pessoal e dos serviços de enfermagem no país. As demandas foram as mais diversas até que a Associação pudesse ter condições de se organizar e colocar em prática um estudo nesse sentido.

Algumas tentativas foram feitas, como o estudo denominado “Levantamento Censitário”, dirigido por Izaura Barbosa Lima, em 1950. Uma outra iniciativa foi levantamento com uma estimativa das necessidades numéricas de pessoal de enfermagem, realizado por Haydée G. Dourado, em 1952. Ambos, porém, enfrentaram dificuldades para sua execução devido às limitações que restringiam as atividades da Associação. Por isso, apresentaram fragilidades em seus resultados, não conseguindo obter resultados fidedignos da enfermagem à época.

Assim foi que a Associação sempre foi cobrada por essas informações, mas, até então, ainda não havia conseguido realizar um estudo completo, sem falhas, que pudesse atender às necessidades da profissão e dos órgãos de interesse nos dados. A razão era bem conhecida: a falta de recursos e estrutura adequada para promover um trabalho daquela envergadura.

As demandas, assim, também eram bem conhecidas. Havia uma necessidade latente de se conhecer a real situação da enfermagem por meio de um estudo completo que esmiuçasse a realidade do setor. Só assim seria possível planejar de maneira adequada o futuro da enfermagem brasileira. Foi nesse momento que teve início uma incessante luta pela procura de recursos, a construção de redes com diversos órgãos, setores, agentes e campos sociais. A finalidade dessa mobilização era colocar em prática uma pesquisa que pudesse obter o retrato fiel da enfermagem praticada no País.

E o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB) foi a pesquisa que atendeu a essas necessidades e demandas. Desenvolvido no período de 1956 a 1958, o LRNEB foi realizado sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), com assessoria técnica, principalmente da OMS (Repartição Sanitária Pan-Americana), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Saúde, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O trabalho foi financiado pela Fundação Rockefeller e contou com a colaboração de um grande número de outras instituições públicas e particulares, civis e religiosas.

Considerada a primeira pesquisa de enfermagem em nível nacional, o LRNEB retratou a enfermagem brasileira até o ano em curso de 1956, e alinhavou, em seu relatório, 46 recomendações, destinadas às seguintes instituições: Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde, universidades e legisladores, Serviços de Enfermagem em unidades sanitárias e hospitalares, Conferência dos Religiosos do Brasil, instituições que mantinham escolas de Enfermagem, e as próprias escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e ABEn.

Apesar da grandeza, importância e pioneirismo, a pesquisa intitulada Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB), o Relatório Final da pesquisa, no entanto, só viria a ser publicado no ano de 1980. Decorreram 22 anos até que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) conseguisse trazer a público todos os discursos e conhecimentos produzidos pela pesquisa na década de 1950, no formato livro, em suporte papel.

Tomar a obra LRNEB como objeto de estudo, portanto, teve uma motivação especial. Apesar de ser considerada um marco na história da enfermagem brasileira, esta pesquisa, ainda hoje citada no discurso de diversos pesquisadores, é praticamente desconhecida pela maioria dos profissionais e tampouco recebeu o reconhecimento daqueles que atuam no setor.

Foi a partir da inquietação vivenciada após tomar conhecimento do livro e dos aspectos que o envolvem, que floresceu a necessidade de estudá-lo,

através de um novo “olhar” e sob um novo foco. Definimos por meta, assim, discutir e analisar os fatos da história da enfermagem sob a perspectiva da História do Livro no intuito de elucidar questões e vencer os silêncios e as lacunas existentes. Entendemos ser esta uma forma de contribuir para a historiografia da Enfermagem.

Depositário de inesgotável riqueza, o livro exerce há muito uma irresistível fascinação e vem a ser uma das fontes mais ricas para aqueles que se debruçam sobre a história da enfermagem no Brasil. É possível encontrar no texto as marcas e indícios do espaço social onde ele foi escrito, as idéias do seu autor, os vestígios intelectuais do trabalho. Durante sua leitura identificamos também os grupos sociais específicos a ele ligados. Tudo que está ali contido transcende suas páginas e nos remete à contextualização da atividade que abraçamos. Investigar o LRNEB, assim, significou muito mais do que o simples cumprimento de uma necessidade acadêmica.

Nessa perspectiva, o ato de dar visibilidade ao livro “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” nos permitiu explorar as memórias, os grupos sociais, os fatos e acontecimentos que estiveram ligados e/ou fizeram parte da construção dessa obra, fazendo dela um marco para a história da enfermagem.

Diversos fatos e discussões que ocorreram após a realização do estudo tiveram implicações na publicação tardia da obra, em 1980. O plano do Centro de Levantamento era elaborar o relatório final dos trabalhos em outubro de 1958, o que se deu com relação à coleta, tabulação, interpretação de dados e relatório provisório. Ao término desta tarefa, foi feita a reprodução do relatório em multilite, graças à cooperação do SESP.

A Associação incentivou, de 1959 a 1960, o cumprimento das recomendações deixadas pelo Relatório do LRNEB. A partir de fevereiro de 1961, a Associação continuou a incentivar, mas já por intermédio de uma comissão denominada de Seguimento do Levantamento. Essa comissão trabalhou diretamente com as instituições que deviam implementar as recomendações. Além dessa atividade, o grupo atualizava os dados obtidos no levantamento no que se referia à situação das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e ao número de profissionais lançados anualmente no mercado de trabalho.

Paralelamente, discutia-se a possibilidade de a Seção de Estudos e Organização da Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ampliar suas funções e admitir enfermeiras que se responsabilizassem pelas recomendações do relatório. As sugestões em questão diziam respeito à verificação para funcionamento e reconhecimento de cursos e orientação às escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem.

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), carente dos recursos financeiros necessários para manter a Comissão de Seguimento, dependeu, por alguns anos, das doações da Fundação Rockefeller. Esta última, porém, já havia deixado claro que o governo brasileiro, através de um dos seus órgãos, deveria assumir essa responsabilidade. Na expectativa de que o MEC assumisse esse papel após solicitação oficial feita pela ABEn, as doações da Fundação Rockefeller duraram até o ano de 1964, juntamente com doações feitas pela própria ABEn à Comissão.

Em 1963, a antiga Comissão de Seguimento do Levantamento passou a denominar-se Comissão de Documentação e Estudos que, posteriormente, foi incluída como nova comissão permanente da ABEn. Após dois anos de negociações, a ABEn ficou com a certeza de que somente poderia contar com seus próprios recursos e, portanto, deveria limitar os objetivos da Comissão de Seguimento a um levantamento anual do movimento estudantil das Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

A Comissão de Seguimento, posteriormente Comissão de Documentação e Estudos, foi desta forma, de sua criação até o início da década de 1970, a maior fonte de divulgação de dados sobre a enfermagem. Foi a produção e disseminação dessas informações que possibilitou as projeções e algum planejamento para o futuro das atividades do setor.

Logo após o levantamento ser concluído, em 1958, uma tradução do relatório do LRNEB, feita para o idioma inglês, foi editada e publicada pela Fundação Rockefeller. Cópias mimeografadas do Relatório também foram feitas e distribuídas para as líderes da enfermagem à época. Tal fato contribuiu para o conhecimento restrito sobre o estudo.

Por falta de recursos financeiros, decorrentes da falta de um planejamento orçamentário que incluísse os gastos de uma publicação em âmbito nacional, a ABEn não conseguiu editar e publicar o Relatório.

Em 1974, por sugestão de Glete de Alcântara, a Associação decidiu custear sua publicação. Criou-se, em 1975, para esse fim, uma Comissão Especial para revisar o documento, que teve previsão de publicação para o ano de 1976. Ainda com as dificuldades financeiras não superadas, o documento não foi publicado, como era esperado.

Somente em 1980, através do esforço da então diretoria da ABEn, o Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil foi publicado – muito embora a entidade ainda não tivesse superado os problemas financeiros há anos enfrentados. Para não protelar ainda mais a publicação, decidiu-se que o trabalho não só não sofreria nenhuma nova revisão, mas seria publicando na sua forma original, mesmo que num número limitado de cópias.

Vale destacar que, apesar de todos os desdobramentos e dificuldades enfrentadas, o resultado imediato desse estudo para a comunidade da enfermagem, à época, foi imediato: a Associação, reconhecida e prestigiada, passou a ser ouvida em questões de Enfermagem. Além disso, outros feitos também foram conquistados, tanto no campo da legislação quanto nos do ensino e da prática da enfermagem.

Ressaltamos aqui que a necessidade da mudança do olhar do pesquisador funcionou como ponto de partida para este estudo. Foi por esse prisma que modificamos também a escala de observação, acompanhando o percurso histórico da obra em análise, para que se pudesse, assim, atingir os objetivos delineados. Neste sentido, após discutirmos e analisarmos os aspectos referentes ao livro no que toca às lutas e esforços empreendidos pelos atores do setor de enfermagem, discutimos também a estética da obra, tendo em vista a possibilidade de encontrar ainda novas marcas e novos traços que pudessem contribuir para a história deste livro.

E foi o que aconteceu. Percebemos, por exemplo, uma titulação nova impressa na capa do livro: “Diretrizes para a Enfermagem no Brasil”. Esse dado nos trouxe dúvidas acerca do verdadeiro título da obra. Coube à prof^a Dr^a Taka Oguisso dirimi-las. Soubemos, por seu intermédio, que a frase impressa

denominava uma série que se pretendia publicar, mas que não se concretizou posteriormente. O título do livro é, de fato, o da pesquisa: “Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956 / 1958”, que conhecemos apenas como LRNEB, o nome da pesquisa em si, o que a deixa em maior destaque.

Destacamos a participação na banca, da prof^a Dr^a Maria da Luz Barbosa Gomes, pesquisadora do Nuphebras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista na história das entidades de classes da enfermagem, e, em especial da prof^a Dr^a Taka Oguisso, pesquisadora em História da Enfermagem, professora da Universidade de São Paulo – USP. Esta última é, inclusive, figura presente na história do livro em questão. As duas foram responsáveis por boa parte da fundamentação desta dissertação com depoimentos que validaram a história aqui contada. Mais do que validar as informações através de conversas e depoimento oral durante a banca de qualificação, foi a Dr^a Taka Oguisso que nos permitiu ter em mãos o livro publicado em 1980.

Outro fato a destacar, decorrente da avaliação da estética do livro, foi a constatação do que já havíamos encontrado nos documentos. O livro apresenta cor apenas na capa (azul clara), e não tem nenhuma folha em branco, ou em forma de contra capa ou folha de rosto, confirmando, assim, as dificuldades financeiras enfrentadas pela ABEn. Além de uma tiragem limitada para publicação, esses recursos também foram utilizados como forma de limitar os gastos.

A publicação do relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, em 1980, foi considerada uma homenagem ao esforço e pioneirismo dos profissionais, principalmente das enfermeiras, que participaram dessa pesquisa. Tal estudo é considerado, ainda nos dias atuais, por diversos autores, um marco da pesquisa em Enfermagem. Trata-se de um estudo que merece ser conhecido e explorado com vista não apenas ao enriquecimento e contribuição para os estudos sobre a História da Enfermagem Brasileira, mas também como forma de construção de uma identidade profissional, tão pouco explorada nos dias atuais.

Este estudo, porém, sinaliza que é necessário promover outras investigações nos moldes das publicações que retrataram diagnósticos da

enfermagem brasileira. Destaque-se que, dando continuidade ao LRNEB, produziu-se, na década de 1980, uma pesquisa de grande abrangência sobre os aspectos da enfermagem. Realizada e publicada de forma conjunta pela ABEn e pelo COFEN, a investigação, intitulada “O Exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde no Brasil - 1982/1983”, pode servir como fonte para novas discussões e análises. Assim como o LRNEB, essa pesquisa é um novelo. Basta apenas que um outro pesquisador puxe seu fio e desvende uma outra história.

Referências

ALVES-MASSAOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método em ciências sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo (SP): Pioneira; 1998, p. 169.

ALVIM, E.F. Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**; Ano XVIII; Rio de Janeiro: outubro de 1965, nº. 4, p. 301-304.

AMORIM, W.M.; BARREIRA, I.A. A Missão de Maria de Castro Pamphiro na Primeira Escola de Enfermagem Brasileira (1937-1949). In: PORTO, F.; AMORIM, W.M, organizadores. **História da Enfermagem Brasileira: Lutas, Ritos e Emblemas**. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007, p. 190-368.

ARAÚJO, E. A Construção do Livro. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital; São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 2ª ed. revisada e atualizada, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano XI, março 1958, nº. 1, p. 63 – 75.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Levantamento de recursos e necessidades em enfermagem no Brasil, 1956–1958**. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem; 1980.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4ª ed. Editora: Edições 70, 2008, p. 47-199.

BELO, A. **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 1ª edição, 1ª reimp.

BRANDÃO, E.M. **A Formação do Campo Científico de Enfermagem no Brasil: Sociologia da Geração de pesquisadoras Pioneiras – 1935-1958**. Tese

de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E.E. Anna Nery, 1999, 238p.

BUENO, S.M.V. Glete de Alcântara: Vida Intelectual e Profissional da Primeira Diretora da EERP-USP. Comissão de Cultura e Extensão Universitária da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, organizadores. **Anais da V Semana Professora Glete de Alcântara e II Mostra Científica de História da Enfermagem**, Ribeirão Preto, 4-8 agosto 2008. Universidade de São Paulo. Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Ribeirão Preto (SP): EERP/USP, 2008. ISSN: 1982-8144. Disponível em: <http://www.eerp.usp.br/cemeerp/VI SemanaGlete/arquivos/anaisV.pdf>, acessado em 06/12/2010.

CAMPOS, A. L. V. de. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2006.

CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Campus; 1997, p. 377.

CARVALHO, A.C. **Associação Brasileira de Enfermagem (1926 – 1976): Documentário**. Brasília (DF): ABEn; 1976.

CHARTIER, R.; ROCHE, D. O livro: uma mudança de perspectiva. In: **História: novos objetos**. LE GOFF, J.; NORA, P. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 99-115.

CHARTIER, R. (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 4ª ed., 2009.

CUNHA, I.C.K.O. Um tributo à Haydée Guanais Dourado. **Rev Bras Enferm** 2005 mar - abr; 58 (2): 139-41. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n2/a01.pdf>, acessado em 12/04/2011.

DUARTE, G.G.; ANGERAMI, E.L.S.; GOMES, D.L.S.; MENDES, I.J.M. Vida média de labor dos enfermeiros egressos da escola de enfermagem de Ribeirão Preto, USP – Brasil. **Rev. latino-am. enfermagem** - Ribeirão Preto - v. 8 - n. 6 - p. 91-95 - dezembro 2000.

FÁVERO, M.L.A. O pesquisador e o desafio das fontes. In: **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. MENDONÇA, A.W.C.P.; ALVES, C.; GONDRA, J.G.; XAVIER, L.N.; BONATO, N.M.C. (orgs.). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 111-123.

FONSECA, C.M.O. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2): 393-411, 2000.

FREIRE, M.A.M.; AMORIM, W.M. A Enfermagem de Saúde Pública no Distrito Federal: A Influência do Relatório Goldmark (1923-1927). **Esc Anna Nery Rev Enferm**, 2008 mar; 12 (1): 115-24.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GREENSPAN, E.; ROSE, J. An introduction to Book History. In: **Book History**. Vol. 1, 1998. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/bh/toc/bh1.1.html> (acessado em 02/11/2010).

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

LIMA, I.B. **Aspectos da Situação da Enfermagem no Brasil**. Divisão de Organização Sanitária. Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1950. Folheto.

LIMA, I.B. **Relatório da Comissão Especial de Levantamento Estatístico**. Rio de Janeiro: maio de 1954. Arquivos da ABEn.

MANCIA, J.R.; PADILHA, M.I.C.S. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. **Rev Bras Enferm** 2006; 59(esp): 432-7.

MANCIA, J.R.; SALLES, E.B.; PADILHA, M.I.C.S. Olga Verderese – uma vida para a enfermagem. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2008 jan - fev; 61(1): 122-4.

MCKENZIE, D.F. **Bibliography and the Sociology of Texts**. The Panizzi Lectures 1985. Londres: The British Library, 1986.

MENDES, I.A.C.; LEITE, J.L.; LEITE, J.L.; TREVIZAN, M.A. A REBEEn no Contexto da História da Enfermagem Brasileira: a Importância da Memória de D^a Glete de Alcântara. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 55, n. 3, p. 270 – 274, maio/jun. 2002.

MIGUEL, M.G. **Tipografia para Iniciantes**. Texto disponível em: <http://3anopp.vilabol.uol.com.br/Tipografia.pdf>, acessado em 12/02/2011.

NUNES, B. M. V. T. *et al.* História da enfermagem brasileira: contribuições e perspectivas para o desenvolvimento da profissão. **Enfermagem Atual**, São Paulo (SP), v. 3, p. 07-13, 2003.

OGUISSO T., CAMPOS P.F.S., SANTIAGO E.S. Maria Rosa Sousa Pinheiro e a Reconfiguração da Enfermagem Brasileira. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2009; Out-Dez; 18(4): 643-51.

PINHEIRO, M.R.S. Relatório da presidente da Comissão de Seguimento (1962). Relatório da Comissão de Seguimento do Levantamento apresentado em julho de 1963. **Rev. Bras. de Enfermagem**, ago. 1963, p. 322.

RESENDE, M.A. **Ensino de Enfermagem**. Relatório do Departamento de Enfermagem Básica referente ao documento de Marina de Andrade Resende. Out. 1964. Centro de Memória da UFMG – Escola de Enfermagem.

SALLES E.B., BARREIRA I.A. Formação da comunidade científica de enfermagem no Brasil. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2010; Jan-Mar; 19(1): 137-46.

SALMON, P. **História e Crítica**. Coimbra: Editora Almedina, 1979, p. 60-180.

SANTOS, E.F.; SANTOS, E.B.; SANTANA, G.O.; ASSIS, M.F.; MENESES, R.O. **Legislação em Enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem**. São Paulo: Editora Atheneu, 1997.

SAMARA, E.M.; TUPY, I.S.S.T. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. Editora Autêntica. Coleção História & Reflexões. 2007.

SECAF, V. (org.). **Maria Rosa Sousa Pinheiro: Personalidade Marcante**. São Paulo: 1988. 2ª ed.

SECAF, V. SANNA, M.C. Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – um documento da década de 50 do século XX. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) 2003 maio/jun; 56(3): 315-317.

SILVA JUNIOR, O.C. Pesquisa Documental. In: OGUISSO, T.; CAMPOS, P.F.S.; FREITAS, G.F. (orgs.). **Pesquisa em História da Enfermagem**. 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2011 (Série Enfermagem e Saúde), p. 339 – 362.

Resumo Biográfico dos Atores Principais Relacionados à Pesquisa “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil”

Maria Rosa Sousa Pinheiro

Foi enfermeira, com atuação reconhecida na área de saúde pública, formada pela Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, no Canadá, em 1943. Mestrado em 1948 pela Teacher's College, da Universidade Columbia, em Nova York (EUA). Atuou na direção da Escola de Enfermagem da USP (como vice-diretora, de 1944 a 1951, e como diretora, de 1955 a 1978). Foi diretora da Divisão de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, 1951 – 1955. Foi presidente da ABEn no período de 1954 a 1958 e do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN no período de abril de 1975 a abril de 1977. Teve atuações também na Organização Mundial de Saúde, junto ao Ministério da Educação, junto ao Governo do Estado de São Paulo, dentre outros órgãos e/ou instituições. A história de vida de Maria Rosa S. Pinheiro permite considerá-la como uma mulher cosmopolita e extremamente interessada nos assuntos que envolviam a enfermagem, fato que a destaca e a traz como uma das maiores líderes da Enfermagem Brasileira, o que vem marcado pela sua história de vida e profissional e pelos títulos honorários e prêmios que recebeu, como o de “Enfermeira do Ano”, em 1969, dentre outros (OGUISSO, CAMPOS e SANTIAGO, 2009, p. 649; SECAF, 1988).

Amália Corrêa de Carvalho

Professora Doutora Amália Corrêa de Carvalho, docente aposentada do Departamento de Orientação Profissional [ENO] da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, viveu longa e profícua trajetória de contribuições no ensino de graduação e pós-graduação em enfermagem, na pesquisa científica e na organização de entidades nacionais de classe. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/eeusp/historico.asp>, acessado em 12/04/2011.

Hilda Anna Krish

Seu pai, João Krisch, nascido no Brasil, em 1891 casou-se com a imigrante alemã Marie Muller e teve três filhas, chamadas Ema, Else e Hilda Krisch. Hilda Krisch cresceu em um ambiente onde seu pai com seus

conhecimentos rudimentares de Medicina dava assistência em emergências na área rural, pois os médicos eram muito raros nestas terras. Seus primeiros estudos foram na antiga Escola Alemã, Deustsch Schule, e o seu Curso Complementar na Escola Conselheiro Mafra. Estagiando em um hospital em Blumenau, o Dr. Norberto Bachmann aconselhou Hilda a estudar Biologia em São Paulo. Ela foi e, observando as atitudes de enfermeiras em vários hospitais, decidiu-se a fazer parte do Curso de Enfermagem oferecido pelo Hospital Samaritano (1927-1930). Depois para aprofundar mais seus estudos quis se especializar e fez um exame de admissão na Escola Anna Nery no Rio de Janeiro e se destacou como a melhor aluna da turma. Foi oferecido a Hilda pela Fundação Rockefeller uma bolsa de estudos nos EUA, onde ela teve a oportunidade de se especializar na área da enfermagem. Quando Hilda voltou ao Brasil ela teve atuações de destaque na atual Escola de Enfermagem Anna Nery, além de ter ocupado a presidência da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (atual ABEn) de 1938 a 1941. Mais tarde, Hilda, após atuações de destaque na área de enfermagem, foi atuar na região sul do país, mais especificamente em Santa Catarina, onde teve também papel de destaque (AMORIM & BARREIRA, 2007, p. 233 – 278).

Emengarda de Faria Alvim

Emengarda de Faria Alvim participou do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil como membro da Assessoria Técnica. Consta no LRNEB como assessora representante do Serviço Especial de Saúde Pública, atuando no campo da Administração de Enfermagem de Saúde Pública. Publicou, em 1965, na Revista Brasileira de Enfermagem, artigo intitulado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem”, onde traz diversos aspectos, de forma resumida, referentes à organização, desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Na época de publicação do referido artigo, a mesma era Diretora de Enfermagem da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública. A mesma também teve participação na ABED, como 2ª Secretária, na gestão de 08/12/1950 a 26/07/1952, cuja presidente foi Waleska Paixão (ABEn, 1980; ALVIM, 1965).

Haydée Guanais Dourado

Dra. Haydée nasceu na Bahia, fez seus estudos de Enfermagem e Livre-Docência e Doutorado na Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro, onde também atuou como docente, dedicando-se ao ensino e à pesquisa na área de Ética, História e Legislação. Sócia efetiva da ABEn desde 1944, dela participou com destaque na organização dos congressos, na expansão das sessões, na luta por uma legislação para a categoria, na realização do estudo das necessidades de Enfermagem no país, entre inúmeras outras. Como enfermeira e posteriormente como jornalista, foi Diretora e Redatora-Chefe da REBEn por quase quatro décadas, tendo contribuído para o seu crescimento como órgão de divulgação da Enfermagem Brasileira. Por ocasião dos setenta anos da REBEn, foi publicado no volume 55 número 3, artigo de Ieda Alencar Barreira e Suely de Souza Baptista intitulado “Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal”, que traz a trajetória desta expoente enfermeira, que nos faz avivarmos na memória sua coragem e determinação em lutar pelo ideal em que acreditava (CUNHA, 2005, p. 139. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n2/a01.pdf>, acessado em 12/04/2011).

Olga Verderese

Olga Verderese nasceu em 19 de novembro de 1917, na cidade de Piracicaba, São Paulo, descendente de família importante, filha de Antônio Verderese e Anna Joaquina da Rocha Verderese, portanto, detentora de um capital cultural de impacto no meio social. Olga Verderese cursou Enfermagem no período de 1944 a 1947 como aluna da segunda turma da Escola de Enfermagem da USP. Recém formada, em 1947, sua primeira missão foi atuar na Bahia, junto com Haydée Guanais Dourado, na organização do primeiro curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, onde se destacou também como professora e ocupou o cargo de vice-diretora. Nessa ocasião, assumiu a direção de Enfermagem do Hospital das Clínicas, futuro campo de estágios para as alunas do novo curso. Com a visão de que era importante fortalecer a profissão de enfermagem por meio de uma Associação, organizou a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas - ABED, seção Bahia, oficializada em 12 de maio de 1948 e foi sua primeira presidente. A Escola de

Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é a pioneira da Região Sul do País. A iniciativa de sua criação partiu do Dr. Luiz Francisco Guerra Blessmann, diretor da Faculdade de Medicina, que recorreu ao Serviço Especial de Saúde Pública que, por sua vez, indicou as enfermeiras e professoras Maria de Lourdes Verderese e Olga Verderese para fundarem uma Escola de Enfermagem de Nível Superior no Rio Grande do Sul. Olga Verderese atuou como professora e diretora da escola, permanecendo no Rio Grande do Sul de 1950 até início de 1957. Em Porto Alegre também atuou na Santa Casa, reorganizando o serviço de enfermagem, local que seria o maior campo de estágios para a escola recém-criada. Com as demais professoras da escola fundou a ABED - seção Rio Grande do Sul, no ano de 1950, da qual foi presidente por dois mandatos. Foi presidente da Comissão Organizadora do IX Congresso Brasileiro de Enfermagem, primeiro evento da ABED realizado naquele Estado, em 1956. Ocasão em que a presidente nacional da entidade visitou o estado e, foi recebida pelo governador, acontecimento que só foi possível pela posição de Olga na sociedade, que, juntamente com sua irmã, Maria de Lourdes, freqüentavam as festas dos notáveis locais e recebiam em sua residência personalidades de destaque no meio social. Olga foi para os Estados Unidos em 1954, onde fez o curso de Bachelor of Science, na Columbia University, em New York. Realizou o Master of Arts (Major Research), no Teacher's College of Columbia University / New York, em 1965. Foi supervisora de campo do "Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil", entre 1957 e 1958. De 1982 a 1986 coordenou no Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) o projeto Estudo do Exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde do Brasil, que resultou na publicação de dois volumes, um contemplava o contexto institucional e outro a força de trabalho em enfermagem, trabalho realizado em parceria com a ABEn. Olga Verderese também foi consultora regional em Educação de Enfermagem da Organização Pan-Americana de Saúde de 1958 a 1980. Neste período atuou no México, Cuba, República Dominicana e Haiti até 1966 e, posteriormente, em Washington, Estados Unidos, América do Sul e Canadá. Na última década de sua vida recebeu várias homenagens das Escolas de Enfermagem da UFBA e da UFRGS, bem como das seções da ABEn desses estados. Faleceu em 26/12/2004, tendo deixado seu nome fortemente marcado em todos os lugares

que atuou como Enfermeira. É considerada um dos ícones da Enfermagem brasileira e merece ser registrada pela história (MANCIA, SALLES & PADILHA, 2008, p. 123-124. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n1/20.pdf>, acessado em 12/04/2011).

Clara Curtis

Clara Walther Curtis foi uma das enfermeiras da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil (Missão Parsons) – Divisão de Saúde Pública. Teve atuação de destaque na Associação. Enfermeira do SESP, foi condecorada, em 1954, quando deixou o Brasil, com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, por sugestão da ABEn, pelos relevantes serviços prestados à enfermagem (CARVALHO, 1976).

Anísio Spínola Teixeira

Anísio Spínola Teixeira (Caetité, 12/07/1900 — Rio de Janeiro, 11/03/1971) foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em detrimento da memorização. Reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro, exercendo vários cargos executivos. Foi um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, divulgado em 1932. Fundou a Universidade do Distrito Federal, em 1935, depois transformada em Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Formou-se em 1922 na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Direito da UFRJ), dois anos depois foi nomeado pelo Governador Góes Calmon Inspetor Geral de Ensino da Bahia - cargo equivalente hoje ao de Secretário da Educação. Em 1927 vai aos Estados Unidos, onde trava conhecimento com as idéias do filósofo e pedagogo John Dewey, que muito influenciou seu pensamento. No ano seguinte demite-se do cargo pelo fato do novo governador não concordar com suas idéias sobre mudanças no ensino. Volta aos Estados Unidos (1928), onde faz pós-graduação. Muda-se para o Rio de Janeiro, ocupando a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, em

1931, em cujo mandato institui a integração da "Rede Municipal de Educação", do fundamental à universidade. Diversas melhorias e mudanças foram feitas, mas a que maior polêmica gerou foi a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Em 1932 participa do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tendo publicado neste período duas obras sobre educação que, junto a suas realizações, deram-lhe projeção nacional. Durante a última fase do Estado Novo, Anísio afasta-se da vida pública. Dedicar-se, então, à mineração - atividade de alguns parentes. Aproxima-se mais do amigo Monteiro Lobato e publica Educação para a Democracia, além de realizar diversas traduções. Na década de 1940 foi Conselheiro da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Voltando o país ao regime democrático, em 1946, Anísio é convidado por Octávio Mangabeira - socialista, fundador da UDN, também exilado e então eleito para o Governo da Bahia - para ser o Secretário de Educação e Saúde. Nos anos 50, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, ou INEP, órgão do Governo Federal, que desde o governo de Fernando Henrique Cardoso se chama Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Foi também o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), que Anísio dirigiu até o golpe de 1964, quando deixou a sua direção. Foi um dos idealizadores do projeto da Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 1961, da qual veio a ser reitor em 1963, para ser afastado após o golpe militar de 1964. Dentre os seus legados, pode-se citar o Centro Educacional Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, escola privada de ensino fundamental e médio, com proposta pedagógica segundo as idéias do educador.

Verbetes disponíveis em:
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em 01/01/2011.

Glete de Alcântara

Profª Drª Glete de Alcântara licenciou-se em Ciências Sociais em 1951, pela USP, e obteve o título de "Mestre em Currículo e Ensino de Escolas de Enfermagem" na Universidade de Columbia – EUA. Foi para Toronto, no Canadá, através de bolsa de estudo concedida pela Fundação Rockefeller, em 1941, para aperfeiçoamento acadêmico. Em 1944, ao retornar para o Brasil,

passou a ensinar “Arte de Enfermagem” na Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo. Apesar de nunca ter pertencido ao quadro do Hospital das Clínicas, assumiu a chefia de uma das unidades de internação, posto que era professora da escola. Teve atuação de destaque na Associação Brasileira de Enfermagem, ocupando inclusive a presidência da mesma no período de 1952 a 1954 e no período de 1972 a 1974. Teve também importante atuação na Revista da Associação. Teve uma vasta obra escrita, contribuindo para a pesquisa em enfermagem. Foi responsável pela fundação e criação do espaço sócio-pedagógico, científico e cultural da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, atual EERP-USP, e, conseqüentemente, pela estruturação do processo ensino-aprendizagem na formação dos enfermeiros oriundos desta instituição, na década de 1950. Gleite de Alcântara apresentou, em 1963, em Ribeirão Preto, sua tese de cátedra intitulada “A Enfermagem Moderna como Categoria Profissional: Obstáculos à sua Expansão na Sociedade Brasileira”. Faleceu em 03/11/1974, quando, por esse motivo, se encerrou seu 2º mandato como presidente da ABEn Nacional (BUENO, 2008, p. 156, disponível em: <http://www.eerp.usp.br/cemeerp/VISemanaGleite/arquivos/anaisV.pdf>, acessado em 06/12/2010; MENDES, LEITE, LEITE & TREVIZAN, 2002, p. 271 – 273).

Anexos

ANEXO 1 - Composição do Conselho Colaborador – 79 membros (ABEn, 1980, p. 12 – 21).

Tabela - Resumo, em números, dos componentes do Conselho Colaborador, de acordo com a área pertencente.

Presidente	01
Área Médica	26
Área de Enfermagem	08
Área de Educação Governamental	11
Área de Estatística e Pesquisa Social	07
Área de Bem-Estar Social Nacional e Internacional	11
Área de Irradiação para o Público em Geral e Público Feminino	10
Área de Profissões em Coordenação com a Enfermagem	05

Fonte: ABEn, 1980, p. 12 – 21.

Membros do Conselho de Colaboradores

- **Presidente:**

Sra. Maria Rosa Sousa Pinheiro, Presidente.

Associação Brasileira de Enfermagem

Escola da Universidade de São Paulo

- **Área Médica**

Forças Armadas e Militarizadas

- Gal. Dr. José Vieira Peixoto⁸¹, Diretor Geral.

Representado pelo Cel. Luiz Paulino de Mello*.

Diretoria Geral de Saúde

Ministério da Guerra – Rio de Janeiro – DF.

⁸¹ No Conselho de Colaboradores até 1956.

- Gal. Achilles Paulo Gallotti^{**}, Diretor Geral.
Representado pelo Cel. Dr. Aderval da França Gomes^{**}.
Diretoria Geral de Saúde.
Ministério da Guerra – Rio de Janeiro – DF.
- Almirante Carlos Augusto de Brito e Silva Filho, Diretor Geral.
Representado pelo Dr. Hilleon Caire Perissé.
Diretoria de Saúde da Marinha – Rio de Janeiro – DF.
- Brigadeiro Edgar Corrêa de Mello, Diretor Geral.
Representado pelo Major Dr. Murillo de Moraes.
Diretoria de saúde do Ministério da Aeronáutica – Rio de Janeiro – DF.
- Cel. Antonio Amarante, Diretor.
Serviço de Saúde da Polícia Militar – Rio de Janeiro – DF.

Associações

- Prof. Hilton Rocha^{*}, Presidente.
Dr. Iseu de Almeida e Silva^{**}, Presidente.
Associação Médica Brasileira – São Paulo – SP.
- Dr. Teophilo de Almeida, Presidente.
Representado pelo Dr. Gastão Lobão.
Associação Brasileira de Hospitais – Rio de Janeiro – DF.
- Dr. Amilcar Barca Pellon^{*}, Presidente.
Dr. Mario Pinotti^{**}, Presidente.
Sociedade Brasileira de Higiene – Rio de Janeiro – DF.
- Dr. Ermiro Lima^{*}, Presidente.
Dr. Renato Pacheco Filho^{**}, Presidente.
Associação Médica do Distrito Federal – Rio de Janeiro – DF.

Departamentos e Serviços Nacionais

- Dr. Henrique Maia Penido, Superintendente.
Serviço Especial de Saúde Pública – Rio de Janeiro – DF.
- Dr. Erlindo Salzano^{*}, Diretor Geral.
Dr. Adelmo de Mendonça e Silva^{**}, Diretor Geral.

^{**} No Conselho de Colaboradores desde 1957.

Departamento Nacional de Saúde – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Mario Pinotti^{*}, Diretor Geral.

Dr. Átila Gomes de Carvalho^{**}, Diretor Geral.

Departamento Nacional de Endemias Rurais – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Aureliano Brandão^{*}, Diretor.

Dr. Irabussú Rocha^{**}, Diretor.

Departamento Nacional da Criança – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Raimundo Xavier Fernandes^{*}, Diretor.

Dr. Eugenio Gomes de Carvalho^{**}, Diretor.

Divisão de Organização Hospitalar – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Amilcar Barca Pellon, Diretor.

Dr. Nilson de Freitas Guimarães, Diretor.

Dr. Olympio Ramagem Soares, Diretor.

Divisão de Organização Sanitária – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Luiz Salgado Lima, Diretor.

Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Lourival Ribeiro da Silva^{*}, Diretor.

Representado pela Sra. Clélea de Pontes.

Dr. Levy Queiroga Lafetá^{**}, Diretor.

Serviço Nacional de Tuberculose – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Ugo Pinheiro Guimarães, Diretor.

Serviço Nacional do Câncer – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. João Gondim Fabrício de Barros.

Representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Hospital João Goulart, SAMDU.

Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Orestes Diniz, Diretor.

Serviço Nacional da Lepra – Rio de Janeiro – DF.

Hospitais

- Dr. Ney de Almeida, Diretor.

Dr. Adão Pereira Nunes.

Casa de Saúde Santa Maria – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Ângelo Cruz, Diretor.

Hospital dos Estrangeiros – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Fernando Paulino, Diretor.

Casa de Saúde S. Miguel – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Pedro Nava^{*}, Diretor.

Dr. Gennyson Amado^{**}, Diretor.

Hospital dos Servidores do Estado - Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Getúlio José da Silva^{*}.

Hospital General Vargas, IAPETC – Rio de Janeiro – DF.

- **Área de Enfermagem**

- Sra. Edith de Magalhães Fraenkel, Ex-Presidente da ABEn.
Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Gleite de Alcântara, Presidente.

Comissão de Educação da ABEn.

Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Ribeirão Preto – São Paulo.

- Revd^a Irmã Helena Couto^{*}.

Revd^a Irmã Helena Maria Villac^{**}, Diretora.

Departamento de Assistência à Saúde

Conferência dos Religiosos do Brasil – Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Izaura Barbosa Lima, Chefe.

Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária.

Departamento Nacional de Saúde, Ministério da Saúde.

Rio de Janeiro – DF.

- Revd^a Ir. Maria Gabriela Nogueira, Presidente.

Sub-Comissão de Diretoras de Escolas de Auxiliares de Enfermagem,
da Associação Brasileira de Enfermagem.

São Paulo – SP.

- Sra. Marina de Andrade Resende, Diretora.

Divisão de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública.

Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Waleska Paixão, Presidente.

Sub-Comissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem.

Escola Ana Neri, Universidade do Brasil.

Rio de Janeiro – DF.

- Revd^a Ir. Percília de Aguiar, Professora.

Escola de Enfermagem Hugo Werneck – Santa Casa de Misericórdia.

Belo Horizonte – Minas Gerais.

- **Área de Educação Governamental**

- Prof. Anísio Spínola Teixeira, Secretário Geral.

Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Ministério da Educação e Cultura.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof. Antonio de Almeida Junior.

Conselho Nacional de Educação.

Ministério da Educação e Cultura.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof. Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão, Diretor.

Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

Universidade de São Paulo.

São Paulo – SP.

- Prof. Cesário de Andrade, Presidente.

Conselho Nacional de Educação.

Ministério da Educação e Cultura.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof. Gabriel Teixeira de Carvalho, Reitor.

Universidade de São Paulo.

São Paulo – SP.

- Prof. Lincoln de Freitas Filho, Diretor.

Cursos do Departamento Nacional de Saúde.

Ministério da Saúde.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof^a Nair Fortes Abu-Merhy, Chefe.

Seção de Estudo e Organização da Diretoria do Ensino Superior.

Ministério da Educação e Cultura.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof. Edgard Rêgo Santos, Reitor.

Universidade da Bahia.

Representado pela Prof^a Nilza Marques Maurício Garcia.

Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia.

Salvador – Bahia.

- Prof. Odair Pacheco Pedroso.

Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

Universidade de São Paulo – São Paulo – SP.

- Prof. Raymundo Moniz de Aragão.

Escola Nacional de Química – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Colombo Etienne Arreguy, Diretor.

Campanha Nacional de Educação Rural.

Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro – DF.

- **Área de Estatística e Pesquisa Social**

- Dr. Otávio Lins Martins* .

Dr. Francisco Montojos.

Diretoria do Ensino Industrial.

Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro – DF.

- Sr. Waldecyr Freire Lopes* .

Sr. Benedito Coelho Rodrigues** .

Conselho Nacional de Estatística.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Waldemar Lopes, Secretário Geral.

Dr. Luiz de Abreu Moreira** , Secretário Geral.

Dr. Hidebrando Martins da Silva** , secretário Geral.

Conselho Nacional de Estatística.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof. Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Departamento de Sociologia.

Faculdade Nacional de Filosofia.

Rio de Janeiro – DF.

- Prof. Anísio Spínola Teixeira, Secretário Geral.

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Jarbas Karman, Presidente.

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e de Pesquisa Hospitalar.

São Paulo – SP.

- Dr. Antonio Teixeira de Freitas, Diretor.

Diretoria de Levantamentos Estatísticos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Rio de Janeiro – DF.

- **Área de Bem-Estar Social Nacional e Internacional**

- Dr. Robert Briggs Watson.

Representante para a América do Sul da Fundação Rockefeller.

Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Gertrude Lutz.

Chefe da Missão do Fundo Internacional de Socorro à Infância.

Rio de Janeiro – DF.

- Ministro Mário Pinotti, Presidente.

Legião Brasileira de Assistência – Rio de Janeiro – DF.

- Ministro Nereu Ramos.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Kenneth O. Courtney, Representante, até 1958.

Dr. Emílio Budnik, Representante, desde 1958.

Repartição Sanitária Pan Americana – OMS.

Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Maria Palmira Tito de Moraes.

Organização Mundial de Saúde.

Rio de Janeiro – DF.

- Senador Vivalvo Palma Lima filho, Presidente.

Cruz Vermelha Brasileira – Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Eunice Weaver, Presidente.

Federação de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

Rio de Janeiro – DF.

- Dr. E. Ross Jenney, Chefe.

Divisão de Saúde e Saneamento.

U.S. Operations Mission to Brazil.

Embaixada Americana – Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Henri Laurentie.

Assistência Técnica da ONU.

Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Napoleão Fontenelle da Silveira, Presidente.

Conselho Nacional do Serviço Social Rural.

Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro – DF.

- **Área de Irradiação para o Público em Geral e Público Feminino**

- Sra. Sarah de Lemos Kubitscheck, Presidente.

Organização das Pioneiras Sociais.

Palácio das Laranjeiras – Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Maria José Queiroz Austragésilo de Athayde, Presidente.

Federação das Bandeirantes do Brasil.

Rio de Janeiro – DF.

- Dom Helder Câmara.

Palácio São Joaquim – Rio de Janeiro – DF.

- Deputado Lauro Cruz.

Câmara dos Deputados – Rio de Janeiro – DF.

- Engº Laudelino Oliveira Lima.

Rio de Janeiro – DF.

- Senador Moura Andrade.

Senado Federal – Rio de Janeiro – DF.

- Engª Bernadete Sinay Neves, Diretora.

Escola de Biblioteconomia e Documentação.

Universidade da Bahia – Salvador – Bahia.

- Sra. Heloisa Graça Couto.

Rio de Janeiro – DF.

- Dr. Herbert Moses, Presidente.

Associação Brasileira de Imprensa – Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Lucy Vianna Braga.

Rio de Janeiro – DF.

• **Área de Profissões em Coordenação com a Enfermagem**

- Sr. Fortunato Clemente da Silva, Presidente.

Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Maria das Dores Ferraz de Castro, Presidente.

Associação das Educadoras Sanitárias.

A/C Escola de Enfermagem de São Paulo – São Paulo – SP.

- Sra. Lygia Greco Chapuis*, Presidente.

Sra. Gessy Laffront**, Presidente.

Associação Brasileira de Obstetrizas – Rio de Janeiro – DF.

- Sr. Raymundo Nonato da Costa Rocha, Presidente.

Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade.

A/C Sindicato dos Enfermeiros.

Rio de Janeiro – DF.

- Sra. Haytil Prado, Vice-Presidente.

Associação Brasileira de Assistentes Sociais.

Rio de Janeiro – DF.

ANEXO 2 - Funções dos Órgãos que Constituíam o LRNEB (ABEn, 1980, p. 288 – 290).

- **Presidência**

Constitui-se da Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, e tem como funções: dar direção geral à organização do Centro; dar a orientação geral do levantamento; propor a obtenção dos recursos financeiros; providenciar auxílio técnico; aprovar o relatório final do levantamento; elaborar planos de ação futura.

- **Diretoria Técnica**

Dependendo da Diretoria, constitui-se de uma Diretora Associada, uma Supervisora de Campo e três Pesquisadoras de Campo, e tem como funções: propor a orientação geral do levantamento; planejar, organizar e dirigir os inquéritos; proceder à análise e interpretação dos dados; elaborar o relatório final.

Estatístico – tem como funções dar à Seção Técnica, da qual depende, assessoria de estatística para as fases de elaboração de questionários e de análise e apuração de dados.

- **Diretoria Administrativa**

Dependendo da Diretoria, constitui-se de uma Diretora Associada, um assistente de divulgação e duas Secretarias, e tem como funções: propor a organização do Centro e coordenar os seus trabalhos; administrar o orçamento; desenvolver ação nos aspectos de relações públicas e de divulgação, inclusive em coordenação com os Conselhos.

Secretaria A – desincumbir-se do expediente, protocolo e arquivo; convocar as reuniões dos conselhos; efetuar comprar e fazer a contabilidade do centro de Levantamento.

Secretaria B – desincumbir-se da datilografia do material da Seção Técnica; preparar atas das reuniões, quando designada.

Assistente de Divulgação – faz divulgação do Levantamento entre os membros da profissão de enfermagem; médicos e outros profissionais de

campos afins; entidades ou pessoas que possam influir no progresso da enfermagem.

- Conselho Diretor

Em coordenação com a Diretoria do Centro de Levantamento, é constituído de onze membros, e tem como funções: indicar o Conselho de Colaboradores; estabelecer e delinear as áreas do problema a ser estudado; aprovar as normas e os planos de trabalho, bem como os respectivos orçamentos; apreciar os resultados do levantamento; sugerir e aprovar recomendações; opinar sobre os meios e modos de dar execução às recomendações; aprovar o relatório final a ser publicado; decidir sobre os casos omissos.

- Assessoria Técnica

Em coordenação com a Diretoria do Centro de Levantamento, é constituída de peritos nos campos de estatística, administração sanitária e hospitalar, educação, pesquisa social e enfermagem, e tem como função dar assistência em assuntos técnicos.

- Conselho de Colaboradores

Em coordenação com a Diretoria do Centro de Levantamento, é constituído de 79 membros e tem como funções: examinar o esquema geral do levantamento; dar apoio e prestar assistência, na qualidade de colaboradores, em várias fases do desenvolvimento do trabalho; desenvolver ação no aspecto de divulgação e relações públicas; assistir na seleção dos problemas a serem estudados, que lhe forem submetidos pelo Conselho Diretor; fazer sugestões quanto às recomendações a serem feitas; fazer sugestões quanto aos meios e modos de dar execução às recomendações.

ANEXO 3 – Principais Membros da Assessoria Técnica* (ABEn, 1980, p. 22 - 23).

	Assessores	Campo
Assessor de Dedicção Exclusiva:	- Sra. Maria Palmira Tito de Moraes Organização Mundial de Saúde	Estudos de Enfermagem e Educação
Assessores para as Diferentes Fases do Trabalho:	- Dr. Aldo Villas Boas Serviço Nacional de Tuberculose Rio de Janeiro	Administração Sanitária
	- Sr. Antonio Cid Loureiro CAPES Rio de Janeiro	Pesquisa Social
	- Dr. José Arthur Rios Serviço Especial de Saúde Pública Rio de Janeiro	Pesquisa Social
	- Sr. Benedito Coelho Rodrigues Diretoria de Levantamentos Estatísticos – IBGE Rio de Janeiro	Inquéritos e Levantamentos
	- Sra. Célia Neves Departamento Administrativo do Serviço Público – Presidência da República Rio de Janeiro - DF	Organização e Administração de Serviço
	- Sra. Emengarda de Fariam Alvim e assistentes Serviço Especial de Saúde Pública Rio de Janeiro	Administração de Enfermagem de Saúde Pública
	- Sr. Moyses Kessel Conselho Nacional de Estatística do IBGE Rio de Janeiro	Estatística: amostragem
	- Dr. Nelson Luiz de Araújo Moraes Serviço Especial de Saúde Pública Rio de Janeiro	Administração Sanitária
	- Prof. Oracy Nogueira	Pesquisa Social

* Não foram mencionados os nomes dos numerosos peritos que deram pareceres técnicos ou ajudas, por períodos curtos.

	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Ministério de Educação e Cultura Rio de Janeiro	
	- Sr. Thomas Jabine U.S. Operations Mission to Brazil Embaixada Americana - RJ	Estatística: amostragem
	- Sr. Waldecyr Freire Lopes Conselho Nacional de Estatística IBGE Rio de Janeiro	Inquéritos e Levantamentos
	- Dr. Odair Pacheco Pedroso Faculdade de Higiene e Saúde Pública Universidade de São Paulo São Paulo - SP	Administração Hospitalar
	- Dra. Lourdes Freitas Carvalho Hospital das Clínicas Universidade de São Paulo - SP	Administração Hospitalar
	- Prof. Manoel Ferreira Fundação Gonçalo Muniz Salvador - Bahia	Administração Sanitária

ANEXO 4 – Propósito do Levantamento.

Baseado no Esquema do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (ABEn, 1980, p. 291 – 297), segue abaixo o propósito do Levantamento, conforme descrito no esquema do estudo.

- Determinar os recursos e as necessidades da enfermagem no Brasil.

Área 1

Conhecer o potencial humano de que dispõe a enfermagem em seus diferentes setores ou ramos de atividade

- a) Enfermeiras em atividade.
- b) Enfermeiras inativas.
- c) Pessoal auxiliar.

Área 2

Serviços de Enfermagem Hospitalar.

- a) Conhecer a atual organização dos serviços de enfermagem das Instituições Hospitalares (o estudo foi limitado a hospitais de 25 leitos e mais, incluindo os hospitais gerais e especializados).
- b) Determinar padrões razoáveis para avaliar a quantidade de serviço de enfermagem necessária aos hospitais.
- c) Considerar como as condições de emprego afetam a procura de serviços de enfermagem.

Área 3

Serviços de Enfermagem de Saúde Pública.

- a) Conhecer a atual organização dos serviços de enfermagem dos Departamentos ou Serviços de Saúde do país.
- b) Conhecer os recursos de enfermagem disponíveis e os programas de saúde desenvolvidos pelas unidades sanitárias.
- c) Determinar as necessidades atuais dos serviços de enfermagem e os recursos necessários para sua expansão futura.

Área 4

Escolas de Enfermagem.

- a) Conhecer a estrutura das escolas de enfermagem do país.
- b) Verificar as lacunas existentes no ensino de enfermagem e determinar os aspectos onde há necessidade de melhoria.
- c) Ajudar as escolas par que se beneficiem mutuamente de suas experiências.
- d) Calcular os recursos atuais e provavelmente futuros, quanto a candidatos potenciais às escolas de enfermagem.

Escolas de Auxiliares de Enfermagem

- a) Estudar a situação atual dos cursos ou escolas de auxiliar de enfermagem do país (o estudo limitou-se aos cursos ou escolas autorizadas ou reconhecidas, na forma da lei vigente, que regula o ensino de enfermagem no país – Lei nº 775, de agosto de 1949).
- b) Determinar se o tipo de educação ministrado por essas escolas e o número de auxiliares formados correspondem às necessidades de pessoal de enfermagem nas instituições de saúde do país.

Área 5

- a) Analisar alguns fatores que afetam a produção do pessoal de enfermagem.
- b) Procurar avaliar as condições do Brasil.
- c) Formular recomendações à base dos dados obtidos.
- d) Determinar áreas que necessitam de estudo posterior.
- e) Desenvolver um plano de ação que permita às escolas e serviços de enfermagem beneficiarem-se dos resultados dos estudos de recursos e necessidades de enfermagem do país.

ANEXO 5 – Impresso utilizado para divulgação do LRNEB, no início dos trabalhos.

Anexo nº 10

O BRASIL TRAÇARÁ SUAS DIMENSÕES

PARA TER LONGOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

A Associação Brasileira de Enfermagem, a classe médica, as entidades particulares que lidam com saúde e principalmente o governo precisam de informações seguras que lhes possibilitem traçar o plano de ação que a enfermagem no país está a exigir. Necessitam conhecer com segurança o número de enfermeiros ativos, auxiliares de enfermagem e outros que atualmente exercem tarefa de enfermagem e em que condições as exercem, tanto nos departamentos governamentais como nas entidades privadas. Devem investigar as necessidades e os recursos existentes e ainda os recursos mobilizáveis e como se poderá proceder a essa mobilização.

DOAÇÃO DA FUNDAÇÃO ROCKEFELLER

É fato notório, divulgado por alguns legisladores e pela imprensa, que há uma escassez aguda de enfermeiros. Essa penúria de profissionais constitui-se em quase obstáculo para a realização dos programas de saúde e mesmo ao progresso da medicina.

A Associação Brasileira de Enfermagem obteve a valiosíssima assistência da Fundação Rockefeller em forma de uma doação para efetuar esse levantamento. O Ministério da Saúde obteve, adicionalmente, a ajuda da Organização Mundial de Saúde, através da Repartição Sanitária Panamericana para colaborar no empacotamento. Assim é que será feito em 1956 e 1957, um conjunto de inquéritos destinados a apresentar, por assim dizer, o retrato da enfermagem nacional.

O LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM que foi designado esse conjunto de inquéritos, está sendo um empreendimento em que tomam parte ativa órgãos da OMS, Fundação Rockefeller, IBGE, de sete Ministérios, a saber: da Saúde, Educação e Cultura, Guerra, Marinha, Aeronáutica, Trabalho Indústria e Comércio e Justiça e Negócios do Interior, de autarquias, entidades de classe e pessoas que lidam com problemas de enfermagem ou que têm colaborado no movimento da enfermagem moderna neste país.